

Edited by Foxit PDF Editor
Copyright (c) by Foxit Software Company, 2003 - 2009
For Evaluation Only.



Ministério da Cultura

Política Nacional de Museus
relatório de gestão 2003 | 2004

Política Nacional de Museus

relatório de gestão 2003 | 2004

Política Nacional de Museus

relatório de gestão 2003 | 2004

Política nacional de museus: relatório de gestão 2003 - 2004 /
Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico
Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. _
[Brasília]: MinC/IPHAN/Demu, 2005. 72 p.

1. Museus – política pública – Brasil. 2. Museologia – Brasil. 3.
Brasil – política cultural. I. Instituto do Patrimônio Histórico e
Artístico Nacional (Brasil)

CDD 069.0981

Sumário

“Os museus do Brasil estão bem vivos” . . . 6	Comunicação e integração do campo museal . . 54
Gilberto Passos Gil Moreira – Ministro de Estado da Cultura	Fórum Nacional de Museus
“Política cultural para o campo dos museus: do-in museológico” . . . 8	Semana de Museus
José do Nascimento Júnior – Diretor do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN	Boletim Eletrônico
Construção de uma política pública . . 10	MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia
Balço e perspectivas	Estudo de mídia
Modelo de gestão	Parcerias internacionais . . 58
Sistema Brasileiro de Museus	Portugal
Instituto Brasileiro de Museus	Cooperação técnica com o Instituto Português de Museus
Breve histórico dos museus no Brasil	Convênio com a Universidade Lusófona
Museus e patrimônio: campos complementares	Espanha
Projeto de criação do Instituto Brasileiro de Museus	América Latina
Museus do Ministério da Cultura na Política Nacional de Museus	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)
Cadastro Nacional de Museus	
Investimentos . . 32	
Programa Museu, Memória e Cidadania	
Sistema MinC	
Política de editais	
Edital IPHAN – Modernização de Museus	
Edital BNDES – Programa de Apoio a Projetos de Preservação de Acervos	
Edital Caixa Econômica Federal – Programa Caixa de Adoção de Entidades Culturais	
Edital Petrobras – Programa Petrobras Cultural	
Análise comparativa dos editais	
Programa Monumenta e Política Nacional de Museus	
Formação e capacitação . . 42	
Fóruns e oficinas	
Política Nacional de Museus: análise do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) . . 44	
Projetos e parcerias nacionais . . 50	
Museus e Escolas em Movimento	
Observatório de Museus	
Convênio com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	
Parceria com a Universidade Federal da Bahia: projeto piloto de formação e capacitação	



Os museus do Brasil estão bem vivos

A importância dos baús abertos da nossa memória afetiva

A revitalização dos museus brasileiros e do patrimônio histórico do país é uma das prioridades do Ministério da Cultura. Após anos de redução progressiva dos investimentos federais no setor, elevamos para R\$ 43 milhões (em 2003) e cerca de R\$ 44 milhões (em 2004) o valor dos recursos destinados diretamente pelo sistema MinC aos museus. Também aumentamos os investimentos, por meio da Lei de Incentivo à Cultura, de parcerias como a que celebramos recentemente com a Caixa Econômica Federal e o BNDES – e em breve com outras estatais –, e ainda de programas específicos como o Monumenta, em colaboração com a Unesco. Essa série de iniciativas tem como alvos principais a preservação de acervos e prédios tombados; a modernização tecnológica e gerencial dos museus; o estímulo ao uso, pela população, dos acervos e espaços; e a criação de novas instituições. Com esse impulso, podemos dizer que os museus brasileiros estão vivos novamente e abertos à vida que há fora deles.

Este assunto evoca os versos de uma velha canção: “Tanta saudade preservada num velho baú de prata dentro de mim / Digo num velho baú de prata porque prata é a luz do luar”. Ela fala de um tempo de retorno ao Brasil e de um tempo de exílio, e da memória afetiva preservada num velho baú de prata. Esse baú é como um museu pessoal, o museu que todos temos, feito de lembranças, quinquilharias e reminiscências que alimentam o nosso presente. Como todos os museus pessoais, o da canção tem “qualquer coisa” que vai além do “eu”. Há um momento e um território em que o canto da memória se encontra com outras memórias e outros cantos. E se transforma a partir dos encontros feitos. Os museus de pedra e cal e os museus virtuais são baús abertos da memória afetiva da sociedade, da subjetividade coletiva do país, da soma dos museus pessoais.

Penso no velho baú de prata, penso no matulão, penso num projeto de viagem com mala e cuia, penso nas arcas de alianças e chego aos relicários, aos realejos e seus desejos de reinvenção do real, e também na arte contemporânea, no futebol, na tecnologia. Por este sertão de memórias e suas veredas, chego aos grandes museus das capitais e também aos pequenos museus do interior, e mais ainda aos museus portáteis, tão caros aos homens e mulheres do povo, aos artistas, aos museólogos, aos educadores, aos antropólogos, aos cientistas do microcosmo social e a todos os que se dedicam ao pensamento e à expressão. Há, como se sabe, museus de diversos tipos, todos igualmente significativos. O importante é que estejam vivos, que pulsem, consagrando o jogo de tradição e

invenção que dialeticamente marca a construção da cultura brasileira.

Diferentemente dos que não gostam ou simplesmente não se encantam com os museus, e que os vêem como resíduos do passado, eu gosto dos museus. De todo e qualquer museu. E tenho especial apreço por aqueles que têm cheiro de vida e querem, por decisão de quem os alimenta, inundar a vida de mais vida; gosto dos museus que seguem se fazendo e se refazendo. Há quem pergunte: de onde vem este encantamento com os museus? Respondo: a raiz da música é a mesma do museu. E esta raiz remete ao cosmo (e ao caos) das musas. O museu é a casa das musas. E não por acaso a musa da música tem lugar privilegiado no Templo das Musas, no museu das artes, no panteão das musas, que, desde a mitologia grega são as inspiradoras de toda arte, de toda criação humana. Os museus abrigam o que fomos e o que somos. E inspiram o que seremos.

Falar das musas não é falar do passado. Ao contrário. Por isso, vejo que os museus no mundo contemporâneo são lugares de criação, diálogo e preservação do aqui e do agora. Esta noção está na base dos esforços do Ministério da Cultura num campo que traz simultaneamente o arcaico e o novo, o político e o cultural, o singular e o universal. Nos últimos dois anos, o MinC estimulou a criação da Política Nacional de Museus, criou o Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DEMU/IPHAN) e investiu expressivos recursos no Museu Histórico Nacional, no Museu Nacional de Belas Artes, no Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, no Museu da República, nos Museus Castro Maya, no Museu da Inconfidência, no Museu do Ouro, no Museu Villa-Lobos e em tantos outros.

Também preparou o lançamento do Sistema Brasileiro de Museus, uma grande rede de articulação e desenvolvimento dos museus brasileiros, que

incorpora os museus estaduais e municipais. Em várias regiões, com o estímulo do MinC, realizam-se fóruns estaduais que constituem a base para a criação e a revitalização de sistemas estaduais e municipais de museus. Além de articular e investir nos museus já existentes, o MinC moveu-se na direção de criar novos museus e aprovou o reconhecimento oficial da Semana de Museus, em maio, e do Dia Nacional do Museólogo (18 de dezembro), de modo a valorizar publicamente o setor e seus profissionais. Posso mencionar ainda a iniciativa pioneira do edital Museus Brasileiros, voltado para instituições públicas e privadas não-vinculadas ao Ministério da Cultura, que receberam recursos públicos de R\$ 1 milhão para se atualizar.

Um dos próximos passos será a criação do Instituto Brasileiro de Museus, antigo anseio da comunidade museológica. Coloco boa parte da minha energia nesse projeto, por reconhecer o lugar estratégico dos museus na política pública de cultura e considerar que essa área demanda um órgão próprio de gestão. Torço para que os nossos museus não tenham medo do novo, do público, do diálogo, da atualização. Que não tenham medo de ser de “todo mundo”. Os museus são “pontos de cultura” e interessa tocá-los de acordo com a compreensão ampla do que chamei “do-in antropológico” (no caso, “do-in museológico”). Para além dos baús pessoais, os museus brasileiros devem cumprir um papel de referência e base para o futuro da cultura. Que eles sejam música e poesia para os nossos corpos, mentes e espíritos; que sejam os templos de todas as musas e de todos nós. E que os brasileiros possam se orgulhar dos seus museus, novos e velhos.

Gilberto Passos Gil Moreira
Ministro de Estado da Cultura

Política cultural para o campo dos museus: do-in museológico

Precisão, delicadeza, firmeza e criatividade. A nossa experiência nesses dois anos de trabalho indica que essas são palavras-chave para a compreensão e a atuação nos múltiplos universos da cultura. Entre esses múltiplos cosmos, os museus ocupam lugares especiais, diferenciados e complexos. Lidar com museus requer a capacidade de saber tocá-los e compreendê-los como casas que estão no presente, dialogando com passados e futuros. De outro modo: é necessário agir com precisão no tempo e no espaço; com delicadeza e respeito aos que vieram antes e aos que virão depois; com firmeza e criatividade para realizar e celebrar mudanças.

Um sistema de gestão da cultura tem na criação dos conselhos, dos fundos e mecanismos de incentivo e das formas de participação democrática e descentralizada os fundamentos e desafios para a implantação de políticas públicas que tenham a intenção de lançar raízes na vida social.

Criação, conservação e transformação, aliadas à distribuição, ao fomento e ao consumo, são forças e modos de ação que operam na configuração das teias de significados que compõem a cultura e que, em consequência, compõem o campo dos museus como redes privilegiadas de simbolização e de imaginação cultural.

A construção de uma política cultural de caráter democrático foi um dos compromissos do programa de governo, expressos no documento “A imaginação a serviço do Brasil”, claramente assumidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O tom do Ministério da Cultura, sob a batuta do Ministro Gilberto Passos Gil Moreira, não tem sido outro. Ao longo desses dois anos a sua equipe empenhou-se na reconstrução do próprio Ministério, que passou a orientar as suas ações políticas para todo o Brasil, e não apenas para os órgãos e entidades federais. No caso dos museus, a situação não foi diferente.

A imaginação museal brasileira foi acionada e convidada a contribuir para a construção da política cultural antes mesmo da posse do atual governo. Esse processo incorporou centenas de profissionais e instituições do campo museológico, dando uma demonstração de sua autonomia, vitalidade e capacidade de mobilização.

As ações empreendidas pela Política Nacional de Museus têm conseguido, no curto período de dois anos, firmar o campo museológico como terreno estratégico no conjunto das políticas públicas de cultura. Com a criação do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN, o Ministério da Cultura deu maior visibilidade, força e organicidade à sua estrutura de 40 museus e começou um trabalho de diálogo e articulação com os museus que estão fora do Sistema MinC.

Muitas ações concretas foram realizadas ao longo dos últimos dois anos. Olhando para frente, percebe-se que há muita coisa por realizar.

Para o biênio 2005-2006, estão previstos novos projetos de ampliação e modernização de museus. A intenção do Ministério da Cultura é incrementar em 10% os recursos destinados ao setor. As ações realizadas e as por realizar comprovam a capacidade do Estado brasileiro de formular e implementar políticas públicas de caráter democrático.

Como se vê, a Política Nacional de Museus está em movimento e construção. A sua base teórica e prática é a perspectiva de uma museologia crítica. Uma museologia atenta com o contemporâneo e que não se conforma com modismos, passadismos ou futurismos; uma museologia que mantém posição crítica peculiar em relação às denominadas “nova” e “velha” museologia.

Com o entusiasmo de quem cumpre com alegria o dever de ofício, elaboramos e tornamos público o presente relatório, que, a rigor, é registro de memória e, como tal, opera alguns esquecimentos. No entanto, não queremos esquecer que as ações da Política Nacional de Museus não seriam possíveis sem o apoio de toda a equipe do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN, do Ministério da Cultura, dos colaboradores nacionais e internacionais, dos diretores de museus públicos e privados, dos trabalhadores de museus e do patrimônio, dos estagiários e estudantes, das associações e dos conselhos do campo museal e dos demais parceiros de caminhada.

Precisão, delicadeza, firmeza e criatividade. Essas palavras-chave continuam estimulando o nosso exercício de do-in museológico.

José do Nascimento Júnior
Diretor do Departamento de Museus e
Centros Culturais do IPHAN/MinC



A construção de uma política pública

Os museus conquistaram notável centralidade no panorama político e cultural do mundo contemporâneo; eles deixaram de ser compreendidos por setores da política e da intelectualidade brasileira apenas como casas onde se guardam relíquias de um certo passado ou, na melhor das hipóteses, como lugares de interesse secundário do ponto de vista sociocultural e passaram a ser percebidos como práticas sociais complexas, que se desenvolvem no presente, para o presente e para o futuro, como centros (ou pontos) envolvidos com a criação, comunicação, produção de conhecimentos e preservação de bens e manifestações culturais. Por tudo isso, o interesse político nesse território simbólico está em franca expansão.

É possível supor que os museus estejam conquistando um novo lugar na vida social brasileira. A confirmação dessa suposição implica o entendimento de que uma nova imaginação museal está em curso.

O novo lugar ocupado pelos museus nas agendas política, econômica e cultural tem relação direta com o processo de construção da Política Nacional de Museus, lançada como ação estratégica do Ministério da Cultura, em maio de 2003, no Museu Histórico Nacional, na Cidade do Rio de Janeiro.

Ainda que a Política Nacional de Museus tenha sido lançada como um documento avaliado e amparado pelo Estado republicano, o segredo do seu funcionamento está no seu caráter de movimento social e, portanto, de ação que extrapola as molduras políticas convencionais.

Um dos primeiros desdobramentos da Política Nacional de Museus foi a criação do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN e o conseqüente fortalecimento de todos os museus do Ministério; na seqüência, foi criado o Sistema Brasileiro de Museus e, no presente momento, está em pauta a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

Tudo isso indica o inequívoco compromisso do Ministério da Cultura com a valorização e a resignificação dos museus e da museologia.

Balço e perspectivas

O novo governo, empossado em janeiro de 2003, estabeleceu para o Ministério da Cultura novos paradigmas conceituais e práticos e desenvolveu um plano de implementação de políticas

públicas sem precedentes na história do Brasil contemporâneo. Não há exagero quando se diz que, na atual gestão, o MinC foi recriado e refundado e passou a ter efetivamente estatura e envergadura de Ministério.

Em sintonia com o novo projeto de nação e com o fortalecimento de uma cultura republicana em bases contemporâneas, o Ministério da Cultura convidou a comunidade museológica brasileira para participar democraticamente da construção de uma política pública voltada para o setor. Um dos frutos dessa ação inédita foi o lançamento da Política Nacional de Museus, no dia 16 de maio de 2003, em meio às comemorações do Dia Internacional de Museus.

O gesto emblemático de lançar a Política Nacional de Museus apenas cinco meses depois da posse do novo governo, com a presença entusiasmada do

Ministro de Estado da Cultura, Gilberto Passos Gil Moreira, indica a sensibilidade e o comprometimento do Ministério em relação às questões museológicas e, ao mesmo tempo, sublinha a capacidade de

“No mês de abril de 2005, após dois anos de lançamento, pelo Ministério da Cultura, da Política Nacional de Museus, o Congresso Nacional deve aprovar emenda à Constituição de 1988, nela introduzindo a obrigatoriedade, por parte do Estado brasileiro, da elaboração do Plano Nacional de Cultura.

A partir daí, os entes federados deverão elaborar, via projetos de lei, seus respectivos planos de caráter plurianual, tal como já acontece nas áreas de Educação e Saúde. Em março de 2005, o Ministério da Cultura enviou à Casa Civil minuta de decreto organizando o Sistema Federal de Cultura e regulamentando o Conselho Nacional de Políticas Culturais, o qual deverá ser assinado em breve pelo presidente Lula. Por este decreto, o governo federal oferecerá o exemplo de maior organicidade das políticas transversais de cultura no seu âmbito de atuação e, com o CNPC regulamentado, a experiência de participação ampla da sociedade civil na definição de diretrizes da política cultural. Por meio dessas medidas jurídicas e administrativas, o campo institucional da cultura começa a ganhar novos contornos, transitando de um longo período de fragilidade e ações dispersas para o da construção de uma política pública, de caráter nacional, federativo e democrático. E criando as bases para a institucionalização de um sistema de financiamento público à cultura condizente com as expectativas da nação, tal como a vinculação orçamentária constitucional, já existente para Saúde e Educação.

Nesse contexto, a Política Nacional de Museus, o Sistema Brasileiro de Museus, a criação do Departamento de Museus do IPHAN, rumo à implantação do Instituto Brasileiro de Museus, são ações de política cultural do setor museológico brasileiro que não apenas são coerentes com os princípios acima expostos como, em certa medida, os antecipam. Dessa forma, os museus brasileiros constituem um setor dinâmico e pioneiro, que deve servir de exemplo aos demais na consolidação de uma política pública de cultura no Brasil.”

Márcio Meira, secretário de Articulação Institucional do Ministério da Cultura

mobilização dos atores que operam no campo museal.

A necessidade de aglutinação de diferentes sujeitos em torno de diretrizes políticas comuns e socialmente partilhadas informou a

elaboração do documento base da Política Nacional de Museus. Em termos metodológicos o processo de construção da Política Nacional de Museus foi dividido em quatro etapas:

I – Elaboração de um documento

básico para discussão com a participação de representantes de entidades e organizações museológicas e universidades, além de profissionais de destacada atuação na área;

II – Apresentação e debate público



do documento básico, em reuniões ampliadas, no Rio de Janeiro e em Brasília, no período de 23 a 27 de março de 2003, com a participação de diretores de museus, representantes das secretarias estaduais e municipais de cultura, professores de universidades, representantes de entidades e organizações museológicas de âmbito nacional e internacional. Estas reuniões envolveram mais de uma centena de pessoas.

III – Ampla disseminação e discussão do documento básico por meio eletrônico e reuniões presenciais. Profissionais de museus de diferentes áreas de conhecimento, professores, estudantes, aposentados, pesquisadores, técnicos, gestores culturais, líderes comunitários, políticos, educadores, jornalistas e artistas, enfim, todos os interessados em participar do debate, puderam contribuir livre e democraticamente para o aprimoramento da proposta inicial. Além das múltiplas e expressivas contribuições nacionais, o documento contou também com a leitura crítica, atenta e sugestiva de profissionais que atuam na França, na Holanda e em Portugal;

IV – Finalmente, uma equipe mista, formada por pessoas de dentro e de fora do MinC, cuidou de consolidar as diferentes sugestões e de

apresentar uma nova versão para o documento inicial. Essa versão foi mais uma vez submetida ao debate por meio eletrônico, corrigida, ajustada e depois publicada e lançada no outono de 2003.

Um dos resultados dessa consulta ampla foi o entendimento dos museus como práticas e processos socioculturais colocados a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, politicamente comprometidos com a gestão democrática e participativa e museologicamente voltados para as ações de investigação e interpretação, registro e preservação cultural, comunicação e exposição dos testemunhos do homem e da natureza, com os objetivos de propiciar a ampliação do campo das possibilidades de construção identitária e a percepção crítica acerca da realidade cultural brasileira.

Em termos econômicos e operacionais, a Política Nacional de Museus conta com os recursos do Fundo Nacional da Cultura (FNC), das leis de incentivo fiscal, do Programa Museu, Memória e Cidadania, com a parceria do Programa Monumenta, com o investimento das empresas estatais sensíveis às questões culturais e com os orçamentos próprios dos órgãos e entidades que operam diretamente no campo museal.

Os princípios adotados para orientação da Política Nacional de Museus foram os seguintes:

1. Estabelecimento e consolidação de políticas públicas para os campos do patrimônio cultural, da memória social e dos museus, visando à democratização das instituições e do acesso aos bens culturais;
2. Valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus, compreendendo-os como unidades de valor estratégico nos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local;
3. Desenvolvimento de práticas e políticas educacionais orientadas para o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro;
4. Reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades organizadas de participar, em conjunto com os técnicos e gestores culturais, dos processos de registro e proteção legal e dos procedimentos técnicos e políticos de definição do patrimônio a ser musealizado;
5. Estímulo e apoio à participação de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares e outros na Política Nacional de Museus e nas ações de preservação e gerenciamento do patrimônio cultural;
6. Incentivo a programas e ações que viabilizem a conservação, a preservação e a sustentabilidade do patrimônio cultural submetido a processo de musealização;
7. Respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afro-

descendentes, de acordo com as suas especificidades e diversidades.

Uma vez apresentados os objetivos, a rede de parcerias e os princípios orientadores da Política Nacional de Museus, o documento, consolidado após muito debate, identifica sete eixos programáticos, capazes de aglutinar, orientar e estimular a realização de projetos e ações museológicas:

1. Em relação ao eixo **Gestão e configuração do campo museológico** estão previstas as seguintes ações: implementação do Sistema Nacional de Museus e incentivo à criação de sistemas estaduais e municipais de museus e outras instituições de memória; criação do Cadastro Nacional de Museus; criação e aperfeiçoamento de legislação que oriente a atuação dos museus; integração de diferentes instâncias governamentais envolvidas com a gestão de patrimônios culturais musealizados; criação de pólos museais regionalizados e de equipes volantes com vários níveis de especificidade; criação de medidas de cooperação técnica entre laboratórios de restauração e conservação de diversas tipologias de acervos; promoção à participação de comunidades indígenas e afrodescendentes no gerenciamento e promoção de seus patrimônios culturais; estabelecimento de planos de carreira, seguidos de concursos

públicos específicos para atender às diferentes necessidades das profissões museais.

2. O eixo **Democratização e acesso aos bens culturais** comporta as seguintes ações: criação de redes de informação entre os museus brasileiros e seus profissionais; estímulo e apoio ao desenvolvimento de processos e metodologias de gestão participativa nos museus; criação de mecanismos que favoreçam a documentação, a conservação, a restauração, a informatização e a disponibilização dos bens culturais; criação de programas que visem uma maior inserção do patrimônio cultural musealizado na vida social contemporânea; apoio à realização de eventos multi-institucionais e à circulação de exposições museológicas; apoio à publicação da produção intelectual e à difusão da produção editorial específica dos museus e da museologia; apoio às ações que visem a democratização do acesso aos museus e o desenvolvimento de políticas de comunicação com o público; criação de medidas de cooperação técnica e de socialização de experiências.

3. O eixo **Formação e capacitação de recursos humanos** tem por foco as seguintes ações: criação e implementação de um programa de formação e capacitação de recursos humanos em museus e museologia, com a ampliação da oferta

de cursos de graduação e pós-graduação, cursos técnicos, cursos de extensão e oficinas; inclusão de conteúdos e disciplinas que tratem do uso educacional dos museus e dos patrimônios culturais nos currículos dos ensinos fundamental e médio; criação de políticas de formação em educação com base patrimônio cultural; criação de pólos de capacitação e de equipes volantes que possam atuar em âmbito nacional; desenvolvimento de programas de estágio em museus brasileiros e estrangeiros; apoio à realização de encontros, seminários, congressos e outros fóruns de discussão para divulgação da produção de conhecimento da área dos museus, da memória social, do patrimônio cultural e da museologia.

4. O eixo **Informatização de museus** tem como objetivos a criação de políticas de apoio à informatização dos museus brasileiros; o apoio aos processos de desenvolvimento de sistemas informatizados de documentação e gestão de acervos; o estímulo e o apoio a projetos que visam disponibilizar informações sobre museus em mídias eletrônicas; o apoio aos projetos institucionais de transferência de tecnologias para outras instituições de memória; o estímulo aos projetos de informatização e tecnologia digital desenvolvidos em parceria com instituições de ensino.

5. O desenvolvimento do eixo **Modernização de infra-estruturas museológicas** tem como ações previstas: o apoio à realização de obras de manutenção, adaptação, climatização e segurança de imóveis que abrigam acervos museológicos, bem como a projetos de modernização das instalações de reservas técnicas e de laboratório de restauração e conservação; o estímulo à modernização e à produção de exposições; o incentivo a projetos de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias no campo da conservação, documentação e comunicação.

6. O eixo **Financiamento e fomento para museus** prevê a criação de um Fundo de Amparo ao patrimônio cultural e aos museus brasileiros; o desenvolvimento de programas de qualificação de museus junto ao CNPq, à CAPES e às Fundações de Amparo à Pesquisa; a constituição de políticas de fomento e difusão da produção cultural e científica dos museus nacionais, estaduais e municipais; o estabelecimento de parcerias entre as diversas esferas do poder público e a iniciativa privada, de modo a promover a valorização e a sustentabilidade do patrimônio cultural musealizado; e o aperfeiçoamento da legislação de incentivo fiscal, visando à democratização e à distribuição mais harmônica dos recursos aplicados ao patrimônio cultural musealizado.

7. O último eixo, **Aquisição e gerenciamento de acervos culturais**, tem como metas a criação de um programa de políticas integradas de permuta, aquisição, documentação, pesquisa, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos nos níveis municipal, estadual e nacional e de acervos de comunidades indígenas, afro-descendentes e das diversas etnias constitutivas da sociedade brasileira; o apoio ao estabelecimento de políticas democráticas de aquisição de acervos que levem em consideração a diversidade étnica, cultural e social do povo brasileiro, bem como a necessidade de preservar acervos representativos da vida social e cultural brasileira no século XX; o estabelecimento de critérios de apoio e financiamento às ações de conservação e restauração de bens culturais; o apoio às instâncias nacionais e internacionais de fiscalização e controle do tráfico ilícito de bens culturais, assim como às ações e aos dispositivos legais de reconhecimento, salvaguarda e proteção dos bens culturais vinculados à história e à memória social de interesse local, regional ou nacional.

Assim como a construção do texto que fundamenta a Política Nacional de Museus foi resultado de uma ação democrática e participativa, assim também vem sendo conduzida a sua implementação. A Política Nacio-

nal de Museus está disseminada por todo o território nacional; de modo gradual e seguro ela vem se enraizando na vida cultural brasileira. A sua capilaridade é notável; em todas as unidades federativas existem agentes sintonizados e comprometidos com o seu desenvolvimento; ações de capacitação e formação profissional estão sendo realizadas por todo o país; sistemas estaduais de museus estão sendo criados ou revitalizados; fóruns, seminários, jornadas e encontros são levados a efeito por todo o canto.

Com alegria, o Ministério da Cultura pode afirmar que a Política Nacional de Museus não lhe pertence, ainda que ele cumpra o seu dever de ofício que é torná-la cada vez mais uma política pública, de caráter republicano e à serviço da sociedade brasileira.

Nesses dois anos de governo, as diretrizes da Política Nacional de Museus, além de terem servido de inspiração e orientação para muitas ações produzidas fora do âmbito ministerial, constituíram a base de projetos e ações museológicas empreendidas pelo Ministério da Cultura.

O processo de construção e implementação da Política Nacional de Museus está apenas em seu início. As perspectivas para os próximos dois anos, apesar de alguns entraves orçamentários, são positivas. O Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN continua se empenhado na implantação

do Cadastro Nacional de Museus e do Observatório de Museus, na consolidação do Sistema Brasileiro de Museus, na criação do Instituto Brasileiro de Museus, no investimento e na ampliação da rede de parceiros nacionais e internacionais, no fortalecimento dos instrumentos de comunicação, no estabelecimento de um programa editorial de alcance nacional e na realização de concurso público para os museus do Ministério. Nesses dois anos de trabalho, uma das lições aprendidas na prática pelo Departamento de Museus e Centros Culturais é que o caminho – seja ele qual for – só se faz quando o caminhante se põe a andar:

Modelo de gestão

Como foi indicado, a Política Nacional de Museus foi construída com base em uma metodologia que estimulou a participação de múltiplos atores sociais. Reuniões presenciais sistemáticas e entusiasmados debates por correio eletrônico permitiram que fosse desenhado um cenário nacional dos museus, trazendo à tona os pontos fortes e as oportunidades, os pontos fracos e as ameaças.

No cenário citado, em termos de pontos fortes e oportunidades, destacam-se:

- a diversidade e a capilaridade museal;
- a forte inserção dos museus nas comunidades locais;
- o expressivo leque de serviços disponibilizados ao público, com

“A situação que nós herdamos dos museus era muito ruim. Quando assumimos esta gestão, muitos estavam abandonados. Goteiras, princípios de incêndio, acervos defasados e pouca capacidade de atratividade foram apenas alguns dos problemas que encontramos logo após a posse do

Ministro Gilberto Gil. Hoje, estamos vivendo uma experiência de revitalização dos museus não só como ativos culturais importantes para o país, mas também como fonte de renda para municípios de todas regiões brasileiras. Estamos investindo na preservação e qualificação dos museus em sua dimensão cultural, educativa e turística.

Nesse sentido, a Política Nacional de Museus é fundamental no sistema MinC. Com a implementação desta política, o IPHAN ampliou sua visão, responsabilidade e atuação sobre os museus brasileiros. A partir de uma compreensão mais ampla de integração de políticas públicas, o IPHAN passou a atuar junto aos museus sob a guarda do setor privado e dos poderes públicos estaduais e municipais, indo além dos museus sob sua responsabilidade administrativa. Nos últimos dois anos, fizemos mais de 600 eventos em todo o país, praticamente um por dia.

Portanto, a Política Nacional de Museus incorpora uma responsabilidade muito maior, no sentido de definir prioridades, modelos de ação e modelos gerenciais, permitindo ao MinC uma atuação em todo o universo dos museus brasileiros. Esta política possibilita, de fato, uma contribuição decisiva para o aprimoramento do setor.

A criação do Instituto Brasileiro de Museus é uma demanda antiga, pois os museus exigem uma administração setorial para enfrentar os diversos problemas da área e para possibilitar uma qualificação de gestão.

Certamente, esse instituto ampliará a Política Nacional de Museus, dando grande contribuição ao setor museal.”

Juca Ferreira, secretário executivo do Ministério da Cultura

atenção para os programas educativos e as exposições temáticas de curta, média e longa duração;

- a presença, em alguns museus, de equipes altamente qualificadas, equipamentos modernos e práticas museais exemplares;
- relevantes exemplos de documentação e gestão de coleções, bem como de capacitação do

corpo técnico dos museus;

- ampla rede de apoio e colaboração nacional e internacional.

Em termos de pontos fracos e ameaças, destacam-se:

- a precariedade de nível jurídico e administrativo de muitos museus;
- a falta de eficácia nos procedimentos técnicos de documentação e gestão de acervos;

- a carência de políticas de segurança e conservação preventiva;
- a fragilidade dos instrumentos de gestão dos museus e o desempenho pouco eficaz da sua função social;
- a pouca valorização da função pesquisa;
- coleções deficientemente inventariadas, conservadas, estudadas e divulgadas;
- a baixa ocorrência de periódicos especializados para a divulgação da produção de conhecimento e práticas museais.

O modelo de gestão delineado pelo Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN tratou de operar sobre o cenário acima referido e buscou superar dificuldades e ameaças e, ao mesmo tempo, corroborar os pontos fortes e as oportunidades. Nesse sentido, foi construído um modelo de gestão que, graficamente, pode ser representado por meio do seguinte quadro:



O modelo de gestão, como se vê, envolve três instrumentos de operação:

Instrumentos institucionais: refere-se à organização institucional do setor museológico, o que envolve a criação

do Sistema Brasileiro de Museus, do cadastro Nacional de Museus, do Instituto Brasileiro de Museus e a definição de uma legislação específica para o campo museal.

Instrumentos de fomento: refere-se aos dispositivos políticos e administrativos que foram pensados e desenvolvidos visando a revitalização dos museus, tais como o Programa Museu Memória e Cidadania, os editais do Ministério da Cultura, do Banco Nacional do Desenvolvimento Social, da Caixa Econômica Federal e da Petrobras, além das leis de incentivo à cultura e dos programas estaduais e municipais de apoio a museus.

Instrumentos de democratização: refere-se à formação de uma rede de colaboradores nacionais e internacionais. O Sistema Brasileiro de Museus, por sua capacidade de aglutinação e articulação de entidades e atores sociais, é um dos pontos de destaque dessa rede. Outros instrumentos de democratização são as redes temáticas, o lançamento de editais, os programas de capacitação e formação profissional, o programa de cooperação internacional desenvolvido com a Espanha e com Portugal, a realização de fóruns estaduais e municipais de museus e a criação e a revitalização de sistemas estaduais e municipais de museus.

O aprimoramento dos três instrumentos citados e a ampla disseminação de um modelo de gestão

participativa que leve em conta a importância de um planejamento estratégico estão entre as principais metas do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN para os próximos dois anos.

Sistema Brasileiro de Museus

O Sistema Brasileiro de Museus, outra demanda antiga da área museológica, foi instituído em 5 de novembro de 2004, com a publicação do Decreto nº 5.264, assinado pelo excelentíssimo senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e pelo excelentíssimo senhor Ministro da Cultura Gilberto Passos Gil Moreira.

A publicação do decreto de criação do Sistema Brasileiro de Museus, em data emblemática e conhecida como o Dia da Cultura, é um gesto que preenche uma lacuna historicamente determinada, sublinha a dimensão cultural do museu contemporâneo e representa uma conquista decisiva dos atores sociais que desde o início do novo governo envolveram-se com a construção e a implementação da Política Nacional de Museus.

O início formal dos trabalhos do Sistema Brasileiro de Museus está previsto para o mês de maio de 2005, ocasião em que ocorrerá a posse do seu Comitê Gestor, cuja finalidade é propor diretrizes políticas e ações concretas, além de apoiar e acompanhar o desenvolvimento do setor museológico no Brasil.

A principal característica do Sistema Brasileiro de Museus é o seu papel de articulador dos museus brasileiros, sejam eles federais, estaduais, municipais ou particulares; de grande, médio ou pequeno porte; nacionais, regionais ou locais; monográficos, temáticos, biográficos ou generalistas. Esse papel de articulação exige que o Sistema Brasileiro de Museus desenvolva um trabalho em rede de ampliada capilaridade e de valorização de intercâmbios e parcerias horizontais entre o poder público e a sociedade civil.

A expectativa do Ministério da Cultura é que o Sistema Brasileiro de Museus – a exemplo do que acontece em países como Portugal, Espanha e França, onde já existem sistemas ou redes de museus em pleno funcionamento – constitua um marco diferencial da atuação do Estado em relação ao patrimônio cultural musealizado, contribua para a superação de antigos obstáculos museológicos e estimule a valorização e a renovação dos saberes e fazeres específicos do campo museal.

O decreto de instituição do Sistema Brasileiro de Museus, exposto a seguir, contém as informações necessárias para a melhor compreensão de suas finalidades, objetivos específicos, instituições integrantes e composição do Comitê Gestor:

“O debate para aprofundamento da formação de opinião sobre a Política Nacional de Museus e o Sistema Brasileiro de Museus dá seqüência a um universo de interesses da Comissão de Educação e Cultura. Em particular, tem o propósito de reforçar uma das responsabilidades desta Comissão, isto é, dar tratamento aos temas voltados à cultura, em que pese ser de domínio público o protagonismo que ocupa a área de educação em termos de política pública consistente, o volume de recursos públicos e privados aplicados na área e constituir-se a educação num direito público subjetivo, mas consolidado do ponto de vista da absorção cultural da sociedade brasileira e da própria prática de políticas públicas consistentes e historicamente instituídas nesse viés. Temos um protagonismo menor, lamentavelmente, da área de cultura, cujas políticas, durante algum tempo, até do ponto de vista do Executivo, caminharam conjuntamente no mesmo órgão. Essa é a matriz da organização do Estado brasileiro na área da cultura. Pretendemos prosseguir acrescentando capacidade a esta Comissão de não apenas oferecer informações importantes para nós, parlamentares, e para o conjunto da sociedade brasileira, mas, ao mesmo tempo, de melhor orientar a nossa própria opinião em torno das mudanças legislativas que forem pertinentes. Em seguida, pretendemos rumar para a consolidação do Plano Nacional de Cultura, apresentado como horizonte legislativo e, ao mesmo tempo, também apontar para a necessidade de aperfeiçoamentos legais em diversas áreas. Não é demais mencionar que esse aspecto de memória do patrimônio imaterial, assim como é conhecida mais popularmente a dinâmica de museus no país, não tem apenas forte apelo do ponto de vista do que isso significa na guarda e na promoção da memória e da cultura nacionais, mas também de explorar o potencial – quase inexplorado – nas áreas de museus e do que isso representa para muitas das nossas populações como oportunidade de se reconhecer, de se identificar e de produzir uma ambientação que, do ponto de vista da difusão cultural, é importante até no universo da atração de turismo nacional e internacional. Já temos boa infra-estrutura instalada, com forte tendência de expansão, e isso deve ser apoiado e organizado. Daí a importância de discutirmos a conformação de um Sistema Nacional de Museus e suas diversas variáveis.”

Deputado Federal Carlos Abicalil, PT/MT, presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara (2004-2005)

Decreto Nº 5.264, de 5 de novembro de 2004

Institui o Sistema Brasileiro de Museus e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição, DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Brasileiro de Museus, com a finalidade de promover:

I - a interação entre os museus, instituições afins e profissionais ligados ao setor; visando ao constante aperfeiçoamento da utilização de recursos materiais e culturais;

II - a valorização, registro e disseminação de conhecimentos específicos no campo museológico;

III - a gestão integrada e o desenvolvimento das instituições, acervos e processos museológicos; e

IV - o desenvolvimento das ações voltadas para as áreas de aquisição de bens, capacitação de recursos humanos, documentação, pesquisa, conservação, restauração, comunicação e difusão entre os órgãos e entidades públicas, entidades privadas e unidades museológicas que integrem o Sistema.

Parágrafo único. Caberá ao Ministério da Cultura coordenar o Sistema Brasileiro de Museus, fixar diretrizes, estabelecer orientação normativa e supervisão técnica para o exercício de atividades sistematizadas no âmbito das matérias e objetivos do Sistema, preservada a autonomia administrativa, as dotações orçamentárias e a gestão de pessoal próprias dos órgãos e entidades que o integrem.

Art. 2º São características das instituições museológicas, dentre outras:

I - o trabalho permanente com patrimônio cultural;

II - a disponibilização de acervos e exposições ao público, propiciando a ampliação do campo de construção identitária, a percepção crítica da realidade cultural brasileira, o estímulo à produção do conhecimento e à produção de novas oportunidades de lazer;

III - o desenvolvimento de programas, projetos e ações que utilizem o patrimônio cultural como recurso educacional e de inclusão social; e

IV - a vocação para a comunicação, investigação, interpretação, documentação e preservação de testemunhos culturais e naturais.

Art. 3º As instituições museológicas dos órgãos vinculados ao Ministério da Cultura passam a integrar o Sistema Brasileiro de Museus.

Parágrafo único. Poderão fazer parte do Sistema Brasileiro de Museus, mediante a formalização de instrumento hábil a ser firmado com o Ministério da Cultura:

I - outras instituições museológicas vinculadas aos demais Poderes da União, bem como de âmbito estadual e municipal;

II - as instituições museológicas privadas, inclusive aquelas das quais o Poder Público participe;

III - as organizações sociais, os museus comunitários, os ecomuseus e os grupos étnicos e culturais que mantenham ou estejam desenvolvendo projetos museológicos;

IV - as escolas e as universidades oficialmente reconhecidas

pelo Ministério da Educação, que mantenham cursos relativos ao campo museológico; e

V - outras entidades organizadas vinculadas ao setor museológico.

Art. 4º Constituem objetivos específicos do Sistema Brasileiro de Museus:

I - promover a articulação entre as instituições museológicas, respeitando sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnico-científica;

II - estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades museológicas que respeitem e valorizem o patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais, de acordo com as suas especificidades;

III - divulgar padrões e procedimentos técnico-científicos que orientem as atividades desenvolvidas nas instituições museológicas;

IV - estimular e apoiar os programas e projetos de incremento e qualificação profissional de equipes que atuem em instituições museológicas;

V - estimular a participação e o interesse dos diversos segmentos da sociedade no setor museológico;

VI - estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades educativas e culturais nas instituições museológicas;

VII - incentivar e promover a criação e a articulação de redes e sistemas estaduais, municipais e internacionais de museus, bem como seu intercâmbio e integração ao Sistema Brasileiro de Museus;

VIII - contribuir para a implementação, manutenção e atualização de um Cadastro Nacional de Museus;

IX - propor a criação e aperfeiçoamento de instrumentos legais para o melhor desempenho e desenvolvimento das instituições museológicas no país;

X - propor medidas para a política de segurança e proteção de acervos, instalações e edificações;

XI - incentivar a formação, atualização e a valorização dos profissionais de instituições museológicas; e

XII - estimular práticas voltadas para permuta, aquisição, documentação, investigação, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos museológicos.

Art. 5º O Sistema Brasileiro de Museus disporá de um Comitê Gestor, com a finalidade de propor diretrizes e ações, bem como apoiar e acompanhar o desenvolvimento do setor museológico brasileiro.

§ 1º O Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus será composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I - dois do Ministério da Cultura;

II - um do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

III - um do Ministério da Educação;

IV - um do Ministério da Defesa;

V - um do Ministério da Ciência e Tecnologia;

VI - um do Ministério do Turismo;

VII - um dos sistemas estaduais de museus;

VIII - um dos sistemas municipais de museus;

IX - um de entidade representativa dos museus privados de âmbito nacional;

X - um do Conselho Federal de Museologia;

XI - um de entidade de âmbito nacional representativa

dos ecomuseus e museus comunitários;

XII - um do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus;

XIII - um da Associação Brasileira de Museologia, e

XIV - dois de instituições universitárias relacionadas à área de Museologia.

§ 2º O Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus será coordenado pelo Ministro de Estado da Cultura, ou por representante por ele designado.

§ 3º Os representantes, titulares e suplentes, serão indicados pelos titulares dos Ministérios e entidades representados e serão designados pelo Ministro de Estado da Cultura.

§ 4º Poderão, ainda, ser convidados a participar das reuniões do Comitê Gestor especialistas, personalidades e representantes de órgãos e entidades dos setores público e privado, desde que os temas da pauta justifiquem o convite.

§ 5º Poderão ser constituídos, no âmbito do Comitê Gestor, grupos temáticos, de caráter permanente ou temporário, destinados ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos.

Art. 6º A participação nas atividades do Comitê Gestor e dos grupos temáticos será considerada função relevante, não remunerada.

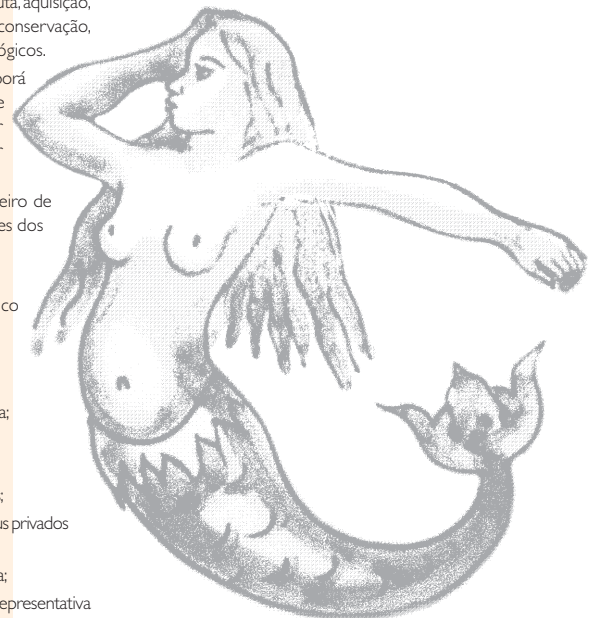
Art. 7º Ao Ministério da Cultura cabe prover o apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos de secretaria do Comitê Gestor e dos grupos temáticos.

Art. 8º Para o cumprimento de suas funções, o Comitê Gestor contará com recursos orçamentários e financeiros consignados no orçamento do Ministério da Cultura.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de novembro de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
GILBERTO PASSOS GIL MOREIRA



Instituto Brasileiro de Museus

Breve histórico dos museus no Brasil

A mais antiga experiência museológica de que se tem notícia no Brasil remonta ao século XVII e foi desenvolvida durante o período de dominação holandesa, em Pernambuco. Mais adiante, já na segunda metade do século XVIII, no Rio de

colonial. De qualquer modo, acontecimentos museais capazes de se enraizar na vida social e cultural brasileira só seriam perpetrados após a chegada da família real portuguesa, em 1808, o que se constituiria num marco sem precedentes. É nesse quadro que, em 1818, é criado o Museu Real, hoje

Museu Nacional da Quinta da Boa Vista e, em 1816, a Escola Real de Ciências Artes e Ofícios, que, a rigor, pode ser considerada a célula-mãe do atual Museu Nacional de Belas Artes.

De modo gradativo, a imaginação museal no Brasil foi se constituindo com as experiências desenvolvidas no século XIX, sobretudo a partir de sua segunda metade.

Nesse sentido, merecem destaque a criação do Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), do Museu do Exército (1864), da Sociedade Filomática (1866) – que daria origem ao Museu Paraense Emílio Goeldi –, do Museu da Marinha (1868), do Museu Paranaense (1876) e do Museu Paulista (1895).

Este breve e incompleto esboço

da constituição da imaginação museal no Brasil permite que se compreenda que, mesmo antes do surgimento das universidades e dos institutos públicos de preservação do patrimônio cultural, os museus já exerciam as funções de pesquisa, preservação, comunicação patrimonial e mesmo de formação e capacitação profissional.

Durante as comemorações do Centenário da Independência do Brasil foi criado, no Rio de Janeiro, o Museu Histórico Nacional. Esse gesto emblemático de criação de um museu de história constituiu uma novidade, ainda que não fosse, como alguns autores pretendem, um gesto “divisor de águas”, posto que, a rigor, ele vinha preencher uma lacuna identificada no século anterior. Se existem gestos divisores de águas no campo museal, eles encontram-se na criação do Curso de Museus (1932) e na criação da Inspeção de Monumentos Nacionais (1934), dois acontecimentos produzidos no âmbito do Museu Histórico Nacional. O primeiro foi responsável pela institucionalização da museologia e dos estudos de museus no Brasil e o segundo foi um dos principais antecedentes do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1936.

Importa reconhecer que a Inspeção de Monumentos Nacionais, cria-

“Manifesto meu entusiasmo com a conformação de uma Política Nacional de Museus e seus diversos aspectos, elaborando e implantando Sistemas Regionais de Museus, com a participação dos estados e municípios.

O Sistema Nacional de Museus foi amplamente discutido nesta Comissão e será um marco diferencial na atuação do Estado em relação ao uso, comunicação, documentação, investigação e preservação do nosso patrimônio cultural material e imaterial.

Por isto, priorizamos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) o Programa Museu, Memória e Cidadania. Museus se constituem, com certeza, no mais majestoso guardião da memória e da diversidade cultural do país, orgulho dos que os concebem e mantêm, contaminando aqueles que usufruem dos seus acervos.”

Deputado Paulo Delgado, presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados (2005-2006)

Janeiro, surgiria a famosa Casa de Xavier dos Pássaros, em verdade, um museu de história natural, cuja existência prolongou-se até o início do século XIX.

Ainda que essas duas experiências museológicas não tenham se perpetuado, elas constituem uma notável evidência de que, pela via dos museus, ações de caráter preservacionista foram levadas a efeito durante o período

da por Gustavo Barroso, em 1934, realizou um trabalho pioneiro de inventário, identificação, conservação e restauração de bens tangíveis na Cidade de Ouro Preto, elevada, por decreto, em 1933, à categoria de Monumento Nacional. A intenção explícita desse reconhecimento é destacar que o primeiro organismo federal institucionalizado de proteção do patrimônio monumental brasileiro foi criado, coordenado e colocado em movimento a partir de uma unidade museal.

Novos e diversificados museus privados, públicos e mistos foram criados a partir dos anos trinta, na esteira da modernização e do fortalecimento do Estado, que passou, então, a interferir diretamente na vida social, nas relações de trabalho e nos campos da educação, da saúde e da cultura.

A notável proliferação de museus iniciada nos anos trinta prolongou-se e ampliou-se nos anos quarenta e cinquenta, atravessou a Segunda Guerra Mundial e a denominada Era Vargas e atingiu, com vigor, os chamados anos dourados. É importante registrar que essa proliferação não se traduziu apenas em termos de quantidade; ela implicou uma nova forma de compreensão dos museus e um maior esforço para a profissionalização do campo.

No início dos anos oitenta, foi criada a Fundação Nacional PróMemória (FNPM) que abrigou, durante aproxi-

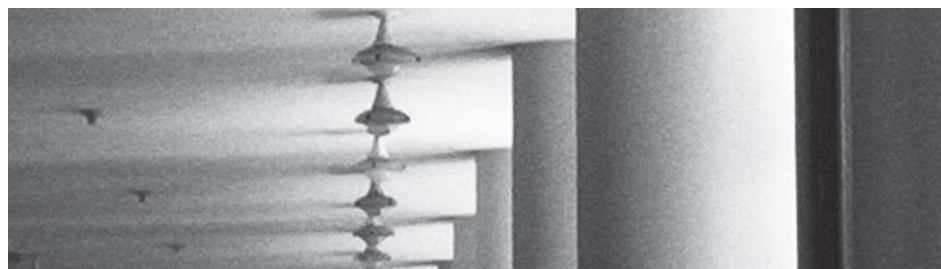
madamente uma década, um conjunto expressivo de museus que não eram atendidos pela política cultural da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Quando no início dos anos noventa, durante o governo Collor, a Fundação Nacional PróMemória e a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foram extintas e, em substituição, foi criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), os aludidos museus foram esquecidos e deixados de fora da nova estrutura. Após algum tempo, percebido o dramático equívoco, os museus foram incorporados, por meio de portaria interna, ao IBPC, posteriormente denominado IPHAN.

Museus e patrimônio: campos complementares

A trajetória dos museus no Brasil, de modo notável, indica que as ações de comunicação, pesquisa e preservação do patrimônio cultural madrugaram nessas instituições, que, concretamente, existem no tempo presente. As relações entre os museus e o patrimônio não nasceram e não se esgotaram no século XX. Esse entendimento favorece a

compreensão de que as categorias museu e patrimônio podem ser consideradas como campos complementares e, por isso mesmo, uma não se reduz obrigatoriamente à outra. Em outras palavras: os museus não são apêndices do campo patrimonial; eles constituem práticas sociais específicas, com trajetórias próprias, com mitos fundadores peculiares.

Sem dúvida, é possível pensar que os museus estão inseridos no campo patrimonial, mas, ainda assim, é forçoso reconhecer que eles têm freqüentemente contribuído, de dentro para fora e de fora para dentro, para forçar as portas e dilatar o domínio patrimonial. Ao contribuir para a constituição e a dilatação do domínio patrimonial, o campo museal se vê igualmente forçado a dilatar e reorganizar os seus próprios limites, especialmente a partir das suas práticas de mediação. Esse fenômeno, passível de ser observado após a Segunda Grande Guerra e, sobretudo, após as guerras coloniais, ganha ainda maior nitidez nos anos oitenta, com os desdobramentos da chamada Nova Museologia.



O Movimento Internacional da Nova Museologia (MINOM), que se organizou nos anos oitenta – a partir dos flancos abertos, nos anos setenta, no corpo da museologia clássica, tanto pela Mesa Redonda de Santiago do Chile, quanto pelas experiências museais desenvolvidas no México, na

nação museal e seus desdobramentos (museológicos e museográficos) passaram a poder ser lidos em qualquer parte onde estivesse em questão um jogo de representações de memórias corporificadas. Casas, fazendas, escolas, fábricas, estradas de ferro, músicas, minas de carvão, ce-

mitérios, gestos, campos de concentração, sítios arqueológicos, notícias, planetários, jardins botânicos, festas populares, reservas biológicas, tudo isso poderia receber o impacto de um olhar museológico.

O esforço “para tentar imaginar um museu de um tipo novo” e, ao mesmo tempo, sistematizar as novas práticas, sublinhando as diferenças em relação a outros

modelos teóricos, levou Hugues de Varine, ainda nos anos setenta, a desenhar uma concepção de museu que substituísse as noções de público, coleção e edifício pelas de população local, patrimônio comunitário e território ou meio ambiente.

Os museus brasileiros estão em movimento. E, por isso, interessa compreendê-los em sua dinâmica social e interessa compreender o que se pode fazer com eles e a partir

deles no âmbito de uma política pública de cultura.

O projeto de criação do Instituto Brasileiro de Museus

A criação do Instituto Brasileiro de Museus será marco e coroação de uma agenda de política cultural que vem sendo trabalhada desde o início da atual gestão do Ministério da Cultura. Além disso, será também o reconhecimento efetivo de que a especificidade do campo museal requer e justifica, sobretudo no mundo contemporâneo, um campo específico de institucionalização. A vitalidade desse campo decorre de sua capacidade *sui generis* de mesclar preservação, investigação e comunicação; tradição, criação e modernização; identidade, alteridade e hibridismo; localidade, nacionalidade e universalidade. Hoje, o centro de gravidade da política cultural do Brasil passa pelo território dos museus.

Com o objetivo de dar partida ao processo de corporificação do Instituto Brasileiro de Museus, o Ministério da Cultura elaborou um anteprojeto de lei visando à sua criação.

De acordo com esse anteprojeto de lei, o referido Instituto terá por finalidade:

I. Promover e assegurar o desenvolvimento de políticas públicas para o setor museológico, com vistas a contribuir para a melhor organização, gestão e desenvolvimento de instituições museológicas e seus acervos;

“Após longas décadas de ostracismo, as instituições museais foram convidadas a participar da formulação de uma política pública nacional para o setor. A proposta da Política Nacional de Museus incorpora os avanços do pensamento museológico, tratando o patrimônio cultural não como um fim em si mesmo, mas como um instrumento que possibilita a inclusão social, a cidadania e o desenvolvimento sustentável. No entanto, é necessário que os profissionais da área museológica enfrentem este desafio e participem desta construção, pois a Política Nacional de Museus é um processo continuado. É neste importante momento do nosso país, em que tanto os museus quanto as entidades da sociedade civil recebem atenção especial, que a Associação Brasileira de Museologia retoma suas atividades.”

Adolfo Samyn Nobre de Oliveira,
diretor-presidente da Associação Brasileira de Museologia

França, na Suíça, em Portugal, no Canadá e um pouco por todo o mundo –, viria também configurar um novo conjunto de forças capazes de dilatar; ao mesmo tempo, o campo museal e a paisagem patrimonial.

A musealização, como prática social específica, derramou-se para fora dos museus institucionalizados. Tudo passou a ser museável, ainda que nem tudo pudesse, em termos práticos, ser musealizado. A *imagi-*

2. Promover a valorização do patrimônio cultural sob a guarda das instituições museológicas, compreendendo-as como unidades de valor estratégico nos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local;

3. Promover o estudo, a preservação, a valorização e a divulgação do patrimônio cultural musealizado, enquanto fundamento de memória e identidade social, fonte de investigação científica e de fruição estética e simbólica;

4. Desenvolver processos de comunicação, educação e ação cultural para o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro;

5. Garantir os direitos das comunidades organizadas de participar dos processos de registro e proteção legal, bem como da definição do patrimônio museológico a ser preservado;

6. Estimular a participação de instituições museológicas e centros culturais nas políticas públicas para o setor museológico e nas ações de preservação, investigação e gestão do patrimônio cultural musealizado;

7. Incentivar programas e ações que viabilizem a preservação, a promoção e a sustentabilidade do patrimônio museológico brasileiro;

8. Estimular e apoiar a criação de instituições museológicas;

9. Promover a permanente qualificação e a valorização de recursos humanos do setor;

10. Contribuir para a divulgação e a difusão, em âmbito nacional e internacional, dos acervos museológicos brasileiros.

Em termos operacionais, o Instituto Brasileiro de Museus se constituirá como autarquia federal, vinculada ao Ministério da Cultura, e atuará em sintonia com o Sistema Brasileiro de Museus. De sua estrutura farão parte os museus atualmente ligados ao IPHAN, além de outras unidades museológicas associadas por convênios, acordos e outros dispositivos legais.



Os museus do Ministério da Cultura na Política Nacional de Museus

Museu de Biologia Mello Leitão (Santa Teresa/ES)

Fundado em 1949, pelo naturalista Augusto Ruschi, o Museu de Biologia Mello Leitão tem como missão realizar pesquisas biológicas, coletar material zoológico e botânico, desenvolver a educação ambiental e preservar a memória de seu criador. Além de controlar duas estações biológicas – Santa Lúcia e Caixa D'Água –, reúne em seu acervo mais de 17 mil itens, que atraem pesquisadores de todo o mundo.

Uma prioridade do Museu tem sido a revitalização de suas unidades museológicas. Vêm sendo realizadas ações emergenciais de reparos nas instalações e a adequação de diversos espaços físicos, além da modernização de equipamentos.

O Museu faz parte do Projeto Biodiversidade da Mata Atlântica do Espírito Santo, no qual atuam pesquisadores de diversas instituições, e esteve presente na XIV Feira do Verde, de Vitória/ES, o maior evento educativo-ambiental do estado. Como reconhecimento ao seu trabalho de proteção da biodiversidade, do desenvolvimento sustentável e do conhecimento científico na Mata Atlântica, o Museu de Biologia Mello Leitão recebeu o Prêmio Muriqui 2003, concedido pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CNRBMA). O Museu conta ainda com um boletim, para divulgação de trabalhos científicos realizados ou apoiados tanto pelo Museu de Biologia como por pesquisadores de outras instituições.

Na parte de educação, foram realizados os projetos Educação Ambiental: uma Forma de Sobreviver; Curso de Ilustração Científica, Projeto Cinema BR – com a realização de sessões no auditório do Museu para estudantes, grupos especiais e comunidade em geral – e Escola Viva II, que ofereceu para a comunidade visitas monitoradas à Estação Biológica Santa Lúcia.

Museus Castro Maya (Rio de Janeiro/RJ)

Os Museus Castro Maya compreendem o Museu Chácara do Céu, em Santa Teresa, e o Museu do Açude, na Floresta da Tijuca. Em 1962, Raimundo Ottoni de Castro Maya criou uma fundação no Rio de Janeiro para preservar e dinamizar o patrimônio artístico que possuía – um acervo de mais de 30 mil itens, com peças de mobiliário lusobrasileiro, prataria, cristais, tapetes, coleção de arte oriental, objetos de arte de arte popular e uma coleção de pinturas, desenhos e gravuras de artistas brasileiros, como Portinari, Di Cavalcanti, Pancetti, Iberê Camargo e Antonio Bandeira. Em 1981, todo o acervo da fundação de Raimundo Ottoni de Castro Maya foi incorporado à Fundação Nacional Pró-Memória e, posteriormente, ao IPHAN.

Entre os eventos realizados nesses museus destacam-se o V Simpósio de História da Religião e os estágios de Restauração em Papel e Restauração de Azulejos, além de exposições como Os Amigos da Gravura 2003/2004 e Castro Maya Colecionador de Portinari. Foram realizados também os seminários Encontro Latino-americano de Casas-Museu, Museus e Exposições no Século XXI: Vetores e Desafios Contemporâneos e o XXIV Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte. Destaca-se também a realização em todo último domingo de cada mês do Brunch Cultural no Museu do Açude.

Outras atividades desenvolvidas foram a criação do *website* dos Museus Castro Maya, a publicação do livro *Castro Maya: Colecionador de Debret*, a elaboração do projeto luminotécnico, a reconstituição do Jardim de Inverno, a modernização museográfica da Chácara do Céu e a instalação da mostra de Arte Popular Brasileira, além do lançamento do filme *O Olhar de Castro Maya*, em 2004.

No que se refere às ações educativas, merecem destaque os projetos Paixão de Ler; Profissionalizando o Futuro e Arte Educando.

Museu Histórico Nacional (Rio de Janeiro/RJ)

Fundado em 1922, durante as comemorações do centenário da Independência, o Museu Histórico Nacional foi instalado num conjunto arquitetônico de grande relevância histórica para a Cidade do Rio de Janeiro. Seu acervo é composto por peças históricas, artísticas, documentos manuscritos e iconográficos, mobiliário, porcelanas, pratarias, arte sacra, ourivesaria e marfins religiosos, além de publicações e obras raras, totalizando 300 mil itens. O circuito de mostras permanentes chega a aproximadamente 8.500 m².

As obras de modernização acarretaram mudanças também nas áreas de exibição: foram desativadas as galerias das exposições de longa duração Artes Decorativas e Idéias e Imagens do Divino e, em setembro de 2004, foi inaugurada uma grande galeria de recepção, que passou a abrigar a mostra De Fortaleza a Museu da História Nacional, um primeiro olhar sobre a história das edificações e das coleções do museu. No total, foram oferecidas 16 exposições de longa duração em 2004, incluindo pátios e galerias, disponibilizando ao público cerca de 3 mil peças.

Além das exposições e serviços, o Museu tem uma participação ativa na área de educação e desenvolvimento social. Projetos como Espaço Museu – Construção do Saber; Descobrimo o Museu, Sala da Descoberta e Fetranspor beneficiaram mais de 8 mil pessoas, provenientes de universidades, escolas, agências de turismo, entre outros.

Museu Imperial (Petrópolis/RJ)

Construído em 1845, o Museu Imperial era a antiga residência de verão de D. Pedro II. Sua fundação como museu data de 1940. Encontram-se lá notáveis coleções de mobiliário, porcelanas, cristais, telas, bronzes, mármore, vestuários, jóias, prataria e medalhas dos monarcas brasileiros. Seu acervo bibliográfico é calculado em mais de 45 mil volumes e o acervo museológico abrange cerca de 12 mil peças. Em 1999, esse acervo recebeu uma importante doação, composta por 5 mil itens e o casarão do século XVIII, no Rio de Janeiro, onde vivia o empresário Paulo Geyer.

Uma cooperação técnica entre o Museu Imperial e a Fundação Nacional de Artes (Funarte) possibilitou a implantação do Programa de Artes Visuais, que prevê a realização, em Petrópolis, de exposições, seminários multidisciplinares, cursos e *workshops*, com o objetivo de capacitar profissionais, formar novas platéias e ampliar o conhecimento do público freqüentador do museu. Como resultado desse projeto, foram realizadas, em 2003, as exposições Conexão Petrópolis e Via Br 040 – Longo Trecho em Aclive.

O Museu também desempenha um importante papel educativo. A interação com a comunidade de Petrópolis, por exemplo, é valorizada, a partir de projetos educativos e do programa O Museu é Nosso, que concede gratuidade à população no último domingo de cada mês. Nos últimos dois anos verificou-se um progressivo incremento de público no Museu, possivelmente decorrente de ações como a instalação de 75 *audioguides*, que oferecem informações sobre os roteiros em português e inglês, e de um sistema que permite a compra de ingressos via internet. Além disso, desde 2002, uma das principais atrações do museu é a apresentação semanal do espetáculo Som e Luz Petrópolis, que utiliza efeitos de iluminação e sonorização para contar um pouco da história de D. Pedro II e de alguns momentos importantes do segundo reinado no Brasil.

Museu da Inconfidência (Ouro Preto/MG)

Localizado na antiga Casa de Câmara e Cadeia de Ouro Preto, o Museu da Inconfidência foi inaugurado em 1944, com a função de preservar, pesquisar e divulgar os objetos e documentos relacionados à Inconfidência Mineira. O acervo do Museu – que totaliza 61 mil itens, dos quais 40 mil arquivísticos – foi herdado em grande parte do Arcebispo Dom Helvécio Gomes de Oliveira.

Em 2003, o acervo arquivístico recebeu tratamentos de preservação e conservação, melhorando as condições de acondicionamento e organização, bem como a qualidade do trabalho técnico e da pesquisa. Também foram restaurados e conservados os acervos bibliográfico e museológico.

Entre as exposições temporárias, foram realizadas Instrumento Musical, Rex Tremendae Majestatis, Maurino Araújo, Retratos de Ouro Preto e Arte Gráfica: Desenhos e Gravuras de Iberê Camargo, entre outras, levando ao museu um público de mais de 5 mil pessoas.

Na área de difusão de acervo e promoção cultural, foram promovidas palestras e a exibição de filmes e documentários. Inspirado pelo tema Os Museus e o Patrimônio Imaterial, da Semana dos Museus, foi realizado em 2004 o *workshop* O Mundo Cabe no Museu da Inconfidência, visando a integrar os funcionários da instituição.

Foram desenvolvidos, ainda, projetos de cunho educativo, como Museu Escola, Girassol, Ludomuseu, Caçadores de Luz e Arqueologia do Afeto, cujo maior objetivo foi estreitar os laços do Museu com a comunidade e difundir os conceitos de patrimônio, museu, memória, acervo museológico, bem como a importância da preservação dos bens culturais.

Museu Lasar Segall (São Paulo/SP)

Idealizado pela viúva de Lasar Segall, Jenny Klabin Segall, e criado em 1967 por seus filhos, Maurício Segall e Oscar Klabin Segall, o Museu é uma associação civil sem fins lucrativos. Está instalado na antiga residência e ateliê do artista, projetados em 1932, pelo arquiteto de origem russa Gregori Warchavchik. Em 1985, o Museu foi incorporado à Fundação Nacional Pró-Memória, integrando hoje o IPHAN, como unidade especial.

Além do acervo museológico, o Museu Lasar Segall constitui-se como um centro de atividades culturais, oferecendo programas de visitas monitoradas, cursos nas áreas de gravura, fotografia e criação literária, projeção de filmes, além de abrigar uma ampla biblioteca, especializada em artes e fotografia.

Em 2003 e 2004, o Museu realizou dez exposições temporárias, como Oscar Klabin Segall – Imagem de um Filho, A Aventura Modernista de Berta Singerman: uma Voz Argentina no Brasil e O Mandarim Maravilhoso: o Projeto Cenográfico de Lasar Segall no Ballet do IV Centenário de São Paulo, as quais receberam um público total de aproximadamente 8 mil pessoas.

Entre os cursos, foram realizados Contistas Urbanos – João Antonio e Rubem Fonseca e Grande Sertão Veredas – Leitura e Reflexão, o ciclo de leituras dramáticas Texto Contexto Pretexto, oficinas de criação literária, bem como seminários diversos, entre outras atividades. Na parte educativa, incluem-se os projetos Museu-Escola e o Arte em Família – Sábados no Museu Lasar Segall.

Museu Nacional de Belas Artes (Rio de Janeiro/RJ)

Criado em 1937, o Museu Nacional de Belas Artes ficou sediado no edifício da antiga Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro. Seu acervo teve origem na coleção de quadros de Joachim Lebreton – chefe da Missão Artística Francesa, que chegou ao Brasil em 1816 – e atualmente é composto por mais de 15 mil peças, possuindo a maior coleção de arte brasileira do século XIX.

Fazem parte de seu acervo obras de artistas como Victor Meirelles, Pedro Américo, Almeida Júnior, Eliseu Visconti e muitos ou-

tros, além das significativas coleções do pintor francês Eugène Boudin e do holandês Frans Post.

Em 2003, como resultado de um convênio firmado entre o Ministério da Cultura e o IPHAN, foram iniciadas as obras de recuperação do edifício em que está sediado o Museu, cujo estado de conservação era precário.

No ano de 2004, o Museu Nacional de Belas Artes recebeu o maior número de doações dos últimos 15 anos, totalizando 747 obras: 391 brasileiras e 356 estrangeiras. Destacaram-se as doações oferecidas pela artista plástica francesa, radicada nos Estados Unidos, Louise Bourgeois, que incluíam obras de importantes artistas como Maxilien Luce, Vuillard, Derain, Laprade, Maurice André, Le Corbusier, Leo Kelly, além de anônimos dos séculos XVIII e XIX.

Museu da República (Rio de Janeiro/RJ)

O edifício do Museu da República, conhecido como Palácio do Catete, foi construído em meados do século XIX, pelo Barão de Nova Friburgo. Mais tarde foi adquirido pelo governo federal para sediar a Presidência da República. Em 1960, logo após a transferência da capital para Brasília e quando já haviam passado por lá 18 presidentes, passou a sediar o Museu, cujo foco é a história da República. Além de exposições de curta e longa duração, o Museu oferece ao público diversas atividades educativas e culturais e dispõe de um grande parque, teatro, livraria, cineclube, brinquedoteca e loja de *design*. Entre os eventos realizados, destacam-se a peça Boca de Ouro, o espetáculo musical República do Samba e a Feira Cultural de Fotografia. Nos anos de 2003 e 2004, foram concluídos projetos como o Centro de Referência da História Republicana Brasileira, Píulas Históricas e Telecentros de Pesquisa, com o patrocínio da Petrobras. Foram produzidos ainda um CD-Rom sobre a cronologia republicana e um conjunto de fitas de videocassete sobre a história da República.

Em novembro de 2003, numa parceria com o Museu do Folclore Edison Carneiro, o Museu do Índio, o Museu Histórico Nacional e o Arquivo Nacional, foi criado o Programa de Cultura Republicana e Brasilidade. Em 2004, por meio desse projeto, foram organizados dois eixos temáticos: Retratos do Brasil e Getúlio Vargas – 50 Anos Depois, com montagem de exposições temporárias dentro e fora da instituição.

Atualmente, estão em processamento ações de conservação do acervo fotográfico e do acervo histórico do Museu, além da implantação do laboratório de restauração de documentos em papel. A Galeria do Catete também foi reformulada; nela foram realizadas exposições como Rodrigues Alves e a Reforma da Capital e O Pasquim 21, que levaram ao Museu cerca de 3 mil visitantes.

A integração com a comunidade foi dinamizada por ações de caráter educativo, dentre as quais destacam-se o projeto Educação e Trabalho, as colônias de férias com o Grupo Tear e o Programa Museu-Escola.

Museu Villa-Lobos (Rio de Janeiro/RJ)

Instalado em um casarão tombado do século XIX, o Museu Villa-Lobos, fundado em 1960, reúne objetos e documentos referentes à vida e obra do compositor e maestro Heitor Villa-Lobos. Seu acervo contém mais de 20 mil itens, entre partituras manuscritas e impressas, correspondências, recortes de jornais, discos, filmes, livros, decorações, instrumentos musicais e objetos de uso pessoal.

Diversos programas, projetos e eventos têm sido realizados nos últimos anos com o intuito de difundir a obra de Villa-Lobos. O Festival Villa-Lobos, por exemplo, é um projeto tradicional, que acontece anualmente, desde 1961. Patrocinado por empresas como o IRB-Brasil Resseguros S.A. e a Petrobras, entre outras, seus concertos se dão em locais como a Sala Cecília Meireles, o Teatro Municipal e a Fundação Casa de Rui Barbosa e atraem um público de cerca de 4 mil espectadores. Outros projetos trataram de aspectos pouco divulgados na obra do maestro, tais como O Cancioneiro Infantil de Villa-Lobos e o CD Música para Ballet, da Escola Bolshoi, de Joinville/SC.

Merecem destaque especial o Projeto Mini-Concertos Didáticos – uma série de recitais mensais, com a participação de renomados artistas e jovens instrumentistas, sob orientação de técnicos do museu; o Projeto Villa-Lobinhos – que tem oferecido cursos de música para jovens selecionados em comunidades de baixa renda; o Coral Museu Villa-Lobos e o Projeto Musicalização Infantil, para crianças de seis a dez anos.

Centro Nacional de Cultura Popular (Rio de Janeiro/RJ)

Atendendo a uma diretriz da Unesco, que liderou movimento para implantar mecanismos para documentar e preservar tradições em vias de desaparecimento, foi criada no Brasil, em 1947, a Comissão Nacional de Folclore. Desse processo resultou, em 1958, a instalação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, vinculada ao então Ministério da Educação e Cultura. Em 1976, a Campanha foi incorporada à Funarte como Instituto Nacional de Folclore. No ano de 1997, a denominação foi novamente alterada para Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, o qual passa a integrar a estrutura do IPHAN, no final de 2003.

Instalado em quatro prédios, três dos quais integram o conjunto arquitetônico do Palácio do Catete, o Centro busca acompanhar, em nível nacional, as constantes transformações na área de folclore e cultura popular. São desenvolvidos e executados programas e projetos de estudo, pesquisa, documentação e difusão de manifestações dos saberes e fazeres do povo brasileiro. Essas atividades resultaram em um acervo museológico de 14 mil objetos, 130 mil documentos bibliográficos e cerca de 70 mil documentos audiovisuais.

Entre as ações empreendidas destacam-se o lançamento de Tesouro de Cultura Popular, patrocinado pela Unesco, e as instruções dos

dossiês para registro no IPHAN, como patrimônio imaterial da cultura brasileira, da viola de cocho e do ofício das baianas de acarajé. Registra-se também em 2004, a aprovação do projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular, que concorreu ao edital da Petrobras, na linha de apoio a projetos ligados ao patrimônio imaterial. Suas ações tiveram início em outubro, com a exposição Awon Olodé – os Senhores da Caça, e terão sua continuidade em 2005, com exposições e debates sobre o Círio de Nazaré, Festas do Largo (de Salvador) e o Divino Maranhense (do Rio de Janeiro).

Ressalta-se a importância de projetos como Trançados de Arapiuns, desenvolvido no município de Santarém/PA, com o objetivo de promover o aumento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida de populações tradicionais. Cerca de 60 artesãos, produtores de

objetivo melhorar as condições de trabalho dos artesãos que produzem instrumentos musicais e organizar oficinas de repasse de saber; visando à formação de aprendizes.

Foi também realizado o Prêmio e Curso Sívio Romero 2004, concedido anualmente pelo Centro Nacional de Cultura Popular; desde 1959. Voltado para monografias sobre folclore e cultura popular; ofereceu prêmios de R\$ 8 mil e R\$ 5 mil aos dois primeiros colocados. No campo da educação, foram desenvolvidos os projetos itinerantes Olhando em Volta, Fazendo Fita e De Mala e Cuia.

Sítio Burle Marx (Rio de Janeiro/RJ)

Em 1949, Roberto Burle Marx adquiriu, com seu irmão Siegfried, o Sítio Santo Antônio da Bica. Burle Marx restaurou a antiga casa de fazenda e a pequena capela do século XVII, passando a levar para o local sua coleção de plantas, iniciada quando ele tinha seis anos de idade. Em 1973, mudou-se definitivamente para o Sítio e em 1985 doou-o para o governo brasileiro.

Numa área estimada em 600 mil m², Burle Marx conseguiu reunir uma das mais importantes coleções de plantas tropicais e semitropicais do mundo, ali o público pode conhecer mais de 3.500 espécies de plantas, entre as quais estão indivíduos extraordinários e únicos de algumas famílias. A exposição permanente abrange uma área de 1.600 m², composta pela casa principal, ateliê, salão de festas, capela, *loggia* e pelo prédio da administração. Seu acervo de bens totaliza 1.143 peças.

Realizaram-se ainda ações de educação, como o Curso de Interpretação Ambiental, orientado para professores de 1º e 2º graus (rede pública e particular) e guias de turismo.

Museu Casa Solar Monjardim (Vitória/ES)

A antiga sede da Fazenda Jucutuquara, que pertenceu ao Barão de Monjardim, foi tombada pelo IPHAN em 1940. Desde a década de 1970, o imóvel e o seu acervo, originalmente pertencente ao Museu Capixaba, foram incorporados ao IPHAN e passaram a ser administrados pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) até 2001, ocasião em que o IPHAN assumiu a responsabilidade administrativa do Museu. Atualmente, as principais ações realizadas são o tratamento paisagís-

“A gestão dos museus e as atividades finalísticas da área museológica tiveram um desenvolvimento excepcional nas últimas décadas. Coleções importantes passaram a circular com maior frequência ao redor do mundo, tornando-se acessíveis a um público numeroso e socialmente diversificado.

Assuntos do cotidiano e mesmo trajetórias pessoais passaram a inspirar mostras e orientar a formação de acervos. Novas técnicas de conservação, restauração e identificação de peças e documentos passaram a ser debatidas com destaque em inúmeros congressos e reuniões profissionais. Propostas museográficas inovadoras vêm sendo exploradas graças a uma tecnologia que oferece novas possibilidades de comunicação e que se renova sem cessar, enriquecendo a vivência do visitante no espaço expositivo. Desenvolveram-se técnicas para o atendimento de segmentos de público com necessidades diferenciadas. Tornou-se possível propiciar o acesso virtual a museus e a coleções. O público e a crítica tornaram-se mais exigentes quanto à forma e ao conteúdo do que se expõe. Em diversas localidades, visitas a museus e a exposições tornaram-se atividades rotineiras da educação formal. Em suma, inúmeras possibilidades se descortinaram em anos recentes, renovando e ampliando o interesse pelos museus tanto como objeto de interesse público quanto como área de especialização profissional.

(...) Esta instituição se dispôs a enfrentar a necessidade de criar uma política pública federal para o setor, o que levou à criação do Sistema Brasileiro de Museus. Essa iniciativa estabelece o compromisso do IPHAN e, por seu intermédio, do Ministério da Cultura do Brasil, de constantemente realimentar e estimular o complexo e intenso processo de mudança citado anteriormente.”

Antonio Augusto Arantes Neto, presidente do IPHAN

trançados de palha de tucumã, participaram de oficinas de melhoria de produto, exposições de trançados, feiras, além de outros eventos que visaram a divulgação e a comercialização de produtos artesanais. O projeto é desenvolvido em parceria com o Sebrae-Pará e o Projeto Puxirum/Conselho Nacional de Seringueiros. Em São Francisco, o projeto Instrumentos Musicais do Norte de Minas Gerais tem como

tico da Chácara, a elaboração dos projetos emergenciais no Museu e as visitas guiadas para grupos especiais e estudantes do ensino fundamental e médio, a partir de parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Vitória.

Merecem destaque especial as ações realizadas pela 21ª Superintendência Regional do IPHAN em outros espaços museológicos do Espírito Santo, tais como o Espaço Cultural Reis Magos, o Espaço de Exposições Capela Santa Luzia e o Museu de São Benedito do Rosário.

Museu de Arte Sacra da Boa Morte (Goiás/GO)

A Igreja da Boa Morte foi construída em 1779 e serviu durante muitos anos como catedral provisória. Transformou-se em museu no dia 1º de dezembro de 1968. Da sua porta principal sai, na Quinta-feira de Trevas, a Procissão do Fogaréu. Em sua coleção de imaginária sacra do século XIX, destacam-se as obras de José Joaquim da Veiga Valle, santeiro nascido em Meia Ponte (atual Pirenópolis), em 1806, considerado um dos expoentes da arte colonial brasileira. Em 2003 e 2004, foram desenvolvidas no Museu ações de promoção, apoio cultural, atendimento a pesquisadores, recebimento de visitantes, seminários e cursos. O VI Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (Fica), o lançamento do CD Poemas Inéditos de Cora Coralina, o Festival de Gastronomia e o Seminário Afro-brasileiro são alguns dos eventos de destacada importância promovidos e apoiados pelo museu.

Dentro do Projeto Cidades Coloniais Brasileiras, foram produzidos e distribuídos materiais sobre o patrimônio cultural, como um livro, em forma de álbum, ressaltando a semelhança, sob o ponto de vista arquitetônico e urbanístico, entre as cidades portuguesas e brasileiras do período colonial.

Museu das Bandeiras (Goiás/GO)

Construído em 1766 e utilizado como prisão até 1950, essa edificação foi doada pelo governo do Estado para a União e passou a abrigar o Museu das Bandeiras, em alusão à atuação dos bandeirantes na região. Seu acervo inclui peças de mobiliário colonial goiano, equipamentos domésticos, prataria, imaginária católica, indumentária militar, além de uma importante documentação relacionada com a administração da capitania e da província, nos períodos colonial, imperial e republicano.

Nos anos de 2003 e 2004, foram realizadas ações de atendimento a pesquisadores, recebimento de visitantes, realização de eventos e reorganização do Arquivo da Real Fazenda – Período Colonial.

O Museu promoveu e apoiou também eventos culturais, tais como a realização do filme Cora Coralina – o Chamado das Pedras e do documentário Os Caminhos do Ouro, a exposição Tecnologia de Trançados Indígenas, o I Encontro Afro-goiano, a Procissão do Fogaréu-Mirim, o II Simpósio Regional do Centro de Estudos da História da Igreja Latino-Americana (Cehila)

e a Coletiva Itinerante de Artes Plásticas de Anápolis. Entre as exposições, destacaram-se Casarões de Silvânia, da artista plástica Carmen A. Silva, O Mundo Imaginário – Artes Arquitetura Colonial, do escultor Fábio Ferrer, e Artes Plásticas, de Hermê Perillo, atraindo um público de mais de 12 mil visitantes.

Casa Setecentista (Mariana/MG)

A Casa Setecentista possui um acervo de aproximadamente 50 mil documentos, relativos aos períodos Colonial, do Império e da Velha República. Em termos de espaços para ações de caráter educativo-cultural, é importante registrar que a casa dispõe de uma sala de exposições temporárias e outra de multimeios, para a promoção de sessões de vídeos, cursos, palestras, debates e outros eventos.

O projeto de Modernização e Preservação do Arquivo Histórico da Instituição, com apoio do BNDES, será iniciado em 2005.

Museu Casa dos Otoni (Serro/MG)

O Museu Casa dos Otoni está situado numa construção com características do século XVIII. Sua origem histórica está ligada à família dos Otoni, descendente de um ramo da família do bandeirante paulista Fernão Dias Paes Leme. O acervo do Museu é constituído, principalmente, por imagens de arte católica, como as imagens de roca que saíam na Procissão de Cinzas e as que pertenceram à demolida igreja de Nossa Senhora da Purificação, além do arquivo com documentos que remontam ao século XVIII. Entre as ações desenvolvidas estão o inventário do acervo museológico, a oficina de educação patrimonial, o atendimento ao público e a conservação do imóvel e do acervo museológico.

Museu do Diamante (Diamantina/MG)

Instalado num dos modelos de referência da arquitetura civil do século XVIII, o Museu do Diamante funciona onde um dia foi a residência do padre Rolim. Na década de 1940, o imóvel foi desapropriado pela União, passando a ser propriedade do IPHAN. A instalação do Museu teve início em 1950, quando o imóvel foi tombado.

Sua principal finalidade é recolher, classificar, conservar e expor elementos característicos das jazidas, formações e espécies de diamantes ocorrentes no Brasil, abordando também seu desenvolvimento e influência na economia do país. Seu acervo é composto por 1.675 objetos dos séculos XVIII e XIX, entre pinturas, esculturas, desenhos, cédulas, moedas, acessórios de interior, mobiliário, equipamentos, utensílios domésticos e de iluminação. A exposição de longa duração apresenta objetos relativos à extração diamantífera e ao contexto social minerador; reunindo peças da mineração de diamantes, armaria e instrumentos de tortura de escravos.

Museu do Ouro (Sabará/MG)

O Museu do Ouro está instalado, desde a década de 1940, na Casa Borba Gato, edificação do século XVIII. Além de um acervo documental, conta com uma biblioteca de 4.543 títulos, entre os quais inclui-se uma coleção de obras raras com edições que datam do século XVII, além de outras que tratam de arquitetura, história, da formação de Minas Gerais e do Brasil.

O Museu desenvolveu ações de conservação e restauração do imóvel, atendimento ao público e oficina de confecção de palmas portuguesas, além do inventário e da restauração do acervo museológico. Nos últimos dois anos, o Museu tem concentrado esforços em seu processo de revitalização e maior interação com a comunidade de Sabará.

Museu Regional de São João del Rey (São João del Rey/MG)

O Museu Regional de São João del Rey ocupa uma imponente edificação, cujo processo de tombamento teve incio na década de 1940, após a construção ter sido parcialmente demolida, com o objetivo de ser transformada em um hotel. A aquisição do acervo começou em 1954, ano de conclusão do seu processo de restauração. O núcleo arquivístico desenvolveu-se a partir da transferência dos documentos cartoriais dos séculos XVIII e XIX, pertencentes à antiga Comarca do Rio das Mortes para o Museu.

Entre as exposições desenvolvidas pelo Museu Regional destacam-se: Testemunhos da Presença Portuguesa em Minas & Fragmentos de Arte Barroca, Populações Afro-descendentes e Cidadania, Eu Também Sei Fazer; além de palestras como Turismo e Hospitalidade.

Outras ações foram desenvolvidas, tais como o inventário do acervo museológico, uma oficina de educação patrimonial e o projeto Banco de Dados da Documentação Criminal – Séculos XVIII e XIX, em parceria com a Universidade Federal de São João del Rey.

Museu Casa Coronel Joaquim Lacerda (Lapa/PR)

A Casa Lacerda foi construída entre 1842 e 1845, por Manoel José Correia de Lacerda, pai do Coronel Joaquim Rezende Correia de Lacerda, um dos heróis na Resistência da Lapa, durante a Revolução Federalista, em 1893. Nessa casa foi assinada a ata de rendição da cidade da Lapa, por ocasião do cerco a ela imposto pelos revolucionários federalistas, importante episódio para a consolidação da República.

Foram realizadas recentemente ações de conservação e restauração do acervo do museu e a conservação preventiva da documentação Francisco Brito de Lacerda – cujas atividades incluíram seleção, higienização, tratamento técnico, acondicionamento, identificação, numeração, digitalização, entre outras. Foi também restaurada uma antiga mesa de futebol de botão, que pertencera a um membro da família Lacerda, doada ao Museu Casa Lacerda.

Museu da Abolição (Recife/PE)

O Museu da Abolição – Centro de Referência da Cultura Afro-Brasileira foi criado por decreto em 1957 e inaugurado em 1983. Instalado no Recife – no sobrado que foi sede do Engenho Madalena e depois residência do conselheiro abolicionista João Alfredo –, o museu foi fechado em 1990 e reaberto em 1996, no Dia do Patrimônio Cultural.

Atualmente, dispõe de uma sala de exposição permanente, denominada Memorial, onde estão expostas 39 peças do cotidiano dos senhores e dos escravos, que vão desde objetos ligados ao sincretismo religioso até aqueles utilizados no tráfico negreiro. A sala de exposições temporárias destina-se  divulgação das Exposições Contemporneas Afro-Brasileiras, propostas pela comunidade. O Museu conta ainda com um miniauditrio e um centro de documentação e pesquisa, que dispõe de uma biblioteca especializada e uma hemeroteca.

Em 2003 e 2004, foram desenvolvidas exposições, oficinas e atividades de educação patrimonial no Museu. Merecem destaque o projeto Domingo na Madalena, que acontece uma vez por mês na área externa do Museu, o concurso de fotografias Mestre Luis de França e a exposição Preto, Branco, Amarelo... Qual a Cor do Povo Brasileiro?, que contou com a participação de 55 fotógrafos.

Forte Defensor Perpétuo de Paraty (Paraty/RJ)

Construído em 1703, para defender a Baía de Paraty dos ataques de piratas, o Forte Defensor Perpétuo foi reformado em 1822, ganhando a atual denominação, em homenagem ao Imperador D. Pedro I. Transformado em espaço cultural, o Forte exhibe Artes e Tradições Populares de Paraty e a exposição O Modo de Fazer, que mostra alguns processos de confecção artesanal de Paraty, além de contar com uma sala de vídeo.

Em 2004, foram realizadas ações de conservação e manutenção do Forte Defensor Perpétuo de Paraty e foi apresentada a exposição itinerante Referência do Patrimônio Material e Imaterial de Paraty.

Museu das Missões

O Museu das Missões localiza-se no Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, tombado pelo IPHAN em 1938, e declarado Patrimônio Mundial pela UNESCO em 1983. Foi projetado pelo arquiteto Lucio Costa e criado em 08 de março de 1940, por decreto do presidente Getúlio Vargas. Tem por objetivo pesquisar e documentar a experiência histórica missionária. Dedicar-se a preservar remanescentes das Reduções Jesuíticas dos Guarani e divulgar o conhecimento produzido sobre as Missões, relacionando passado e presente. Seu acervo é composto por esculturas religiosas missionárias de madeira policromada dos séculos XVII e XVIII e fragmentos arquitetônicos das edificações das reduções. A partir de 2004 está sendo desenvolvido um projeto de reestruturação da exposição de longa duração do Museu das Missões.

Museu de Arqueologia de Itaipu (Niterói/RJ)

Criado em 1977, o Museu de Arqueologia de Itaipu está sediado em uma edificação do início do século XVIII. Em 1955, o imóvel foi tombado e recuperado pelo IPHAN. Seu acervo é composto por artefatos produzidos pelos povos que viveram no litoral fluminense antes de 1.500 d.C. Em 2003, diversas ações foram desenvolvidas, como a exposição Arqueologia em Maquetes e a exposição fotográfica 10 anos do Projeto Ecoando.

No campo da educação, o Museu promove o projeto Caniço & Samburá, que atende escolas públicas e particulares, com visitas guiadas, abordando temas como o histórico do Museu e da região, a arqueologia e o meio ambiente.

Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio (Cabo Frio/RJ)

Criado em 1686, o Convento de Nossa Senhora dos Anjos de Cabo Frio, monumento de arquitetura franciscana do período colonial, foi inaugurado apenas em janeiro de 1696. Em 1957, o monumento foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e, a partir de 1968, ficou sob a guarda do IPHAN.

Nos anos de 2003 e 2004, o museu desenvolveu ações de atendimento a pesquisadores e visitantes, exposições de curta e longa duração e ações na área de difusão cultural. A partir de uma parceria com a Prefeitura Municipal de Cabo Frio e outras instituições, foram desenvolvidas as exposições que visavam a promover a flora e fauna da cidade e dar prosseguimento às comemorações dos 500 anos da presença de Américo Vespúcio na região.

Ações de cunho educativo também tiveram destaque na atuação do Museu, tais como visitas monitoradas e palestras para professores.

Museu de Arte Sacra de Paraty (Paraty/RJ)

Fundado em 1973, o Museu de Arte Sacra de Paraty está sediado na Igreja de Santa Rita de Cássia. Possui coleções de imaginária e de prataria dos séculos XVII, XVIII e XIX. Em 2004, desenvolveu exposições, ações educativas e eventos diversos, como concertos de música clássica e sacra, além de palestras abordando temas como Arquitetura e Festas Tradicionais de Paraty, Arquitetura Urbana, Militar e Rural de Paraty e O Café e o Vale do Paraíba.

Museu Casa de Benjamin Constant (Rio de Janeiro/RJ)

Criado em 1982, o Museu tem como objetivo reconstituir o ambiente familiar e o contexto sociocultural em que viveu uma das figuras de maior destaque da história republicana do país, Benjamin Constant.

Em 2004, foram realizados diversos projetos na área de documentação e pesquisa, tais como a preparação para digitalização do acervo, o levantamento genealógico da família Benjamin Constant e o

atendimento a pesquisadores. Por exemplo, foram selecionados e organizados documentos para a publicação *Justiça Fardada*, de autoria de Renato Lemos, lançado nos 40 anos do golpe militar de 1964. Foram realizados também projetos de cunho educativo, entre os quais destaca-se Nas Trilhas do Museu, que visava identificar espécies da flora e abrir as trilhas para os visitantes no território do Museu.

Museu Casa da Hera (Vassouras/RJ)

A denominada Casa da Hera é uma construção da primeira metade do século XIX, onde viveu a família de Joaquim José Teixeira Leite. Ao morrer, em 1930, sua filha mais nova, Eufrásia Teixeira Leite, doou a entidades filantrópicas todos os seus bens, entre os quais a própria construção, tombada como patrimônio nacional em 1952. Dez anos mais tarde, a Casa foi incorporada, em caráter permanente, ao patrimônio do IPHAN. Além do mobiliário, de quadros e objetos de uso doméstico, o seu acervo inclui uma vasta biblioteca e uma importante coleção de trajes de origem francesa.

Em 2004, foram realizadas no museu diversas ações de conservação e proteção. Entre as exposições, destacaram-se Casa Viva, Indumentária Feminina e Em Foco, que levaram ao público temas como acessórios de vestuário, saúde bucal no século XIX e indumentária.

O Museu também desenvolveu ações de cunho educativo, como o Projeto de Atendimento Especial às Escolas, cujo objetivo era fazer com que os alunos aprofundassem seus conhecimentos no espaço histórico.

Museu Victor Meirelles (Florianópolis/SC)

A Casa Natal de Victor Meirelles é um sobrado tipicamente luso-brasileiro, cujo período de construção situa-se entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Seu andar superior destinava-se à moradia e o térreo, ao comércio – no caso, o armazém do pai do artista, o português Antônio Meirelles de Lima. O imóvel foi adquirido pela União em 1946 e tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1950. Desde 1952, o edifício abriga o Museu Victor Meirelles, a fim de preservar a memória do artista catarinense.

Em 2003 e 2004, o museu foi ampliado e desenvolveu ações de conservação, documentação e pesquisa, além de exposições, apresentações, lançamentos e palestras e oficinas, como o Curso de Vídeo e a Oficina de Conservação de Acervos Museológicos e Conservação Preventiva.

As exposições de longa duração Victor Meirelles: Pinturas e Estudos, Retratos e Fatos e Victor Meirelles: um Artista do Império passaram por uma requalificação, com a elaboração de projetos museográfico e luminotécnico. Foram também realizadas quatro exposições de curta duração, que exibiram fotografias e desenhos, como a Burle Marx – Croquis.


Entre os projetos de ação educativa destacam-se O Museu Vai à Escola/A Escola Vai ao Museu, o Programa Educativo-Cultural e o Projeto Vi Vendo Victor Meirelles.

Cadastro Nacional de Museus

Concebido como instrumento dinâmico para o conhecimento, a gestão e a integração do universo museal brasileiro, o Cadastro Nacional de Museus destina-se a sistematizar e tornar públicas informações sobre os museus brasileiros.

Baseado no modelo desenvolvido pelo Ministério da Cultura da Espanha e idealizado pelo Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN, o Cadastro Nacional de Museus será implementado mediante a realização de uma pesquisa censitária, disponibilizando dados periodicamente atualizados

em base unificada, de amplitude nacional. Sua criação favorecerá também o desenvolvimento de cadastros municipais e estaduais.

Para a construção do Cadastro, serão coletadas informações por diferentes meios: convênios com os estados e os sistemas estaduais de museus; aplicação de questionários, pesquisa de campo e cadastramento eletrônico. Sua implantação será financiada pelo Ministério da Cultura, em parceria com o governo espanhol, por intermédio da Organização dos Estados Ibero-americanos. 

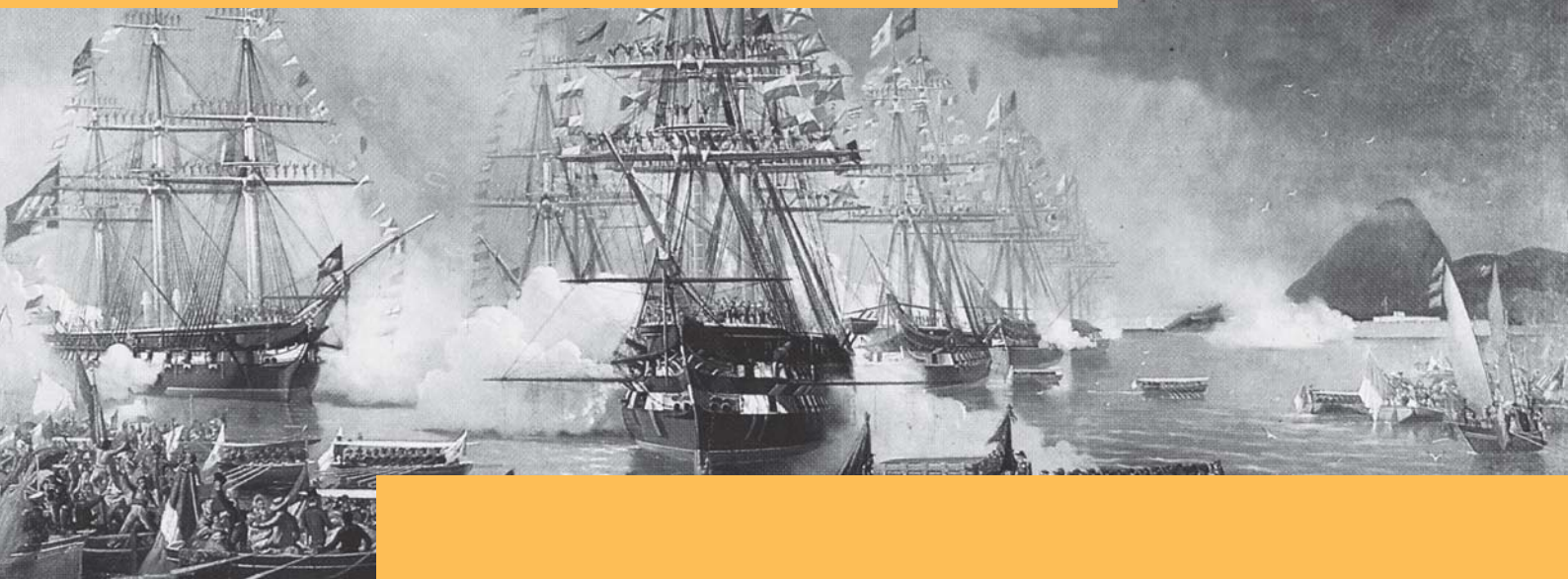
“A Constituição Federal, em seu art. 215, define como dever do Estado a garantia do acesso de todos às fontes da cultura pátria. No cumprimento desse dispositivo, os museus exercem um papel de inquestionável relevância, não apenas do ponto de vista estritamente cultural, mas, sobretudo, do ponto de vista social, na medida em que organizam e disponibilizam, para a sociedade brasileira, os testemunhos da sua história e da sua memória. Assim, a capacitação e a valorização dos profissionais do setor merecem toda atenção por parte do poder público, conforme o previsto nos eixos programáticos da Política Nacional de Museus e nas atribuições do Sistema Brasileiro de Museus.

A Comissão de Educação do Senado Federal tem participado ativamente da discussão, da formulação e da revisão do ordenamento jurídico regulador da atividade dos diferentes segmentos do setor cultural. Nesse sentido, continuaremos atentos, a fim de estreitarmos nosso interesse em relação aos museus brasileiros, depositários dos bens culturais de interesse nacional, regional e local, levando em conta sua importância para a preservação dos testemunhos históricos e culturais do nosso país plural e seu sentido educativo para todas as gerações.”

Senador Hélio Costa, presidente da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Comunicação e Esporte







Investimentos

Um dos eixos da Política Nacional de Museus tem como diretrizes a criação de políticas de fomento e o estabelecimento de parcerias entre as diversas esferas do poder público e a iniciativa privada, de modo a promover a valorização e a sustentabilidade do patrimônio cultural musealizado.

Nesse sentido, buscou-se, nos anos de 2003 e 2004, o incremento dos aportes financeiros aos projetos dos museus, a partir do lançamento de editais específicos, da articulação com empresas estatais e da ampliação dos recursos orçamentários disponíveis junto ao Congresso Nacional. Nesse sentido, realizou-se uma apresentação da Política Nacional de Museus na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados, com o intuito de viabilizar a apresentação de emendas orçamentárias para o setor de museus. Com a mesma intenção,

foram contactados todos os deputados, senadores, secretários estaduais e municipais das capitais dos estados.

Além disso, o Ministro da Cultura Gilberto Passos Gil Moreira compareceu à Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, com o intuito de solicitar o aumento de recursos orçamentários para o MinC.

Programa Museu, Memória e Cidadania

Dentro do orçamento do Ministério da Cultura, a principal fonte de recursos para a área museológica é o Programa Museu, Memória e Cidadania. Anteriormente destinado a apoiar projetos apenas de museus federais, esse

“A Política Nacional de Museus é inovadora em muitos aspectos, principalmente pelo seu caráter orgânico, articulado e participativo, envolvendo profissionais e instituições no Brasil e no exterior. (...) A PNM propõe um entendimento amplo do setor museológico, ao considerar seus diferentes aspectos: técnicos, culturais, sociais, políticos, econômicos etc. (...)”

Esta política, se implementada na íntegra, com continuidade, pode influenciar radicalmente o futuro da museologia no Brasil, criando uma atmosfera favorável para o desenvolvimento do setor e promovendo uma participação mais atuante dos museus no cotidiano das pessoas, enriquecendo suas experiências e ampliando os horizontes do saber.”

Denise Coelho Studart, museóloga, tecnóloga do Museu da Vida/Fiocruz

programa – então chamado de Museu, Memória e Futuro – foi reformulado, de modo a abranger, a partir do Plano Plurianual 2004-2007, todos os museus brasileiros, sejam eles públicos ou privados.

Museu, Memória e Cidadania tem possibilitado a realização de importantes programas para os museus, tais como a aquisição de equipamentos, a reformulação de exposições, a elaboração de projetos museológicos e museográficos e a melhoria de instalações prediais, tornando-se, desse

modo, um instrumento fundamental para a Política Nacional de Museus. A ação Funcionamento de Museus da União, que comporta a maior parte de seus recursos, destina-se basicamente à manutenção desses museus, garantindo a continuidade de suas atividades cotidianas, a manutenção física dos prédios e acervos, os serviços de vigilância e limpeza e a conservação das exposições e reservas técnicas.

Por esse Programa, também foi lançado, em 2004, o edital Modernização de Museus, no valor de

R\$ 1 milhão, com a finalidade de apoiar projetos de museus não vinculados ao Ministério da Cultura e democratizar o acesso aos recursos do Programa. Esse foi, na história do MinC e do IPHAN, o primeiro edital específico para a área.

Investimento em museus pelo Sistema MinC

Os quadros 1 e 2 demonstram a evolução dos investimentos feitos pelo Ministério da Cultura na área museológica. O primeiro quadro refere-se aos investimentos realizados nos museus diretamente pelo Ministério da Cultura, ou seja, recursos provenientes do Fundo Nacional da Cultura ou do Tesouro Nacional. A partir desses dados, pode-se observar que em 2003 houve um acréscimo nos investimentos de 53,97% em relação a 2001 e de 21,80% em relação a 2002. Em 2004, o valor investido teve uma redução de 5,32% em relação a 2003, compensada com os investimentos captados por meio da lei de incentivo do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), na modalidade de mecenato, conforme disposto no segundo quadro.

Sobre os investimentos em museus obtidos por mecenato, cabe demonstrar o aumento significativo e progressivo dos recursos captados, principalmente nos anos de 2003 e 2004, apontando um acréscimo de mais de 200% em relação aos

ORIGEM	2001	2002	2003	2004
Fundo Nacional de Cultura/ MinC	1.914.428,00	5.554.052,00	9.308.548,00	3.950.045,00
Administração direta/ MinC	5.691.485,00	4.081.782,00	1.859.898,00	670.000,00
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	6.363.108,00	7.050.119,00	9.422.609,00	13.610.721,00
Fundação Nacional de Artes	9.848,00	4.249,00	70.842,00	0,00
Fundação Casa de Rui Barbosa	615.290,00	683.046,00	632.140,00	1.004.339,00
Fundação Cultural Palmares	0,00	0,00	534.290,00	50.000,00
Monumenta	0,00	1.075.888,34	346.376,34	1.709.214,68
TOTAL	14.594.159,00	18.449.136,00	22.174.703,34	20.994.319,68

QUADRO 1 – Fonte: SIAFI/Monumenta

Mecenato				
ANO	Projetos aprovados	Projetos com captação	Captação autorizada (em R\$)	Total captado (em R\$)
2001	87	25	42.441.524,10	5.449.653,57
2002	100	27	41.408.996,48	7.029.603,17
2003	95	37	54.336.411,50	21.561.104,43
2004	116	34	91.039.312,20	22.840.645,13
TOTAL	398	123	229.226.244,28	56.881.006,30

QUADRO 2 – Fonte: SALIC

ANO	FNC/Tesouro/ Monumenta	Mecenato	TOTAL
2001	14.594.159,00	5.449.653,57	20.043.812,57
2002	18.449.136,34	7.029.603,17	25.478.739,51
2003	22.174.703,34	21.561.104,43	43.735.807,77
2004	20.994.319,68	22.840.645,13	43.834.964,81

QUADRO 3 – Fonte: SALIC

de 2001 e 2002, o que demonstra o aumento dos investimentos feitos pelas empresas na área museológica, decorrentes da Política Nacional de Museus.

Já o quadro 3 totaliza esses aportes de recursos e aponta o expressivo aumento dos investimentos do Ministério da Cultura na área dos museus, no período de 2001 a 2004.

Política de editais

A opção pelo procedimento de seleção de projetos por meio de editais amplamente divulgados vincula-se à decisão política de conferir um caráter democrático ao processo de distribuição de recursos públicos destinados ao financiamento de museus e de proporcionar uma distribuição mais equilibrada dos investimentos por todas as regiões do país.

“Nesses últimos dois anos observamos um esforço muito importante para a área museológica brasileira por parte do IPHAN. O patrocínio do BNDES e da Caixa Econômica Federal para os museus foi o fato mais relevante para o nosso setor.”

Milú Villela, presidente de Museu de Arte Moderna de São Paulo

Edital IPHAN – Modernização de Museus

O Departamento de Museus e Centros Culturais, como foi indicado, lançou em 5 de agosto de 2004 o edital

Modernização de Museus, no valor de R\$ 1 milhão, destinado a apoiar projetos para aquisição de acervos museológicos, equipamentos e material permanente.

A participação no edital foi aberta a todos os museus do território nacional, com exceção apenas daqueles diretamente vinculados ao Ministério da Cultura. Os repasses de recursos foram distribuídos em três faixas de valor: até R\$ 80 mil, até R\$ 40 mil e até R\$ 20 mil, com a finalidade de atender a projetos de dimensões variadas.

Concorreram a esse edital 193 projetos, apresentados por instituições museológicas de todas as regiões do país. O quadro 4 apresenta a relação dos projetos selecionados, as instituições beneficiadas e os valores da contrapartida exigida ao proponente, correspondente a, no mínimo, 20% do valor total do projeto.

Os projetos selecionados, além de atenderem às exigências do edital e aos critérios de qualidade técnica e de clareza conceitual, foram avaliados pela contribuição que poderiam proporcionar à instituição e

à região onde estão inseridos. Além disso, a Comissão Técnica responsável pela análise valorizou a descentralização dos recursos, de forma a contemplar todas as regiões do país. No total, foram apoiados 35 projetos – 25 de museus públicos e 10 de museus privados.

Edital BNDES – Programa de Apoio a Projetos de Preservação de Acervos

Em 5 de outubro de 2004, foi firmado convênio entre o Ministério da Cultura e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para a realização do Programa de Apoio a Projetos de Preservação de Acervos. O Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN prestou apoio técnico na elaboração do edital, na seleção e no acompanhamento da execução dos projetos.

Foram destinados R\$ 5 milhões a projetos de preservação de acervos museológicos, bibliográficos, arquivísticos e documentais, nas seguintes modalidades: gerenciamento ambiental, acondicionamento, mobiliário e segurança. Cada um dos projetos aprovados poderia receber até R\$ 500 mil.

Foram selecionados projetos de 13 estados da Federação, envolvendo investimentos variando de R\$ 12 mil a R\$ 480 mil. Os projetos aprovados, dispostos no quadro 5, serão executados no exercício de 2005.

Instituição beneficiada	Vínculo institucional	Projeto	Estado	Contrapartida (em R\$)	Valor repassado (em R\$)
Museu Sacaca	Estadual	Revitalização dos instrumentos de comunicação	AP	15.639,00	40.000,00
Museu de Arte da Bahia	Estadual	Complementação e enriquecimento do acervo do MAB	BA	5.600,00	22.400,00
Museu Henriqueta Catharino	Privado	Modernização do Museu Henriqueta Catharino	BA	27.000,00	45.589,89
Museu Antropológico da UFGO	Federal	Equipamentos de comunicação: exposição de longa duração	GO	120.000,00	20.100,00
Museu da Colonização de Nova Veneza	Privado	Aquisição de equipamentos para modernização do museu	GO	4.178,00	16.712,00
Rede de Museus da Universidade Federal de Uberlândia	Federal	Museus: patrimônios em interlocução	MG	20.000,00	80.000,00
Museu Histórico, Documental, Fotográfico e do Som de Pará de Minas	Municipal	Informatização e segurança do museu	MG	8.047,00	32.188,00
Museu Histórico Abílio Barreto	Municipal	Climatização das reservas técnicas do museu	MG	31.237,95	40.000,00
Museu Casa João Pinheiro e Israel Pinheiro	Privado	Modernização do museu	MG	12.801,60	30.460,00
Museu do Oratório Instituto Cultural Flávio Gutierrez	Privado	Quiosques multimídia para o museu	MG	7.300,00	24.180,00
Museu de Arqueologia, Etnografia, Paleontologia e Espeleologia	Federal	Reserva técnica de arqueologia e etnografia	MT	58.500,00	80.000,00
Museu de Arte e Cultura Popular	Federal	Modernização e revitalização do museu	MT	5.600,00	22.400,00
Museu Paraense Emilio Goeldi	Federal	Aquisição de mobiliário para reserva técnica	PA	293.300,00	35.100,00
Museu da Cultura Popular	Federal	Plano de revitalização do museu	PB	8.001,00	31.999,00
Museu do Homem do Nordeste	Federal	Estruturação e reserva técnica do museu	PE	30.150,00	80.000,00
Museu da Fábrica de Caroá	Municipal	Memória de Caroá	PE	2.525,40	10.101,60
Casa da Cultura José Condé	Municipal	Memória de José Condé	PE	2.609,20	10.436,80
Casa Museu Mestre Vitalino	Municipal	Memória do Mestre Vitalino	PE	1.573,00	6.292,00
Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães	Estadual	Informatização do museu	PE	8.883,43	12.676,36
Museu do Piauí Casa de Odilon Nunes	Estadual	Modernização do museu	PI	7.288,45	29.153,78
Museu de Arte da Universidade do Paraná	Federal	Segurança para o museu	PR	2.000,00	7.105,60
Museu Histórico de Londrina	Federal	Revitalização do Museu Histórico de Londrina	PR	4.961,12	20.000,00
Museu de História e Artes do Estado do Rio de Janeiro	Estadual	Reestruturação e modernização da reserva técnica	RJ	8.269,80	31.591,49
Espaço Cultural da Marinha	Federal	Informatização dos projetos de ação educativa	RJ	3.649,40	14.597,56
Museu do Primeiro Reinado	Estadual	Identificação de difusão do acervo do Museu	RJ	4.000,00	11.900,00
Museu de Arte Popular Brasileira Casa do Pontal	Privado	Modernização e aparelhamento dos setores de restauração	RJ	8.700,00	35.600,00
Centro Cultural da PUC Solar Grandjean de Montigny	Privado	Equipamentos de segurança	RJ	3.781,00	15.125,00
Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli	Estadual	Modernização/informatização do Museu	RS	15.845,60	63.382,40
Museu de Venâncio Aires	Privado	Qualificação tecnológica e museográfica	RS	4.011,47	15.936,38
Museu Antropológico Diretor Pestana	Privado	Dinamização das atividades culturais do museu	RS	5.000,00	20.000,00
Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville	Municipal	Ampliação e qualificação da produção	SC	4.627,00	18.512,00

Instituição beneficiada	Vínculo institucional	Projeto	Estado	Contrapartida (em R\$)	Valor repassado (em R\$)
Fundação Universidade do Contestado	Privado	Implantação do laboratório de aprimoramento das atividades de comunicação	SC	12.801,60	30.460,00
Museu de Arqueologia do Xingó	Federal	Instalação do laboratório de geoprocessamento	SE	9.200,00	20.000,00
Museu de Paleontologia de Monte Alto	Municipal	Equipamento para escavação paleontológica	SP	4.000,00	16.000,00
Museu Carlos Gomes	Privado	Equipamentos para o Museu	SP	1.480,00	5.920,00

QUADRO 4 – Fonte: Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN

Edital Caixa Econômica Federal – Programa Caixa de Adoção de Entidades Culturais

Em 16 de agosto de 2004, foi lançado o edital do Programa Caixa de Adoção de Entidades Culturais, também no valor de R\$ 5 milhões. Criado pela Caixa Econômica Federal e com o apoio do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN, o programa visa à preservação e promoção do patrimônio cultural brasileiro, por meio da seleção de projetos de instituições ou entidades culturais abertas à comunidade de direito público ou privado, sem fins lucrativos. Das 192 propostas recebidas, 28, provenientes de 11 estados, foram aprovadas. (Ver quadro 6)

Edital Petrobras – Programa Petrobras Cultural

A Petrobras lançou em 11 de novembro de 2004 a segunda edição do Programa Petrobras Cultural, que trouxe novidades importantes, como o apoio à preser-

“Museu pode ser prisão. No tempo (o passado) e no espaço (o depósito). Mas museu também pode ser liberdade. No tempo: o presente. No espaço: a ágora.

Ainda bem que o Ministério da Cultura e o Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN resolveram se aventurar pela dimensão libertária dos museus, e da política de museus, buscando a abertura das grades reais e simbólicas das instituições que preservam, exibem e fazem a memória cultural do país. Libertária, claro, e também (ou portanto) inclusiva, dinâmica, transformadora. Livres, os museus vivem; presos, morrem. Apesar dos esforços de tantos, nossos museus estavam morrendo. Não estão mais.”

Sérgio Sá Leitão, assessor especial do Ministro da Cultura

vação e à difusão de acervos de museus, arquivos e bibliotecas. Esse edital resultou da parceria da estatal com o Ministério da Cultura e integrou as ações da Política Nacional de Museus. Como o BNDES e a Caixa Econômica Federal, a Petrobras destinou para o seu programa o total de R\$ 5 milhões, tendo como limite para cada projeto o valor de R\$ 500 mil.

Análise comparativa dos editais

O quadro 7 apresenta o total de projetos aprovados e os investimentos recebidos por cada estado e região. Observa-se que

foram aprovados no total 112 projetos, distribuídos entre 17 estados, contemplando todas as regiões do país. A região Sudeste aprovou o maior número de projetos (48%); em seguida, destacam-se as regiões Nordeste e Sul, respectivamente com 24% e 19% dos projetos aprovados. Já as regiões Norte e Centro-Oeste aprovaram, cada uma delas, 5% dos projetos.

O gráfico 1 compara o total de valores aprovados por região nos três editais analisados. A região Sudeste foi contemplada com a maior parte dos recursos (57%).

Instituição beneficiada	Vínculo institucional	Projeto	Estado	Valor (em R\$)
Universidade do Estado da Bahia	Estadual	Arquivo Público Municipal de Caetité	BA	147.497,90
Fundação Pedro Calmon	Privado	Aquisição de mobiliário e equipamento de segurança APB	BA	114.000,00
Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia	Estadual	Melhoria do sistema de segurança do Museu Tempostal	BA	35.198,00
Associação São Jorge Filho da Goméia	Privado	Museu Comunitário Mãe Mirinha de Portão	BA	31.560,00
Museu do Ceará	Estadual	Reforma e adaptação da reserva técnica	CE	208.636,00
Arquidiocese de Fortaleza	Privado	Preservação do acervo histórico do Seminário da Prainha	CE	65.860,30
Fundação Padre Ibiapina – Diocese de Crato	Privado	Proteção patrimonial de acervo da Diocese de Crato	CE	37.024,00
Museu de Biologia Prof. Mello Leitão	Federal	Preservação do acervo	ES	54.850,00
Associação Cultural do Arquivo Público Mineiro	Estadual	Arquivo Público Mineiro	MG	267.452,00
Associação dos Amigos Museu Histórico Abílio Barreto	Municipal	Aprimoramento da infra-estrutura do Museu	MG	95.567,27
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Federal	Modernização e preservação do arquivo histórico da Casa Setecentista	MG	124.546,00
Instituto Cultural Flávio Gutierrez	Privado	Mobiliário para acondicionamento do acervo do Museu de Artes e Ofícios	MG	92.570,00
Associação Cultural dos Amigos do Museu de Arte da Pampulha	Municipal	Acervo do MAP	MG	67.000,00
Associação de Amigos do Museu Mineiro	Estadual	Sistema de Segurança para Museu Mineiro	MG	18.850,00
Preservar para Rememorar	Privado	Preservar para Rememorar – Um Direito do Cidadão	MT	145.155,00
Museu Paraense Emilio Goeldi	Federal	Incremento da infra-estrutura de acervos	PA	289.000,00
Associação Amigos dos Museus do Pará	Estadual	Implementação do Programa de Salvaguarda/SIM	PA	82.230,00
Prefeitura Municipal de Olinda	Municipal	Preservação da memória documental do arquivo municipal	PE	58.540,00
Tribunal de Justiça de Pernambuco	Estadual	Conservação Preventiva no Memorial da Justiça/TJPE	PE	13.845,00
Administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha	Estadual	Conservação do acervo de Fernando de Noronha	PE	65.000,00
Fundação Museu do Homem Americano	Privado	Ampliação do equipamento das reservas do Museu do Homem	PI	240.000,00
Universidade Federal do Paraná	Federal	Preservação e tratamento das coleções do Museu de Arqueologia e Etnologia	PR	210.003,00
Fundação Cultural de Curitiba	Municipal	Preservação do acervo do Museu Metropolitano	PR	83.990,05
Associação de Amigos do MAM-RJ	Privado	Cinemateca do MAM – Reserva Técnica	RJ	480.873,56
Associação Cultural de Amigos do Museu de Folclore	Estadual	Aquisição de mobiliário deslizante para acondicionamento de acervos	RJ	4.000,00
Fundação Universitária José Bonifácio	Federal	Os acervos raros da UFRJ	RJ	167.049,00
Associação dos Amigos da Casa de Rui Barbosa	Federal	Arquivo Rui Barbosa	RJ	87.890,00
Arquivo Público de Campos	Municipal	Acondicionamento e visitação no arquivo público de Campos	RJ	86.700,00
Associação de Amigos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Federal	Preservação do acervo de obras raras da biblioteca	RJ	85.000,00
Associação Cultural do APERJ	Estadual	Gerenciamento ambiental e acondicionamento do acervo do Fundo Polícia Política do Rio de Janeiro	RJ	72.600,00
Associação dos Amigos do Museu Histórico Nacional	Federal	Preservação de acervo arquivístico e bibliográfico do Museu Histórico Nacional	RJ	59.718,78

Instituição beneficiada	Vínculo institucional	Projeto	Estado	Valor (em R\$)
Instituto Histórico e Artístico de Paraty	Municipal	Caminhos da História - Sujeitos da Memória	RJ	40.100,00
Sociedade dos Amigos do Museu de Astronomia	Federal	Melhoria das condições de segurança dos acervos	RJ	39.710,00
Associação dos Arquivistas Brasileiros	Privado	Arquivo da Cúria Metropolitana de São Sebastião do Rio de Janeiro	RJ	27.600,00
Associação de Amigos do Museu da Cidade	Municipal	Conservação das imagens da Avenida Central de Marc Ferrez	RJ	22.900,00
Associação dos Amigos do Museu do Primeiro Reinado	Estadual	Implantação de sistema de segurança no Museu do Primeiro Reinado	RJ	15.182,00
Fundação Cidade do Rio Grande	Municipal	Reserva técnica do Museu da Cidade do Rio Grande	RS	192.010,60
Associação dos Amigos da Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul	Estadual	Preservação das obras raras e valiosas	RS	65.460,00
Museu Antropológico Diretor Pestana - FIDENE	Privado	Preservação/Publicação Coleção Família Beck	RS	31.060,00
Biblioteca Pública Pelotense	Municipal	Projeto de conservação do acervo bibliográfico	RS	29.183,21
Associação de Amigos do Museu Julio de Castilhos	Estadual	Projeto de Segurança	RS	26.985,59
Prefeitura Municipal de Montenegro	Municipal	Conservando fotografias históricas	RS	22.076,20
Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste	Privado	Preservação e valorização do acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina	SC	150.557,00
Associação de Amigos do Museu da Imagem e do Som	Estadual	Preservação do acervo do Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina	SC	12.610,00
Fundação Arquivo e Memória de Santos	Municipal	Modernização dos depósitos de acervo da Fundação Arquivo e Memória de Santos	SP	161.000,00
Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/USP	Estadual	Acondicionamento do acervo do século XVIII do SIBI/USP	SP	135.000,00
Museu de Arte Moderna de São Paulo	Privado	Conservação preventiva e curativa dos acervos museológicos	SP	81.675,20
Central Única dos Trabalhadores	Privado	Preservação de acervo do Movimento Operário e Sindical	SP	39.098,00
Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista	Estadual	Memória e História das Esquerdas no Brasil	SP	38.991,80

QUADRO 5 – Fonte: BNDES

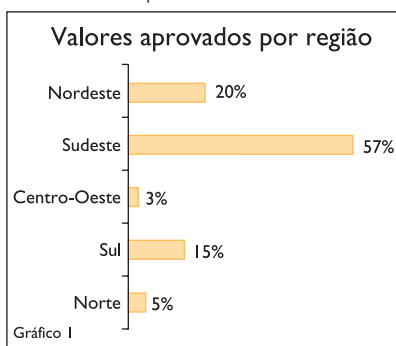
“Tenho a firme convicção de que um país se faz tanto com gente e trabalho quanto com história e é com essa perspectiva que trabalhamos no Paraná. O Sistema Estadual de Museus, ligado à Secretaria de Estado da Cultura, congrega os museus do Estado, com a intenção de criar mecanismos reais de aproximação com o público em geral, estudantes, pesquisadores e turistas. (...) Estamos de pleno acordo com a Política Nacional de Museus e o Sistema Brasileiro de Museus e esperamos que recursos sejam canalizados no sentido de concretizar ações e solidificar a importância do conhecimento da nossa história.”

Vera Maria Haj Mussi Augusto, secretária de Estado da Cultura do Paraná, presidente do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Cultura

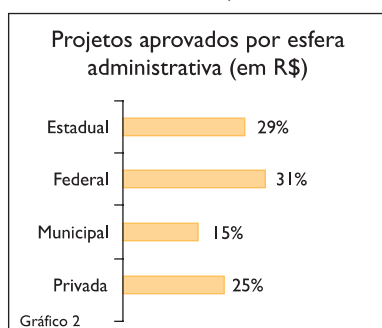
Instituição beneficiada	Vínculo institucional	Projeto	Estado	Valor (em R\$)
Museu do Traje e do Têxtil	Privado	Implantação da reserva técnica	BA	199.747,75
Museu de Arte Sacra (MAS)	Federal	Implantação da reserva técnica e tratamento do acervo	BA	255.580,83
Fundação Universidade Regional do Cariri (Urca)	Estadual	Letras Vivas da Lira Nordestina: revitalização da memória e da produção da literatura popular de cordel no Brasil	CE	86.240,61
Museu da Música	Privado	Difusão e disponibilização do acervo	MG	170.000,00
Museu Histórico Abílio Barreto	Municipal	Expansão do acervo fotográfico	MG	50.000,00
Centro de Estudos Murilo Mendes Universidade Federal de Juiz de Fora	Federal	Ampliação da reserva técnica	MG	49.862,16
Arquivo Público Mineiro	Estadual	Arquivos coloniais: preservação e acesso	MG	126.376,90
Museu do Estado do Pará	Estadual	Arte Contemporânea Paraense - anos 80 / 90	PA	50.000,00
Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães	Estadual	Aquisição de acervo de xilogravuras de Gilvan Samico	PE	164.680,00
Fundação Museu do Homem Americano	Privado	500 séculos de história na Serra da Capivara (documentação armazenamento e digitalização de material arqueológico)	PI	199.800,00
Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná	Federal	Preservação e tratamento das coleções	PR	174.916,73
Fundação Biblioteca Nacional	Federal	Identificação, processamento técnico, conservação, restauração e acondicionamento de mapas raros – séculos XVI / XIX	RJ	182.024,74
Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular / IPHAN – Museu do Folclore	Federal	Preservando Tradições: Tesouro Multimídia de Cultura Popular Brasileira	RJ	191.647,03
Museu Carmen Miranda	Estadual	Conservação Permanente do Acervo / Reserva Técnica	RJ	123.525,25
Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho	Estadual	Organização e tratamento do acervo bibliográfico e arquivístico de Barbosa Lima Sobrinho	RJ	143.800,00
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Federal	Arquivo central - negativos históricos: higienização, acondicionamento, duplicação e acesso	RJ	499.233,28
Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro	Federal	Conservação e disponibilização de acervos	RJ	233.738,00
Museu Municipal José Olavo Machado	Municipal	Circuito das imagens missionárias Fé e Arte em Harmonia	RS	200.000,00
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul	Estadual	Organização, inventário e informatização do Arquivo Borges de Medeiros (1897-1960)	RS	49.292,00
Museu Nacional do Mar	Estadual	Qualificação do acervo	SC	165.000,00
Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville	Municipal	Acondicionamento e inventário de acervos – Complementos para coleções recentes	SC	8.233,06
Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo	Estadual	Preservação e difusão do acervo	SP	150.000,00
Museu Paulista da Universidade de São Paulo	Estadual	Reformulação da exposição permanente – Imagens Recriam a História	SP	310.135,22
Arquivo do Estado de São Paulo	Estadual	Memória e cidadania: preservação dos conjuntos documentais autos crimes de São Paulo	SP	158.391,44
Museu Lasar Segall	Federal	Informatização para internet do banco de dados dos acervos bibliográficos, documentais e arquivísticos da biblioteca Jenny Klabin Segall	RJ	300.000,00
Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo	Estadual	Conservação e manutenção do acervo	SP	137.775,00
Pinacoteca do Estado de São Paulo	Estadual	Aquisição de obras	SP	320.000,00
Centro Cultural de São Paulo	Municipal	Construção de reserva técnica unificada	SP	300.000,00

QUADRO 6 – Fonte: Caixa Econômica Federal

Também foram expressivos os valores recebidos pelas regiões Nordeste (20%) e Sul (15%). Já as regiões Norte e Centro-Oeste obtiveram 5% e 3%, respectivamente.



Por fim, cabe uma última análise sobre os projetos aprovados por esfera administrativa. O gráfico 2 demonstra que as esferas federal e estadual ficaram com a maior parte dos recursos, 31% e 29%, respectivamente. Os museus privados ficaram com 25% e os municipais, com 15%.



Programa Monumenta e Política Nacional de Museus

O Programa Monumenta – parceria entre o Ministério da Cultura e o Banco Interamericano de Desenvolvimento para a recuperação de centros históricos –, em conjunto com o Departamento de Museus e Centros Culturais do

Editais de apoio a museus (IPHAN/MinC, Caixa e BNDES) Projetos aprovados por região

Região	Estado	Valor aprovado (em R\$)	Quantidade de projetos	%
Norte	AP	40.000,00	1	1%
	PA	456.330,00	4	4%
Total Norte		496.330,00	5	4%
Sul	RS	715.386,38	11	10%
	SC	389.607,71	6	5%
	PR	495.859,87	5	4%
Total Sul		1.600.853,96	22	20%
Centro-Oeste	GO	36.812,00	2	2%
	MT	247.555,00	3	3%
Total Centro-Oeste		284.367,00	5	4%
Sudeste	SP	2.153.986,66	14	13%
	RJ	2.937.008,48	24	21%
	MG	1.269.052,33	15	13%
	ES	54.850,00	1	1%
Total Sudeste		6.414.897,47	54	48%
Nordeste	BA	851.574,37	8	7%
	SE	20.000,00	1	1%
	PE	421.571,76	9	8%
	PB	31.999,00	1	1%
	CE	397.760,91	4	4%
	PI	468.953,78	3	3%
Total Nordeste		2.191.859,82	26	23%
TOTAL GERAL		10.988.308,25	112	100%

QUADRO 7

IPHAN, no âmbito da Política Nacional de Museus, tem apoiado a implantação e a modernização de museus nos sítios históricos, considerando-os como equipamentos que fortalecem a dinâmica das cidades e a estratégia de sustentabilidade dos projetos locais. Esses museus estão apresentados a seguir:

Museu Nacional do Mar (São Francisco do Sul/SC)

O patrimônio da cultura naval brasileira, em especial a chamada arte naval, é um dos ramos mais ameaçados da cultura brasileira em sua preservação. Em nenhum outro local do planeta con-

vivem jangadas, canoas, saveiros, lanchas, botes e baleeiras em prodigiosa diversidade como no Brasil.

O Museu do Mar foi criado para preservar exemplares significativos dessas embarcações, instrumentos navais e apetrechos de bordo, valorizando a arte e o conhecimento dos homens que vivem das águas. O prédio de arquitetura eclética, com influência alemã, foi recentemente restaurado com recursos do Programa Monumenta, trabalho concentrado especialmente na recuperação de fachadas, esquadrias, ornamentos, pinturas e demais elementos construtivos. Está prevista a adequação de uma parte da edificação para abrigar um alojamento voltado para alunos do ensino fundamental.

Museu Histórico (São Francisco do Sul/SC)

O Museu Histórico de São Francisco do Sul foi criado há cerca de 20 anos e está situado estrategicamente na entrada da cidade e do centro histórico tombado pelo IPHAN. Toda a área foi recentemente valorizada pelo Programa Monumenta, cujo projeto na cidade denomina-se De Museu a Museu. Calçadas, calçadões, praças e vias públicas foram qualificadas ao longo de toda a orla da cidade, do Museu Histórico ao Museu do Mar. O Programa Monumenta financiará a contratação de assessoria para a revisão museológica e museográfica do Museu Histórico de São Francisco do Sul. A proposta conceitual e o plano museológico – indispensáveis para o projeto de modernização do museu – fornecerão as diretrizes que nortearão o projeto museográfico, o programa arquitetônico de ocupação dos espaços e os demais projetos.

Museu do Homem do Pantanal (Corumbá/MS)

A região pantaneira apresenta ocupações humanas que datam de 6.000 a.C. O museu, que abrigará coleções arqueológicas e etnográficas que testemunham esta importante trajetória, será instalado na Casa Wanderley & Baís, marco de um tempo de pujança na história da cidade de Corumbá. O edifício está sendo restaurado com recursos do Programa Monumenta, cuja ação também abrange os projetos museológico e arquitetônico.

Museu de Congonhas (Congonhas do Campo/MG)

O Museu de Congonhas será construído na

“As oficinas têm contribuído para democratizar o acesso ao conhecimento produzido por diversos especialistas e, conseqüentemente, para o desenvolvimento de diversos profissionais. A rede de informação se inicia, pois, após a realização da oficina, se mantém uma troca de informações entre os participantes e o ministrante. (...) A aposta do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN na implantação das Oficinas de Capacitação é uma iniciativa que deve ser aplaudida e ter prosseguimento.”

Magaly Cabral, pedagoga, museóloga e especialista em educação em museus, coordenadora do Comitê de Educação e Ação Cultural do Conselho Internacional de Museus (CECA/ICOM-BR)

encosta do Santuário do Senhor Bom Jesus do Matosinho e deverá abrigar, entre outras, expressiva coleção de ex-votos existente na cidade. A proposta é que o museu atue como um centro de referência do barroco e dos estudos de pedra, como um espaço difusor da produção artística contemporânea e como fator de desenvolvimento urbano da cidade de Congonhas do Campo.

Museu do Rio São Francisco (Penedo/AL)

Pensado como um portal para a descoberta das inúmeras faces do Rio e de seu patrimônio cultural e ambiental, o Museu tem grande importância para toda a região de Penedo. O objetivo é fortalecer a rede de instituições, associações e grupos locais que já trabalham para a preservação e a dinamização do Rio e, a partir de um sistema de sinalização interpretativa, promover a integração de todos numa trilha cultural, histórica e ambiental.

O Museu do Rio São Francisco fomentará mudanças na dinâmica da cidade e está sendo concebido como a sede de uma rede cooperativa de preservação e educação, formada pelos espaços de


memória e patrimônio já existentes ao longo do Rio. O programa arquitetônico está em andamento e a conclusão do projeto museológico está prevista para o primeiro bimestre de 2005.

Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira (Salvador/BA)

Os prédios do Tesouro do Estado e do antigo Pronto Socorro são referências expressivas na Cidade de Salvador. Foram construídos na mesma época e com a mesma técnica, porém em estilos arquitetônicos diferentes. Serão restaurados e modernizados para receber o Museu Afro, cujo acervo deverá contar com obras vindas da Universidade Federal da Bahia, do Centro de Estudos Afro-Orientais e da Fundação Pierre Verger.

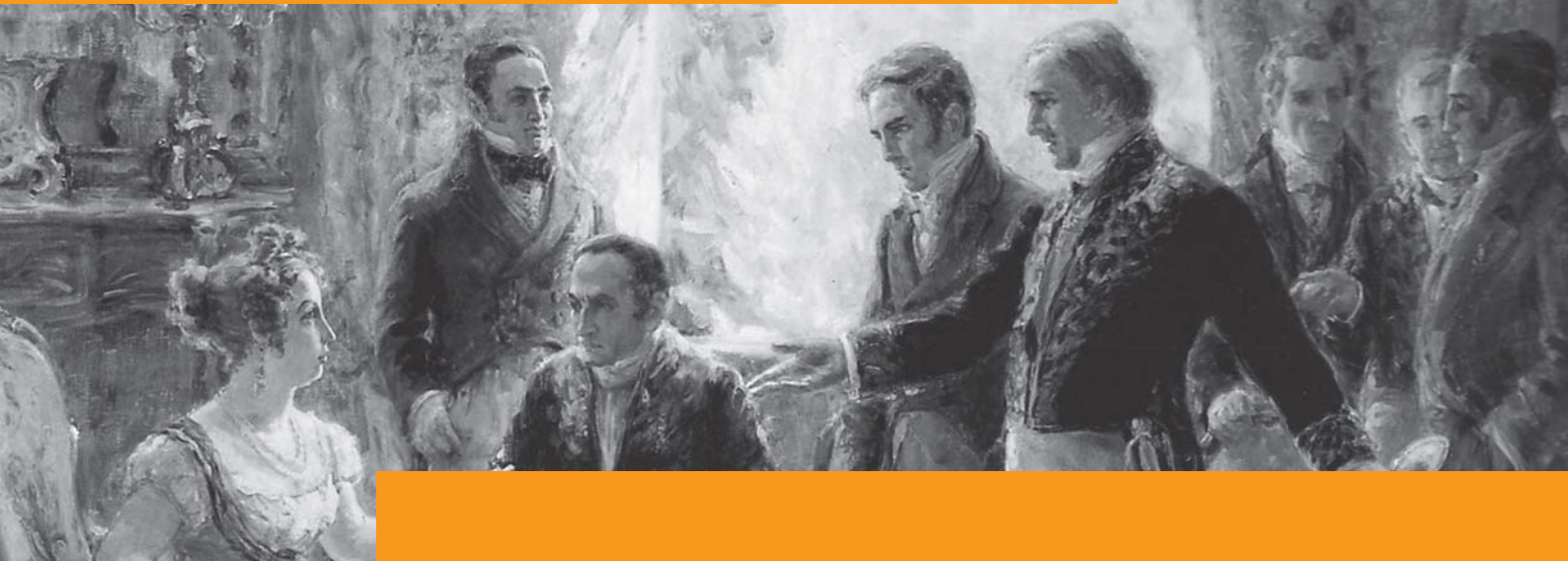
A ação do Programa Monumenta abrange a concepção do projeto museológico, o desenvolvimento do projeto arquitetônico, o restauro dos edifícios e a recuperação das fachadas, estruturas e coberturas.

A instalação do Museu será executada por meio do projeto aprovado na Lei Rouanet e conta com patrocínio da Caixa Econômica Federal e do BNDES.

Em dezembro de 2004, por ocasião do Fórum Nacional de Museus, foi assinado contrato de parceria entre a Caixa Econômica Federal e a Sociedade de Amigos da Cultura Afro-Brasileira (Amafro), que consolidará o processo de implantação do Museu Afro na Bahia. 

“O papel dos museus no processo de dinamização urbana em várias cidades ao redor do mundo evidencia, por um lado, a complexidade e o caráter multidisciplinar dos museus, da museologia e da arquitetura e, por outro, a necessária aliança entre a Política Nacional de Museus e o Programa Monumenta.”

Luiz Fernando de Almeida, arquiteto, coordenador nacional do Programa Monumenta



Formação e capacitação

Em sintonia com os critérios que nortearam a definição dos eixos da Política Nacional de Museus, o Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN lançou em 2003 o Programa Nacional de Formação e Capacitação de Recursos Humanos em Museologia. O Programa tem por finalidade a realização de oficinas e cursos nas diversas áreas de atuação dos museus.

Fóruns e oficinas

Iniciados no ano de 2004, como desdobramento do Programa Nacional de Formação e Capacitação de Recursos Humanos em Museologia, foram realizados, em diversos estados, fóruns, oficinas e cursos de aperfeiçoamento para estudantes e profissionais de museus, com resultados amplamente satisfatórios. Merece destaque a realização, em dezembro de 2004, do Fórum Nacional de Museus, na cidade de Salvador. No conjunto, participaram dessas ações mais de 1.000 pessoas.

“Como museóloga e estando à frente do Departamento de Museologia da UFBA, tive a oportunidade de vivenciar o movimento ocorrido na área da museologia e dos museus em função da Política Nacional de Museus, por meio de ações concretas como os Fóruns de Museus, os cursos de capacitação na área da museologia e os editais de financiamento para a revitalização das instituições museológicas. Assim, parabeno os gestores da Política Nacional de Museus pela construção de um processo muito positivo, que vem atingindo a formação, o financiamento e a construção do conhecimento na área da museologia no Brasil.”

Rosana Nascimento, museóloga e professora da Universidade Federal da Bahia

Abrangência	Oficinas	Fóruns	Participantes
Maranhão	2	-	70
Roraima	2	-	60
Goiás	3	-	70
Piauí	-	1	140
Rio Grande do Sul	-	1	220
Bahia	1	-	60
Ceará	-	1	73
Fórum Nacional de Museus	6	1	450
TOTAL	14	4	1.143

São Luís/MA

16 e 17 de setembro

Oficina Ações Educativas em Museus

Realizada no Museu Histórico e Artístico do Maranhão e ministrada pela professora Magaly Cabral, museóloga e mestre em Educação, a oficina teve por objetivo a criação de estratégias lúdicas no processo de ensino e aprendizagem da arte e da história durante as visitas monitoradas nos museus.

23 a 25 de novembro

Oficina Tratamento Técnico da Documentação Museológica

Realizada no Museu Histórico e Artístico do Maranhão e ministrada pela professora Rosana Nascimento, da Universidade Federal da Bahia, abordou o tratamento técnico da informatização do acervo museológico.

Boa Vista/RR

18 a 22 de outubro

Oficina Introdução à Museologia

Realizada no Museu Integrado de Roraima – MIRR e ministrada pelo professor Albino Barbosa de Oliveira Junior, museólogo da Universidade Federal de Pernambuco.

22 a 26 de novembro

Oficina Manutenção e Conservação de Acervos

Realizada no Museu Integrado de Roraima – MIRR e ministrada por Norma Fairbanks, dos Museus Castro Maya (Rio de Janeiro/RJ), e Carlos Chaves, do Museu Paraense Emílio Goeldi (Belém/PA).

Goiânia/GO

25 a 29 de outubro

Oficina Ação Educativa – Área Monitoria

Realizada no Museu de Arte de Goiânia – MAG e ministrada por Aluane de Sá, tratou do plano de atendimento ao público em espaços museológicos.

24 a 26 de novembro

Oficina Preservação de Acervos Fotográficos

Realizada no Museu Goiano Zoroastro Artiaga e ministrada por Maria Clara Ribeiro Mosciaro, teve como temas a implantação de um projeto de conservação, o manuseio e a guarda dos documentos fotográficos.

6 a 10 de dezembro

Oficina Preservação de Acervos Documentais e Bibliográficos

Realizada no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e ministrada por Vitória Bandeira, abordou a história do papel, os tipos de deterioração, o ambiente de guarda, os métodos de armazenagem e a limpeza mecânica.

Porto Alegre/RS

9 a 11 de novembro

9º Fórum Estadual de Museus/RS – Políticas Públicas: os Caminhos da Construção

Tratou do Sistema Brasileiro de Museus, da informatização de acervos, do trabalho em rede, da profissionalização do trabalho em museus, das políticas públicas de capacitação e das políticas estaduais de museus.

Teresina/PI

29 de novembro

Iº Fórum Estadual de Museus

Teve como focos a criação do Sistema Estadual de Museus, a participação do Estado do Piauí no Sistema Brasileiro de Museus e a realização de oficinas de capacitação no estado, a partir de 2005.

Salvador/BA

23 a 25 de novembro


Curso de Extensão Ação Cultural e Educativa dos Museus

Realizado pela Universidade Federal da Bahia e ministrado pelo professor Camilo Vasconcelos, da Universidade de São Paulo – USP.

Crato/CE

27 e 28 de julho

I Fórum Estadual de Museus

A Política Nacional de Museus, a criação do Sistema Estadual de Museus e a participação do Estado do Ceará no Sistema Brasileiro de Museus foram seus temas principais. 

Política Nacional de Museus: análise do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA

Frederico A. Barbosa da Silva (IPEA/Disoc)

1. Introdução

Este texto faz dois movimentos analíticos distintos: (i) descreve algumas das ações da política de museus e objetiva ampliar a compreensão do seu funcionamento em 2003/2004, e (ii) tece considerações sobre sua avaliabilidade ou o alcance de valorizações possíveis para o desempenho do programa.

Interessa-nos investigar nesse segundo momento a questão da avaliabilidade do conjunto de ações e propor elementos para que a discussão e um desenho possível de avaliação contribuam conceitual e institucionalmente para a conformação do Sistema Brasileiro de Museus (SBM).

2. Balanço das ações¹

2.1 Reformas institucionais

Em 2003, entrou em funcionamento o Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU, Decreto n.º 5.040/04). O Departamento nasceu da reformulação da Coordenação Geral de Museus e Artes Plásticas da Secretaria do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas do Ministério da Cultura (MinC) e da avaliação da necessidade de redesenho institucional para o tratamento das questões relacionadas aos museus. O DEMU está vinculado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A reforma permitiu que se suprimissem zonas de sobreposição, dando à equipe do novo departamento atribuição e comando claro sobre a política de museus no âmbito federal. O Programa Museu: Memória e Futuro, da antiga secretaria, ganhou novo desenho para abranger, além dos museus federais, os demais museus brasileiros, públicos, privados ou mistos. O programa passou a se denominar Museu: Memória e Cidadania. O programa é constituído por diversas ações, como: aquisição de equipamentos, reformulação de exposições, elaboração de projetos museológicos e museográficos, melhoria dos sistemas físicos (elétrico e hidráulico), climatização, entre outras, todas elas em consonância com os eixos da Política Nacional de Museus. Além disso, direciona recursos

para o funcionamento e modernização dos Museus da União.

A reformatação institucional significou algo mais, que foi dar passos iniciais para a criação de uma política pública abrangente e capaz de articular o sistema de museus aos espaços públicos estaduais (sistemas estaduais e municipais) e federais (Sistema Nacional de Museus), bem como envidar articulações de nível internacional, como já acontece com Portugal e Espanha.

Os anos 2002/2003 representaram o início de processos de maturação da proposta da Política Nacional de Museus, com consultas à comunidade museológica e intensa articulação para a elaboração de marcos de convergência para a política. Em maio de 2003, a Política foi lançada em atendimento às diversas demandas da comunidade, adotando instrumentos institucionais dinâmicos e flexíveis de gestão. Foi criado um Comitê Gestor, encarregado de proposição de diretriz e ações e acompanhamento do desenvolvimento do setor museológico.

O Comitê é formado por vários ministérios além do MinC, por representantes dos sistemas estaduais e municipais de museus, dos ecomuseus, dos museus universitários, dos museus privados, do Conselho Internacional de Museus, do Conselho Federal de Museologia e das escolas de formação universitária. Na realidade, além de órgão gestor, o Comitê desempenha um importante papel de articulação e interlocução com a área museológica.

Outro conjunto de ações de importância fundamental para a política está colimado no Programa de Formação e Capacitação de Recursos Humanos em Museologia. Em 2004, foram realizadas 14 oficinas, quatro fóruns regionais e mais de 1.000 pessoas foram beneficiadas nas diversas áreas dos museus. Outro ponto de destaque são as parcerias com outros países: com Portugal, para a cooperação técnica e articulação da Rede Portuguesa de Museus e o Sistema Brasileiro de Museus; com a Espanha, para o apoio à implantação do Cadastro de Museus Brasileiros. Os parceiros nacionais estendem-se da Universidade (UFBA, Unirio) ao Ministério da Educação, ao Programa Monumenta, à Fundação Oswaldo Cruz, entre outros.

¹ Baseado em relatório interno do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN.

2.2 Melhoria da gestão de recursos financeiros

Nesse quadro da reformulação das instituições e dos papéis a elas designados, decorreu a elaboração de programas de apoio a museus em diferentes áreas e da Política Nacional de Museus. Um dos primeiros desafios do departamento foi envidar esforços que propiciassem recursos financeiros e a recuperação imediata de importantes centros museológicos. Um dos mecanismos mais importantes para estruturar as ações foi o edital, capaz de organizar a demanda de recursos por parte dos museus e orientar investimentos de forma estratégica e recuperar a rede física de museus de forma gradativa. Ao mesmo tempo, o banco de projetos apresentados deverá ser útil para traçar diagnóstico das necessidades e também das dificuldades dos museus na lida com esse instrumento e com a formulação de projetos.

Depois da definição da política e do espaço institucional que seria ocupado pelo DEMU, outro ponto de forte ênfase foi o arranjo do financiamento. Em 2004, o valor dos recursos atingiu R\$ 43,8 milhões, abrangendo os recursos orçamentários das diversas instituições federais de cultura e recursos dos incentivos fiscais. Além desses recursos, foram adicionados recursos da Caixa Econômica Federal (R\$ 5 milhões), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (R\$ 5 milhões) e da Petrobras (R\$ 5 milhões), totalizando R\$ 15 milhões destinados aos museus e acervos documentais.

A composição do financiamento entre empresas e governo pareceu promissora como arranjo de financiamento, constituindo-se em solução criativa para o alavancamento do SBM em contexto de restrição fiscal. De certa forma, ainda tem potencial para os próximos anos. Desde que articulada com os objetivos e prioridades políticas, e esse é em parte o papel do e o objetivo perseguido pelo mecanismo dos editais, essa modalidade de financiamento é eficaz. Entretanto, há que se considerar a imprevisibilidade dos atores, no que tange aos interesses de financiamento ao setor museológico. Outro desenho de financiamento, baseado em aumento de recursos fiscais, deverá ser procurado, com o intuito de fortalecimento do SBM.

A “prova dos nove” da prioridade governamental para a área museológica será exatamente esse redesenho, que poderá ou não ser seguido de maior autonomia administrativa e política dos órgãos de coordenação da política de museus². Entretanto, há que se considerar que a melhor utilização dos diversos tipos de recursos políticos depende da potencialização dos instrumentos de gestão e de maior controle e previsibilidade dos recursos financeiros. Pode-se resumir e traduzir essas questões em um tópico e seus desdobramentos:

O DEMU demonstrou, nos seus dois anos de existência, capacidade de alocação de recursos de fontes diversas, bem como capacidade de gestão e orientação desses recursos.

Considerando-se esse aspecto, os recursos orçamentários dos próximos anos poderiam ser pelo menos iguais àqueles alocados junto às estatais e outras empresas, o que permitiria que o DEMU coordenasse

Tabela 1: Resultado do edital Modernização dos Museus^(*)/ Fundo Nacional de Cultura³

Tipo Museu	Faixas	Concedente	Proponente	% recurso do proponente
Museus Públicos	Até R\$ 80.000	303.382	124.495	41
	Até R\$ 40.000	269.832	209.683	78
	Até R\$ 20.000	147.466	48.028	33
Museus Privados	Até R\$ 80.000	76.049	39.801	52
	Até R\$ 40.000	110.412	28.685	26
	Até R\$ 20.000	57.757	14.439	25
TOTAL	-	964.898	465.131	48

(*) Sem considerar o Museu Paraense Emílio Goeldi.

investimentos, pelo menos da ordem daqueles realizados nos anos 2003 e 2004, potencializando seus esforços sem dispersá-los.

Ou seja, o departamento mostrou capacidade de coordenar e orientar os recursos Captados + FNC + Museu: Memória e Cidadania. Com o aumento dos recursos orçamentários e o fortalecimento do SBM, sem descuido da continuidade do uso do mecenato, o governo sinalizaria prioridades políticas e reconheceria como exemplar a capacidade de gestão do DEMU.

Entretanto, devem-se assinalar restrições. O principal problema para a efetivação dessas proposições é que as tendências recentes na área cultural apontam para uma maior articulação com as empresas, no que se refere ao financiamento, à limitação e mesmo à perda de recursos das instituições públicas⁴. O contexto de restrições fiscais apenas acentua essas tendências⁵.

² O caminho proposto pela comunidade museológica, qual seja, a criação do Instituto Brasileiro de Museus, enxuto e eficiente, permitiria uma gestão mais controlada e planejada de recursos.

³ Referentes ao mecanismo Fundo Nacional de Cultura, Convênio MinC/SE n. 124/2004. No caso dos museus públicos, foi desconsiderado o Museu Paraense Emílio Goeldi, que distorcia as médias. Nesse caso, o proponente entrava com 8,5 vezes os recursos do concedente ou aproximadamente R\$ 293 mil contra R\$ 35 mil da concedente.

⁴ SILVA, F.A. Barbosa da. *Boletim 10* – acompanhamento da área cultural, IPEA, 2005, mimeo.

⁵ Ver DÓRIA, C. “Os Museus Minguantes”. In: *Os Federais da Cultura*, s/rf. O autor estima que os museus nacionais consumam anualmente perto de R\$ 22 milhões com pessoal e custeio.

Entretanto, devemos assinalar outro ponto com relação ao mecanismo do Fundo Nacional de Cultura (FNC). Lembre-se que o FNC exige contrapartida de pelo menos 20% do proponente. Vejamos a Tabela 1, com os resultados do edital Modernização de Museus, que aportou R\$ 1 milhão para essas instituições⁶:

A Tabela 1 mostra que a parte do proponente é, na média, muito superior ao que é exigido pela legislação do FNC como contrapartida. Na média os proponentes adicionaram mais 48% aos recursos da concedente.

Para os projetos maiores, a participação dos recursos do proponente foram maiores entre os museus privados (52%, contra 41% dos museus públicos). Para os demais grupos ou faixas, a participação pública foi maior, com 78% para a faixa de projetos até R\$ 40 mil e 33% para a faixa até R\$ 20 mil.

Aos museus privados foram destinados até 25% dos recursos do edital. Como revela a Tabela 2, essa determinação foi cumprida.

A Tabela 2 também mostra que os proponentes públicos (agora

Tabela 2: Resultados do edital Modernização dos Museus – Totais

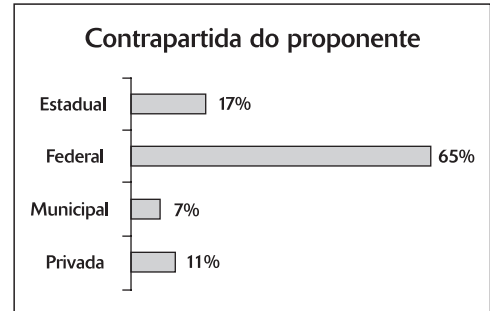
Tipo Museu	Concedente	% total	Proponente	% total
Museus Públicos	755.780	75,6	675.506	89,1
Museus Privados	244.218	24,4	82.925	10,9
TOTAL	1.000.000	100	758.431	100

Fonte: Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN, 2004

incluído o Museu Goeldi) adicionaram R\$ 675,5 mil, o que significa 89% de recursos adicionais do proponente.

Verifica-se também a forte prioridade das instituições públicas museológicas e o empenho no que se refere não apenas à modernização de seus equipamentos e atuação, mas também ao aporte de recursos. Do total dos valores aprovados, 13% foram para museus municipais, 32% estaduais e 31% federais. Os outros 24,4% foram para museus privados.

Portanto, os usos do instrumento Edital/FNC permitiram que os museus privados alocassem R\$ 82,9 mil, que os municipais fizessem contrapartida de R\$ 54,6 mil e os estaduais de R\$ 128,9 mil. O Gráfico 1 permite a visualização dessa participação:



Fonte: Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN, 2004

A contrapartida de 65% dos museus federais (R\$ 803 mil) deve ser vista do prisma da melhoria da gestão dos recursos. O edital permitiu a articulação de fontes financeiras de instituições e de áreas (os museus de universidades representaram 23% dos projetos apresentados) onde se situam museus federais de diversos tipos. Como se trata de recursos federais, o edital deveria prever um componente de *monitoramento e acompanhamento*, seja na forma de assessoria técnica ou avaliação qualitativa de resultados. De qualquer maneira, o edital persegue o objetivo de fortalecimento institucional dos museus. A maior capacidade de articulação entre órgãos federais é um dos recursos de gestão e de maior qualidade do gasto.

Depreende-se dessas considerações que o aumento dos recursos orçamentários, sobretudo em uso pelos mecanismos do FNC, permitiu alavancar investimentos adicionais destinados aos museus, e eles poderiam ser potencializados com a exigência de acompanhamento, monitoramento e avaliação.

Como se vê, a qualidade desses resultados justifica o aumento de recursos orçamentários para a política de museus. Embora os editais ainda possam ser aperfeiçoados nos seus critérios, esse primeiro mostrou os potenciais do FNC e do DEMU na articulação do SBM e na modernização dos museus.

2.3 O Sistema Brasileiro de Museus

As iniciativas de criação do SBM dão corpo à articulação de agentes e instituições museológicas no quadro dos objetivos mais amplos de construção de uma política nacional de museus.

O SBM absorve a idéia de sistema como uma totalidade orgânica constituída por componentes em relação coerente e estável, independentemente da padronização estrita de procedimentos, conceitos e normas. O SBM parece possuir uma concepção alternativa, moderna e mais flexível do que as idéias correntes a respeito de sistema. Provavelmente, a noção de rede, em que os componentes, apesar de articulados, têm ampla margem de autonomia e respeito às suas especificidades jurídicas, culturais e institucionais, está aqui presente.

⁶ A análise sobre a descentralização dos recursos encontra-se em relatório interno do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN.

Ao mesmo tempo, o SBM confere ao Governo Federal um papel central na articulação do financiamento dos museus e no papel de promoção e coordenação entre os níveis de atuação pública, privada e comunitária. Com o rearranjo institucional, o MinC, de fato, confere maior visibilidade aos seus 40 museus, permitindo acompanhá-los, e iniciou um trabalho de diálogo e articulação com museus fora da esfera federal e sob administração estadual, municipal, privada e comunitária. Na criação do SBM (*Decreto n.º 5.264, de 05/11/2004*) o Ministério da Cultura partiu da definição de indispensável mobilização dos diversos agentes na configuração de objetivos, conceitos e estratégias. Para tal, intensificaram-se os eventos e encontros como aqueles da Semana do Dia Internacional de Museus (2003) e ao I^o Fórum Nacional de Museus (2004), que se seguiram aos Fóruns Estaduais e às oficinas de capacitação em diversos estados brasileiros⁷. Partindo da inexistência de instrumentos confiáveis e atualizados de informações e de recenseamento sobre a situação de museus, o Governo Federal procedeu nos dois anos iniciais aos encontros e manejo de instrumentos de consulta, admitindo como indispensável o reconhecimento da variedade de experiências e situações dos museus brasileiros. Constata a situação da heterogeneidade dos museus e enuncia os princípios da articulação, necessidade de comunicação, cooperação, compartilhamento, flexibilidade e transversalidade. Esses mecanismos constituem-se, em si mesmos, em importantes formas de avaliação. Entretanto, outros dispositivos mais sistemáticos e rotineiros poderiam convergir no sentido do fortalecimento e na consolidação do SBM.

3. Avaliação de avaliabilidade

Esse item tenta responder a uma questão simples. O que é avaliável no atual desenho do SBM?

Alguns elementos para responder a essa questão já foram apresentados, em especial sobre o financiamento e sobre as estratégias de articulação e consulta. Sobre o primeiro ponto, nada mais a acrescentar; sobre o outro, cabe dizer que é flexível o bastante para acomodar a heterogeneidade de interesses e a imprecisão das informações. Os dados abaixo ilustram o quanto a realidade regional dos museus é heterogênea e desigual, apontando as dificuldades para o estabelecimento de objetivos mais precisos para a política.

Mapa dos municípios brasileiros segundo a existência de museu – 2001



O Mapa 1 mostra, a partir de pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a distribuição de municípios brasileiros que têm museus.

O número de museus no Brasil gira em torno de 2.000 (DEMU). Para o IBGE, eles são 1.567. Podemos dizer, com certeza, que há um número superior a 1.500 museus no país. Trata-se de um universo bastante significativo e que demanda recursos financeiros e formação de recursos humanos adequados.

Pelo lado das carências, entretanto, deve-se ressaltar que 82,6% dos municípios brasileiros (4.598) não possuem museus. As carências também são desigualmente distribuídas: 92% dos municípios da região Norte, 89,2% da Nordeste, 80,3% da Sudeste, 69,9% da Sul e 90% do Centro-Oeste não possuem museus.

Os municípios da região Sul são aqueles mais bem servidos por uma rede de museus, seguidos pelos da região Sudeste. Quase 40% dos municípios do Rio Grande do Sul, 37% dos municípios fluminenses, 31,4% dos municípios catarinenses e 25% dos paulistas têm pelo menos um museu.

O número de municípios que têm mais de um museu é muito pequeno, 3,3% do total. E é nas regiões Sul e Sudeste que encontramos o maior número: 4,5% do Sudeste e 5,3% dos municípios da região Sul têm mais de um museu.

Por outro lado, 10,9% dos municípios do Rio de Janeiro, 6,2% dos paulistas, 6,5% dos catarinenses, 6,0% dos gaúchos têm mais de um museu; 9,1% dos acreanos, 6,3% dos amapaenses, 5,9% dos alagoanos, 8,7% dos fluminenses, 5,9% dos paulistas, 5,8% dos catarinenses e 5,6% dos gaúchos têm de 2 a 5 museus⁸.

Como vemos a partir dos levantamentos do IBGE, as instituições

⁷ MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia, n.º 1, IPHAN, 2004.

⁸ IBGE, pesquisa de informações básicas municipais, 2001.

museológicas distribuem-se de forma desigual no território brasileiro. Essa heterogeneidade justifica estratégias abertas e flexíveis para a construção do SBM. O estado dos museus brasileiros – a julgar o todo pelas suas principais instituições – e a falta de recursos exigem o gradualismo na atuação do DEMU, mas exigem um acompanhamento qualificado.

Avaliar é mais do que a compreensão do contexto. Avaliar implica em uso de informações adequadas, mas também no estabelecimento de critérios que permitam valorar as ações e corrigi-las, se for o caso, mantê-las e intensificá-las, se necessário. Dimensionar e analisar os resultados da ação pública é uma maneira de quantificar o esforço e a qualidade da sua atuação no fomento e apoio a certas necessidades, avaliando se o empenho foi adequado e suficiente.

Consideramos que as informações são imprescindíveis, mas os dispositivos sociais e institucionais de coleta e análise que estimulem a reflexão sobre as práticas as precedem. E, para esse acompanhamento, é imprescindível o estabelecimento de prazo e metas que referenciem as estratégias.

Portanto, nos perguntamos: o que avaliar e como?

Os museus não são voltados para si mesmos, pelo contrário. Os museus narram histórias sobre a dinâmica social e das identidades coletivas e produzem narrativas nas quais os grupos e classes sociais se reconhecem. No mesmo processo, essas instituições de produção da memória coletiva comunicam, por meio dos seus documentos materiais, visuais, ou sob qualquer espécie de suporte, algo sobre a história, o imaginário e os significados da existência desses grupos. Valoriza, assim, a multiplicidade de narrativas e a diversidade cultural.

Portanto, a circulação daquelas narrativas (esqueçamos, por ora, o plano de atualização conceitual e organizacional dos museus, que imporia outras tantas tarefas ao SBM) impõe uma *quantificação e valorização da comunicação dos museus com os públicos*. O indicador mais comum para aferir esses resultados é o de frequência de públicos a museus (ou visitação virtual).

O mais desejável é que as informações sejam qualificadas quanto aos perfis e características dos públicos por idade, motivação, sexo, profissão etc. e também por suas necessidades, *o que permitiria uma atualização constante das estratégias de interação dos museus com a sociedade*.

Na ausência de informações tão detalhadas, é importante que sejam feitas avaliações qualificadas ou estudos de caso que permitam algum grau de generalização ou determinação do perfil de usuários ou das necessidades dos públicos frequentadores

de museus. Esses levantamentos não deveriam ser necessariamente exaustivos. A sistematização de impressões e sua reflexão por parte de especialistas, assim como sua divulgação contextualizada, oferecem bons elementos avaliativos.

Atualmente estão sendo criados sistemas de monitoria e avaliação no âmbito do Governo Federal e dos programas de governo. Deverão ser simples e adequados a cada programa. Voltaremos de forma sucinta a essa questão nas conclusões no item C, quando consideramos a possibilidade de uma *Assessoria Especializada* ou *Núcleo de Acompanhamento e Avaliação*.

6. Considerações finais

A estratégia de conformação do sistema de museus é adequada diante dos recursos financeiros e de gestão disponíveis. As escolhas estratégicas deslocam o objetivo de gestão material e conceitual dos museus para um rico processo social de articulação entre agentes museológicos e para a valorização da política e dos museus. Ao mesmo tempo em que articula, escuta e negocia prioridades com a comunidade museológica, valoriza, confere visibilidade e cria rede de apoio para a política museológica.

Embora não tenhamos discutido a questão das estratégias do SBM ao longo do texto, devemos enfatizar, mesmo que de forma resumida e insuficiente que, no referente às ações divulgadas e nos documentos programáticos analisados, não encontramos estratégias claras sobre o papel das unidades museológicas em sua relação com o Sistema Brasileiro de Museus ou com os Sistemas Estaduais e Municipais. É límpido que as instituições podem aderir ao Sistema Brasileiro de Museus, mas aparentemente não desfrutam de *status* ou papel estratégico na gestão de subsistemas regionais e locais. Ainda que já se discuta a implantação de redes locais, regionais e temáticas de museus (e são essas definições que fazem falta nos documentos), há que se considerar os diferentes níveis de comprometimento e capacidades dos poderes públicos regionais com as políticas culturais, fazendo-se mister definir papéis sistêmicos para as instituições museológicas regionais e também fortalecê-las em articulação e interlocução com aqueles poderes. E, claro, dispor recursos, sobretudo financeiros, para modernização e capacitação. Outro ponto que chamou a atenção foi a ausência de tipologias que caracterizam os museus e que serviriam para definição e orientação de prioridades. Essa ausência possivelmente indica que o diagnóstico central sobre a atual situação museológica decorre do total empobrecimento dos museus brasileiros e as ações do SBM se referem à necessária recomposição de capacidades estruturais, sobretudo físicas.

Por outro lado, o conhecimento sistemático da situação museológica brasileira é inadequado e os recursos financeiros são insuficientes. Sobre o segundo ponto e dado o contexto de restrições fiscais, que coloca elementos de imprevisibilidade para definição de planejamento com prazos exequíveis e intervenções regulares, são necessários mecanismos de monitoramento que aumentem a eficiência e capacidade de gestão e a divulgação de experiências exitosas de gestão; é possível que mecanismos de certificação de qualidade estimulem o aperfeiçoamento das modalidades de gestão e atestem a atuação dos museus.


Ainda sobre a questão dos recursos financeiros, é preciso lembrar que os recursos do Ministério da Cultura são insuficientes e que as instituições federais perderam recursos orçamentários sistematicamente nos anos 1990 e 2000, o que configura no fato de que os arranjos de financiamento atual implicam em competição por recursos e relativa instabilidade. O desenho de financiamento para o SBM é criativo, mas instável e insuficiente para consolidar a idéia de Sistema.

Partindo dessas dificuldades estruturais, às quais deveríamos agregar outra na ordem dos recursos humanos especializados em museologia, pode-se dizer que as iniciativas do Ministério da Cultura, por intermédio do Departamento de Museus do IPHAN, em que pese as dificuldades para uma avaliação e um diagnóstico mais precisos, são criativas e realistas, mas ainda não solucionam o diagrama de problemas propostos pelo sistema: a) recursos financeiros; b) institucionais e c) conhecimento situacional.

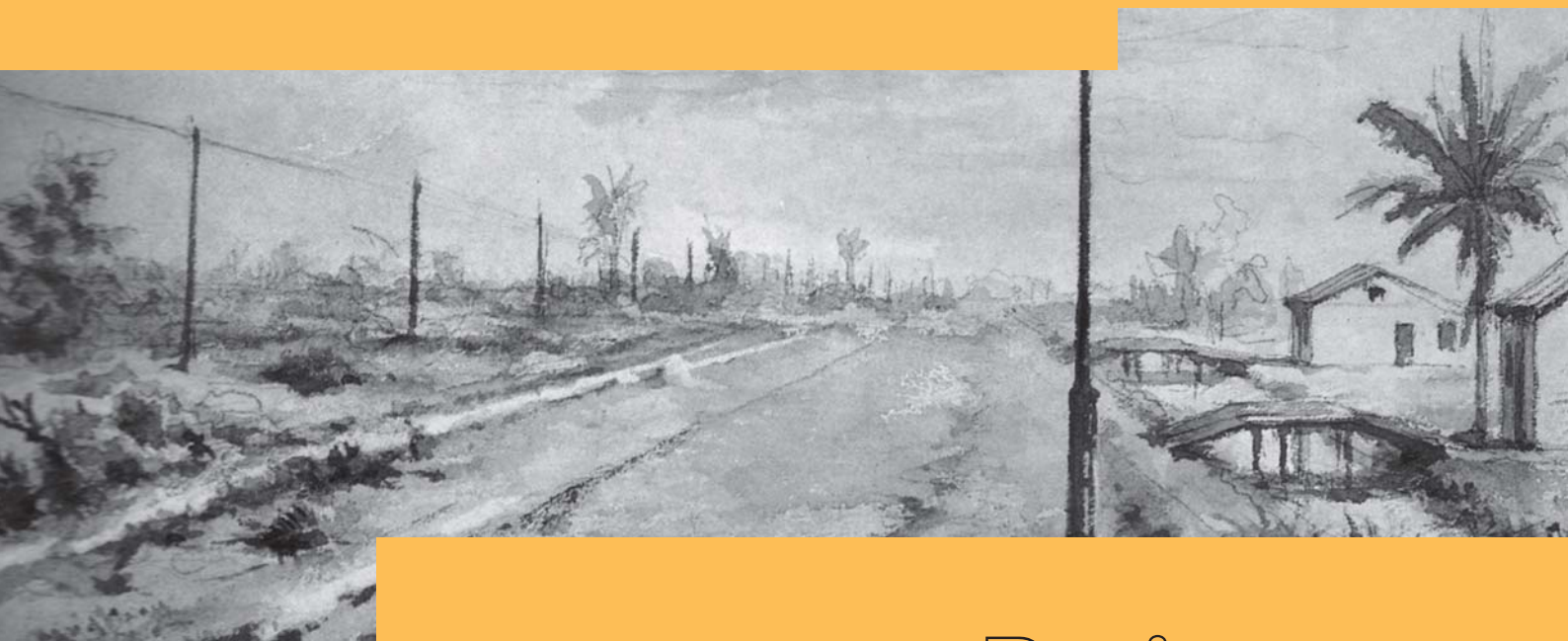
a) O sistema de financiamento do SBM deve dispor de mecanismos que garantam relativa estabilidade do montante de recursos orçamentários (seção 2.2). A aplicação dos recursos deveria ser monitorada por indicadores de acompanhamento oportuno, capazes de avaliar o desempenho das sucessivas operações, se elas atingiram seus objetivos declarados, se os meios foram adequados e os resultados alcançados, enfim, do esforço do setor público e de sua efetividade. Nesse caso, a avaliação da aplicação dos recursos financeiros deve ser componente do item "conhecimento situacional".

b) A proposta de criação de Instituto Brasileiro de Museus deve ser apreciada com simpatia pelos Ministérios do Planejamento e pela Casa Civil da Presidência da República, pois permite controle e responsabilização sobre uso de recursos e otimização dos mesmos. Como vimos na seção 2.2, os dispositivos empregados pelo DEMU já significaram uma melhoria e uma racionalização significativas no uso de recursos disponíveis, o que implica em afirmar sua capacidade gerencial e política. A criação do Instituto Brasileiro de Museus implica na aposta de que essa capacidade

pode ser potencializada por um grau maior de autonomia administrativa, financeira e com recursos humanos capacitados.

c) A questão do conhecimento da realidade museológica indica a necessidade de sistemas de produção de informações sistemáticas. O que significaria maior participação dos próprios museus, criação de mecanismo de publicização e divulgação de experiências e, sobretudo, internalização de sistemas de avaliação ao DEMU. A contratação de um *Assessor de Informações*, encarregado de elaboração de estudos e acompanhamento de diversos museus, poderia dar início a um processo mais orgânico de sistematização de estudos, informações e avaliação dos museus. Outra alternativa é a criação do *Núcleo de Acompanhamento e Avaliação*, encarregado de visitação local, levantamento de prioridades e informações situacionais, sistematização de informações e, sobretudo, assessoramento e articulação. 





Projetos e parcerias nacionais

Museus e Escolas em Movimento

O projeto Museus e Escolas em Movimento é o primeiro resultado da parceria que, segura e gradualmente, se consolida entre o Ministério da Cultura e o Instituto ArteViva. Construído de modo original e colocando em diálogo o Museu Histórico Nacional, o Museu da República, o Museu do Folclore, os Museus Castro Maya, o Museu Nacional de Belas Artes e o Museu de Arte Moderna, todos localizados na cidade do Rio de Janeiro, esse projeto articula numa mesma rede educadores de museus públicos e privados, alunos e professores de escolas públicas e agentes culturais de organizações não-governamentais.

Um dos objetivos do projeto é desenvolver um programa de arte e educação que conte a história da cidade e dos museus – seu entorno, sua arquitetura e suas coleções. O projeto prevê ainda a realização de cursos de atualização profissional e a construção de uma metodologia especial para o atendimento do público de museus.

“Desde a campanha eleitoral do Presidente Lula, o Cofem tem participado, a convite de pessoas que hoje compõem a equipe do Ministro Gilberto Gil, de reuniões para elaborar a Política Nacional de Museus. Fomos chamados a participar da própria construção deste processo, com o reconhecimento de nossa atuação no exercício profissional e colaboramos no que se fez necessário. (...) Acreditamos que a Política Nacional de Museus está deixando de ser uma teoria, um sonho, para se materializar em realizações que não de enriquecer, cada vez mais, a nossa cultura.”

Telma Lasmar Gonçalves, presidente do Conselho Federal de Museologia – Cofem

As linhas principais do projeto baseiam-se no reforço das relações de cidadania e de identidade entre o indivíduo, sua comunidade e a história da cidade e na discussão dos conceitos fundamentais da educação, a partir da observação direta do ambiente urbano.

Este é um projeto piloto, estruturado de forma modular, cuja ação deverá ser ampliada para os museus de todo o país a partir de 2006.

Observatório de Museus

O projeto Observatório de Museus, desenvolvido em parceria com a Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz), tem o objetivo de promover estudos e pesquisa sistemáticas sobre o público dos museus e constituir um espaço dinâmico para troca de informações, opiniões e reflexões. Para o seu desenvolvimento, foi criado um grupo de trabalho, com a participação de representantes de diversas instituições museológicas, visando a definição das linhas básicas de atuação.

Convênio com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio

Foi assinado um Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Cultura e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), que objetiva promover o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

“O Conselho Internacional de Museus, organização não-governamental associada à Unesco, tem como missão promover e desenvolver os museus e a museologia em âmbito internacional. Tradicionalmente mantém relações com organismos governamentais, no sentido de fazer avançar seu programa, que inclui o fortalecimento de redes de cooperação regional, a formação, o intercâmbio profissional, a promoção do Código de Ética Profissional, o combate ao tráfico de bens culturais e a proteção do patrimônio mundial. Nos últimos anos, estas relações se intensificaram, com a decisão do governo brasileiro de destacar e fortalecer a área museológica. (...) Esta nova dinâmica se faz sentir na ampliação de informações, de oportunidades de financiamento, de formação, atualização e intercâmbio profissional. O Comitê Nacional Brasileiro do ICOM tem acompanhado estes importantes passos – do desafio para desenvolver, de maneira estruturada, contínua, sistêmica e democrática, a participação de profissionais e instituições no processo.”

Luiz Antônio B. Custódio, presidente do Comitê Brasileiro do ICOM

“A política cultural e a diretriz estratégica do sistema cultural do Exército contêm proposições perfeitamente compatíveis com os eixos programáticos prescritos na Política Nacional de Museus.”

General de Divisão Roberto Viana Maciel dos Santos, diretor de Assuntos Culturais do Exército Brasileiro


Esse acordo possibilitará a troca de informações, a realização de seminários, cursos, encontros, debates, pesquisas e palestras sobre temas de interesse comum. Assegurará, ainda, a execução das atividades e a elaboração de relatórios, publicações sobre temas específicos de interesse dos cooperados.


Um dos principais frutos do acordo foi a contratação de estudantes de museologia para a realização de estágios nos museus do IPHAN e no Departamento de Museus e Centros Culturais.

Parceria com a Universidade Federal da Bahia: projeto piloto de formação e capacitação

Financiado pelo Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN, o projeto piloto do Programa Nacional de Formação e Capacitação de Recursos Humanos foi iniciado em 2003, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), com o objetivo de promover a formação e capacitação de pessoal, desenvolvendo e valorizando as instituições museológicas do estado.

Fazem parte do escopo do projeto a publicação de periódico especializado e o levantamento dos museus do estado.

Também foram promovidos, em parceria com instituições das áreas da cultura e da educação da Cidade de Salvador, cursos, oficinas e encontros temáticos, organizados por meio de mesas-redondas mensais. 



“A Museologia no Brasil adapta-se aos novos tempos, abandona seu papel de fortalecimento da identidade nacional e abre mão do patrocínio quase exclusivo que recebia das esferas governamentais. Ao se deparar com a multiplicidade e a diversidade da sociedade brasileira, os museus enfrentam uma nova realidade: atrair o público a partir de demandas estabelecidas por este mesmo público. Preservação do passado, ensino de tradições e valores e vocação cívica tornam-se atividades de cunho mais democrático e, por isso mesmo, abertas à contínua transformação e negociação de seus significados. Desafiados pelas novas mudanças, os profissionais de museus voltam-se para a museologia em busca de novas diretrizes. Como não há resposta pronta e acabada em um processo democrático, os diversos fóruns municipais, estaduais e nacionais realizados na área da museologia têm cumprido de forma exemplar, pois suscitando o diálogo, a comunicação e a troca de experiências, o papel de apontar novos caminhos para todos aqueles que estão comprometidos com a tarefa de enriquecer o presente com os ensinamentos do passado.”

**Myrian Sepúlveda dos Santos,
professora adjunta do Departamento de
Ciências Sociais da Universidade do
Estado do Rio de Janeiro (UERJ)**





Comunicação e integração do campo museal

Fórum Nacional de Museus

Fruto do movimento produzido a partir dos encontros realizados para a construção da Política Nacional de Museus, realizou-se, dos dias 13 a 17 de dezembro, no Centro de Convenções de Salvador, o Fórum Nacional de Museus.

Esse evento, parceria entre o Departamento de Museus do IPHAN, a Associação Brasileira de Museologia, o Conselho Federal de Museologia, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade Federal da Bahia, ampliou as possibilidades de diálogo entre os profissionais participantes e discutiu os rumos da Política Nacional de Museus e do Sistema Brasileiro de Museus.

Cerca de 450 pessoas de todas as regiões, 151 instituições museológicas de 22 unidades da federação, além de estudantes dos três cursos de graduação em museologia existentes no país, estiveram presentes no Fórum.

O evento contou com a participação de Mário Moutinho, vice-reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa; Manoel Bairrão Oleiro, diretor do Instituto Português de Museus; Clara Camacho, coordenadora da Rede Portuguesa de Museus e Georgina de Carli, presidente do Instituto Latino-Americano de Museus.

Com a intenção de estimular a criação de redes temáticas de museus, foram organizados e coordenados por especialistas os seguintes grupos de trabalho:

1. Museus de arte (Anaildo Baraçal-RJ, Heitor Reis-BA e Denise Grinspum-SP)
2. Museus de história (Ruth Beatriz Caldeira-RJ e Mônica Costa-RJ)
3. Museus militares (Patrícia Miquiline Gomes-RJ, Edina Laura Nogueira da Gama-RJ e Nórís Mara Pacheco Martins Leal-RS)
4. Museus universitários e de ciências (Maria das Graças Ribeiro-MG e Lúcia Hussak van Velthem-PA)
5. Museus etnográficos e arqueológicos (Maria Ângela dos Santos Mascelani-RJ e Raul Lody-RJ)
6. Museus comunitários e ecomuseus (Patrícia Maria Berg Trindade de Oliveira-RS e Maria Célia Teixeira Moura Santos-BA) e
7. Museus da imagem e do som e de novas tecnologias (Immaculada Lopez-SP e Carlos Magalhães-SP).

Cada grupo de trabalho produziu um relatório, traçando diagnósticos dos museus temáticos e apresentando sugestões de políticas públicas, sob forma de moções, para a implantação de redes temáticas, cujos trabalhos serão desenvolvidos ao longo de 2005 e 2006.

Também foram oferecidos os seguintes oficinas:

- a) Plano museológico (Rose Moreira Miranda e Mário Chagas)
- b) Comunicação e educação em museus (Denise Studart e Luciana Sepúlveda)

- c) Documentação museográfica (Rosana Nascimento e Judite Primo)
- d) Conservação: relação entre acervos e espaços edificados (Ivan Coelho Sá e Claudia Storino)
- e) Acervos arqueológicos (Cristina Bruno) e
- f) Pesquisa em museus (Cícero Antônio Fonseca de Almeida).

O Fórum acolheu o 1º Encontro Nacional de Estudantes de Museologia (ENEMU) e, com isso, possibilitou o intercâmbio entre profissionais e estudantes.

O Conselho Federal de Museologia concedeu a Medalha do Mérito Museológico ao Ministro da Cultura Gilberto Passos Gil Moreira, à Universidade Federal da Bahia e à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Semana de Museus

No ano de 2003, a comemoração do Dia Internacional de Museus foi realizada durante toda a semana e assumiu pela primeira vez a dimensão de um projeto integrado e de abrangência nacional. Nesse primeiro ano, foram realizados aproximadamente 270 eventos por todo o Brasil, entre exposições, palestras, mostras, cursos,

shows e visitas guiadas. Na ocasião, diversos museus destinaram a renda proveniente da cobrança de ingressos e alimentos arrecadados ao Programa Fome Zero. Essa ação contou com o apoio da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, que produziu e confeccionou os cartazes, folhetos e galhardetes para a divulgação dos acontecimentos da semana.

Em 2004, a Semana dos Museus foi realizada no período de 17 a 23 de maio. Mais uma vez, foi desenvolvida uma ação articulada nacionalmente, com a participação de museus e secretarias de cultura de diversos estados brasileiros. Nessa edição, foram realizados mais de 350 eventos, espalhados por todo o território nacional, com a adesão de 161 instituições.

Ainda em 2004, foi instituída, por decreto presidencial, a Semana de Museus, a ser comemorada no mês de maio de cada ano, e oficializado o dia 18 de dezembro como Dia do Museólogo.

“Com base na Política Nacional de Museus, a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (Secult) realizou, nos dias 28 e 29 de julho de 2004, o 1º Fórum Estadual de Museus (SEM/CE), na cidade do Crato. Desse modo, foi criado um espaço permanente de debates para a construção de propostas relativas ao funcionamento de nossas instituições museológicas, com a definição de políticas públicas na área de atuação educativa e de conservação. Atualmente, temos 63 museus do Ceará cadastrados.”

Cláudia Leitão, secretária de Cultura do Estado do Ceará

DECRETO DE 31 DE MAIO DE 2004

Institui a Semana dos Museus e o Dia Nacional do Museólogo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso II, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Semana dos Museus, a ser comemorada no mês de maio de cada ano.

Parágrafo único. Caberá ao Ministério da Cultura a coordenação das comemorações para a Semana dos Museus, com a colaboração do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus e demais entidades nacionais vinculadas ao meio museológico brasileiro.

Art. 2º Fica instituído o Dia Nacional do Museólogo, a ser comemorado no dia 18 de dezembro de cada ano.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 31 de maio de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

“Contando com 12 museus em atividade, três deles vinculados à Prefeitura Municipal, a Rede Municipal de Museus constitui importante agente da política de preservação patrimonial e de educação de Belo Horizonte. A constituição de um Sistema Municipal de Museus poderia vir a potencializar as atividades e possibilidades dessa rede.”

Thais Velloso Cougo Pimentel, diretora do Museu Histórico Abílio Barreto

Boletim eletrônico

Iniciado em junho de 2004, o Boletim Eletrônico foi uma iniciativa inovadora e de grande importância para a democratização do acesso à informação. A partir da divulgação semanal de acontecimentos de interesse museológico, criou-se um meio de interação e integração sem precedentes para os agentes do setor. O Boletim, que alcança atualmente mais de 2 mil destinatários, divulga projetos e eventos, programas de formação e capacitação profissional, editais de apoio ao setor museológico e outros temas.

MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia

Em 17 de dezembro de 2004, durante o Fórum Nacional de Museus, em Salvador, foi lançada pelo Departamento de Museus e Cen-

tros Culturais do IPHAN a primeira edição da MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia. Trata-se de uma revista científica, com periodicidade anual, que tem como foco o campo da museologia, dos museus, centros culturais e disciplinas afins.

Em seu primeiro número, MUSAS trouxe um dossiê com documentos e textos produzidos pelos membros brasileiros do Comitê Internacional para Ação Educativa e Cultural (CECA) do Conselho Internacional de Museus (ICOM), além de artigos escritos por Marília Xavier Cury, Thais Gomes Fraga, Lucia Hussak van Velthem, Mário Chagas e Maria Cristina de Freitas Gomes.

A seção Museu Visitado apresentou um panorama sobre o Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB) e uma entrevista com sua diretora, Thais Velloso Cougo Pimentel; a seção *Muselânea* trouxe uma coletânea de informações, novidades e notas, abordando o Sistema Brasileiro de Museus, as oficinas de capacitação em museologia, os Fóruns Estaduais de Museus e a experiência do sistema de controle do acervo museológico do Museu da Inconfidência,

“A Política Nacional de Museus, instância de articulação e potencialização do trabalho em museus, vem materializando o envolvimento dos profissionais da Museologia do país. Os Sistemas Estaduais de Museus, órgãos responsáveis pelo desenvolvimento das questões de preservação e de memória nos Estados, integrados nesse processo de construção e estruturação de uma política para o setor museológico, cumprem um papel fundamental de índole participativa, afirmando as funções sociais do Museu.”

Simone Flores Monteiro, coordenadora do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul

relatada pela museóloga Celina Santos Barboza. Para as próximas edições, espera-se uma participação cada vez mais ativa de profissionais, estudantes, técnicos e pesquisadores, apresentando sugestões e contribuindo com artigos e informações.

Estudo de mídia

A partir do lançamento da Política Nacional de Museus e da criação do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN, a presença do setor museológico na imprensa nacional intensificou-se.

Entre os assuntos veiculados destacam-se a implantação do Sistema Brasileiro de Museus, a promoção da Semana de Museus em 2003 e 2004, o projeto de criação do Instituto Brasileiro de Museus, a realização de fóruns e oficinas de capacitação em todo o país e a celebração de convênios e parcerias nacionais e internacionais.

De forma a mensurar essa repercussão, foram analisadas as notícias apresentadas nos diversos meios de comunicação nos anos de 2003 e 2004.

Com base nas tabelas comerciais de 2005, estimou-se que essa divulgação foi equivalente a um investimento da ordem de R\$ 2.910.274,50, em 2003, e R\$ 4.767.661,34, em 2004.

Os periódicos que publicaram artigos sobre as ações decorrentes

da Política Nacional de Museus foram: A Tarde, Carta Capital, Correio Braziliense, Correio da Bahia, O Debate, O Dia, Diário de Pernam-

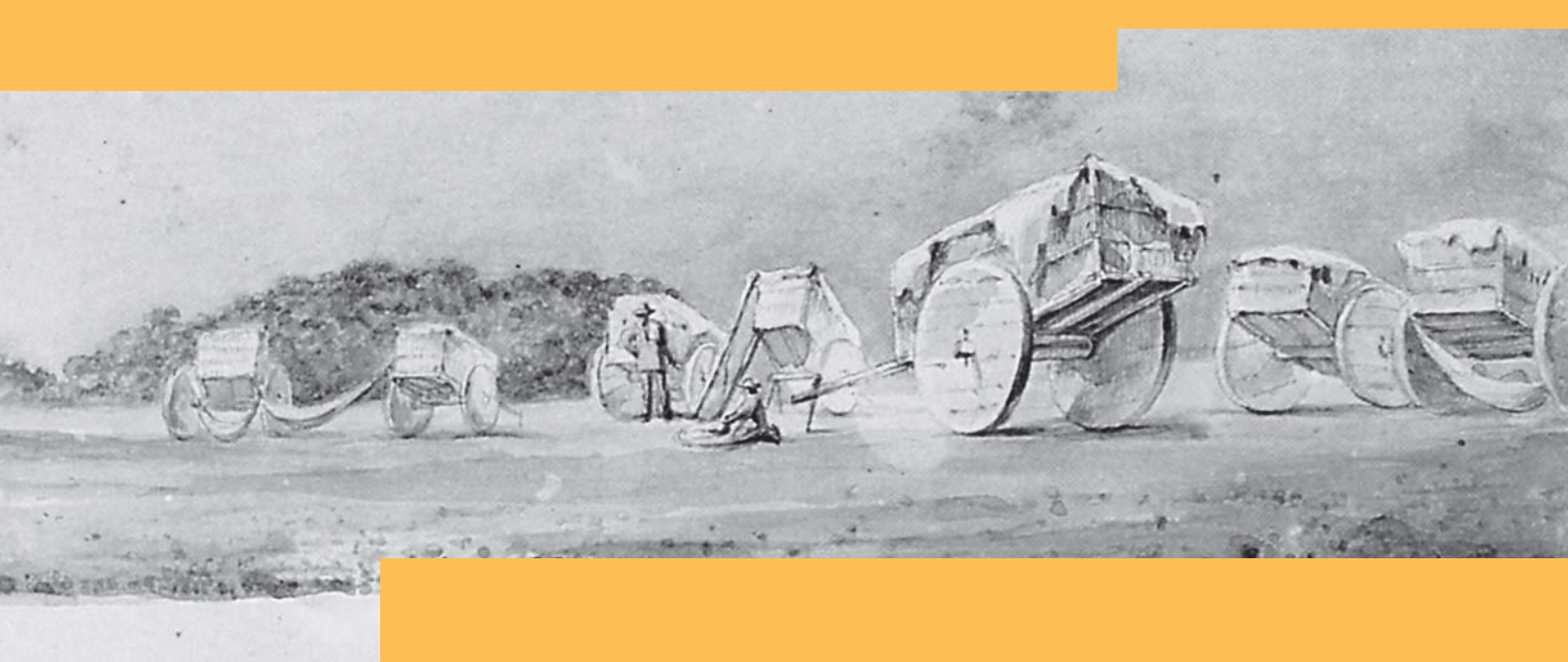
bucó, Estado de Minas, Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, Gazeta Mercantil, O Globo, Jornal da Comunidade, Jornal de Brasília, Jornal do Brasil, Jornal do Commercio, O Imparcial, O Povo e Zero Hora.

Merece destaque a cobertura feita sistematicamente pelo periódico eletrônico Revista Museu.

“Há mais de 15 anos o Museu Integrado de Roraima não oferecia nenhum tipo de capacitação para seus servidores e técnicos de áreas afins. Com o programa de capacitação do Departamento de Museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, o Museu conseguiu realizar três importantes oficinas.”
Elena Fioretti, diretora do Museu Integrado de Roraima

As rádios CBN e Rio de Janeiro divulgaram informações sobre a Política Nacional de Museus, assim como as TVs Aracatu, Bandeirantes, Globo, Globo News, SBT, Record e Rede Bahia. 🏛️





Parcerias internacionais

Portugal

Cooperação técnica com o Instituto Português de Museus

Em 9 de setembro de 2004, os Ministérios da Cultura do Brasil e de Portugal assinaram um termo de cooperação técnica, com o objetivo de estreitar as relações com o Instituto Português de Museus (IPM), contribuir para a implantação do Instituto Brasileiro de Museus e proporcionar a integração da Rede Portuguesa de Museus com o Sistema Brasileiro de Museus.

Essa cooperação inclui a permuta de *expertise* para qualificação profissional; o assessoramento técnico em assuntos como restauração, conservação preventiva e documentação de patrimônio cultural e gestão museológica; museografia; intercâmbio de exposições e realização de cursos de formação.

Convênio com a Universidade Lusófona

Outro termo de cooperação entre os dois países, para o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão na área de museologia, foi assinado em 14 de dezembro de 2004, durante o Fórum Nacional de Museus. Esse termo foi firmado pelo Ministro da Cultura do Brasil, Gilberto Passos Gil Moreira, e pelo vice-reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, Professor Doutor Mário Moutinho, representando o reitor da referida instituição, Professor Doutor Antônio Fernando dos Santos Neves.

Espanha

A parceria atualmente vigente entre Brasil e Espanha foi estabelecida pelo Convênio Cultural, firmado em 1960, e pelo Tratado Geral de Cooperação e Amizade, firmado em 1992. Dessas iniciativas resultou a 3ª Reunião de Cooperação Educativa e Cultural para os anos 2003-2006.

Com o objetivo de reforçar essa parceria, representantes do Ministério da Cultura e do Departamento de Museus

e Centros Culturais do IPHAN realizaram visitas oficiais à Espanha e articularam ações na área museológica. Entre essas ações, destaca-se a implantação do Cadastro Nacional de Museus, com o apoio da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência e Cultura e do Ministério da Cultura da Espanha, para o qual está definido um aporte no valor de E\$ 120 mil, que será aplicado em 2005 e 2006.

Entrevista com Ana Azor Lacasta, chefe da Seção de Museus da Subdireção-geral dos Museus Estatais da Espanha

DEMU – Quais eram suas expectativas com relação aos museus brasileiros e qual foi sua impressão após conhecer um pouco da nossa realidade?

Ana Azor – Antes de planejarmos a Jornada, tínhamos muito pouco conhecimento sobre os museus brasileiros, com algumas exceções. Em nossa visita, cujo itinerário programado foi bem proveitoso, vimos que há uma grande variedade de museus, compreendendo museus nacionais, locais e privados. Parece-me um panorama, dentro dos dois dias que até então tivemos, muito interessante, em função de todo o trabalho e da renovação que estão sendo efetuados. A sensação que temos é que o Brasil, em seu contexto museológico, passa por um momento de crescimento, de planejamento e de colocar em prática coisas novas.

A Jornada Brasil-Espanha: Museus no Mundo Contemporâneo, realizada entre 14 e 21 de novembro de 2004, no Rio de Janeiro, constituiu uma iniciativa concreta de aproximação e diálogo entre técnicos, pesquisadores e gestores culturais dos dois países. Essa jornada abordou as políticas públicas do setor museológico, as perspectivas na gestão de museus nacionais e a formação e atuação profissional.

Aproximadamente 100 profissionais, do Brasil e da Espanha, participaram do evento. Representando a Espanha, estiveram presentes e realizaram palestras Marina Chinchilla Gómez, subdiretora geral de Museus Estatais; José Luis Diaz, subdiretor geral de Pesquisas e Conservação do Museu do Prado; Jesús Urrea, diretor do Museu Nacional da Escultura de Valladolid; Maria Bolaños, professora da Universidade de Valladolid; Ana Carro Rossell, presidente da Associação de Museólogos da Espanha; e Ana Azor Lacasta, chefe da Seção de Museus da Subdireção Geral dos Museus Estatais da Espanha. Os palestrantes brasileiros foram José do Nascimento Júnior, diretor do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN; Vera Tostes, diretora do Museu Histórico Nacional; Telma Lasmar, presidente do Conselho Federal de Museologia; Mário Cha-

“Espero que este primeiro contato e este intercâmbio de idéias realizados nesta Jornada seja um embrião de uma grande e frutífera cooperação entre os museus brasileiros e espanhóis. Que esta cooperação possa se concretizar em linhas de ação, que, certamente, trarão resultados enriquecedores para ambas as partes.”

Carmen Calvo, Ministra de Estado da Cultura da Espanha

gas, professor da Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e gerente do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN; Cícero Antônio Fonseca de Almeida, professor da Escola de Museologia da Unirio e técnico do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN; e Simone Monteiro, coordenadora do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul.

Outra ação decorrente dessa parceria foi o curso Gestão de Espaços Culturais, oferecido no ano de 2003, em Brasília, pela Embaixada da Espanha, com a participação de aproximadamente 60 profissionais e ministrado por Jordí Martí, do Sistema de Museus da Catalunha.

América Latina

Em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Cultura criou o Programa Curadores Visitantes, que viabiliza a visita de especialistas de países da América Lati-

na aos museus brasileiros. Em 2004, duas curadoras da Colômbia visitaram museus do Rio de Janeiro e do Pará.

Uma outra realização importante foi a articulação feita pelo Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN com o Instituto Latino-Americano de Museus (Ilam), que viabilizou a participação de sua presidente, Georgina de Carli, no Fórum Nacional de Museus, ocasião em que ministrou a palestra Os Museus da América Latina.

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa


Em março de 2004, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o Ministério da Cultura, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a Universidade Federal da Bahia realizaram, em Salvador, o Seminário Internacional Cultura e Desenvolvimento, com o tema Globalização e Cultura – os Impactos nos Países da CPLP: o Que Fazer? O evento teve o objetivo de estabelecer um programa permanente de intercâmbio e cooperação na área cultural dos países integrantes da CPLP.

“A Política Nacional de Museus e o agora recém-criado Sistema Brasileiro de Museus são certamente dois marcos fundamentais do pensamento e da prática da museologia contemporânea. São dois marcos que nasceram no seu tempo, expressando a realidade e os desafios do seu tempo.”

Mário Moutinho, pesquisador e coordenador da área de Museologia na Universidade Lusófona de Portugal

O Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN se fez representar nesse seminário e propôs a criação de uma rede de museus de língua portuguesa. Entre as ações para a constituição dessa rede e em resposta a uma demanda identificada na ocasião, foi proposto um programa de capacitação para gestores culturais, visando ao aperfeiçoamento de profissionais na área de preservação da cultura.

Um dos desdobramentos concretos desse programa foi o Curso para Gestores Culturais Angolanos, realizado no ano de 2004, em Luanda, promovido pelo Ministério da Cultura do Brasil e pela Casa de Angola. Ministrado pelas professoras Rosana Nascimento e Maria das Graças Teixeira, ambas da Universidade Federal da Bahia, o curso reuniu cerca de 250 pessoas, de formações variadas, tais como técnicos da área da cultura de diversas

províncias da Angola e mestres em psicologia e educação. Por meio da realização de oficinas e aulas teóricas, foram discutidos temas como legislação brasileira, editais de financiamento, elaboração de projetos culturais e interfaces entre as experiências brasileiras e angolanas. 



Entrevista com Marina Chinchilla Gómez, subdiretora geral de Museus Estatais da Espanha

DEMU – Que impressão a senhora teve dos museus brasileiros que conheceu em sua visita ao país?

Marina Chinchilla – Primeiramente, ao vir para o Brasil, minha expectativa era conhecer um pouco da situação de seus museus. Gostaria de saber o nível dos museus e as inquietudes de seus profissionais. Alegrou-me muito ver que o nível dos museus é realmente bem elevado. Também percebi que coincidimos em muitas preocupações, problemas e dificuldades. As minhas impressões, em suma, resultaram favoravelmente.

DEMU – Na prática, como funciona o Sistema de Museus da Espanha e como ele se relaciona com os sistemas das comunidades regionais?

MC – O Sistema Espanhol de Museus Estatais funciona por meio da coordenação central, no Ministério da Cultura, que tem as competências sobre os museus. É uma gestão direta de tutela e responsabilidade sobre os museus. Com os sistemas autônomos, a coordenação se faz por meio dos chamados colegiados, que os diversos Ministérios têm para coordenar as Comunidades Autônomas. No nosso caso, a representação nos colegiados se dá pela Junta Superior dos Museus e de Conservação do Patrimônio Histórico Espanhol, na qual também estão representadas as Comunidades Autônomas. Os colegiados apresentam políticas comuns. Embora, devido ao panorama administrativo e à diversidade de competências na Espanha, haja autonomia nas Comunidades Autônomas, há dependência direta entre os sistemas regionais e sistema estatal.

DEMU – O que o Brasil pode oferecer como experiência na área museológica para a Espanha e vice-versa?

MC – Creio que o Brasil tem muito a nos ensinar, sobretudo na formação em museologia, uma vez que esse tema está muito consolidado aqui e na Espanha, não. Um exemplo é o reconhecimento dos estudos perante o Ministério da Educação. Na Espanha estamos muito mais atrasados nesse aspecto, temos menos consolidada uma linha de formação. Entre muitos outros temas que o Brasil poderia nos ensinar, esse seguramente é um. Agora, para materializarmos um tema em que a Espanha poderia ajudar o Brasil, posso citar o Sistema Domus, ou seja, o Sistema de Gestão de Coleções. Poderíamos efetuar uma catalogação coletiva Brasil-Espanha e, assim, poderíamos fazer parte de uma rede de informação de patrimônio.

Entrevista com Manoel Bairrão Oleiro, diretor do Instituto Português de Museus

DEMU – Quais foram os benefícios da criação do Instituto Português de Museus para a área museológica portuguesa?

Manoel Bairrão Oleiro – A criação do Instituto Português de Museus (IPM), em 1991, autonomizou a área dos museus, destacando-a do conjunto do patrimônio cultural. Até então existia um Departamento de Museus, Palácios e Fundações, no âmbito do Instituto Português do Patrimônio Cultural (IPPC).

A existência do IPM permitiu uma nova dinâmica e uma maior atenção aos problemas desta área. Por um lado, o fato de a direção do IPM despachar diretamente com o Ministro da Cultura possibilita uma articulação imediata entre as políticas delineadas pelo Governo e a sua concretização no terreno, entre as propostas técnicas apresentadas pelo IPM e a sua adoção como objetivos da política cultural para os museus. Mas permite também uma maior sensibilização do poder político para as questões estruturais que afetam a área museológica. (...)

Como exemplos concretos das vantagens já alcançadas com a criação do IPM posso referir como mais significativas a ampliação e a requalificação de muitos dos museus nacionais (...); a publicação sistemática de catálogos de exposições, roteiros e guias dos museus, (...) a par de outras edições que contribuem para divulgar os museus e o patrimônio cultural; a criação de sites

de cada museu nacional; a informatização dos inventários dos museus nacionais e a sua progressiva disponibilização na internet; a criação da Rede Portuguesa de Museus, com a estruturação de ações de formação, a edição de um boletim informativo e a concretização de iniciativas de apoio técnico e financeiro aos museus que não são coordenados pelo IPM; e a preparação técnica da Lei-Quadro dos Museus Portugueses e do sistema de credenciação de museus.

DEMU – Na sua opinião, o que o Brasil pode ganhar com a criação do Instituto Brasileiro de Museus?

MBO – O trabalho muito competente e eficaz que o Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN vem realizando (...) será, com certeza, potencializado com a criação do IBRAM.

Julgo que as vantagens a que me referi a propósito da criação do IPM, poderão constituir também, parte dos aspectos positivos da criação do IBRAM. Mas a dimensão do Brasil, a diferente organização decorrente de ser um Estado federado e a dispersão geográfica dos muitos museus brasileiros concorrem, certamente, para adicionar um outro conjunto de fortes argumentos em favor da criação de um instituto especificamente vocacionado para lidar com as questões da área museológica.

Uma maior proximidade do poder político e também uma maior capacidade de interlocução com os

poderes estatais e locais se refletirá seguramente em benefícios para os museus e para a área museológica no seu conjunto. A existência de um instituto autônomo para os museus confere uma acrescida capacidade na concretização da política brasileira de museus, da mesma forma que se traduz numa maior responsabilidade para os seus dirigentes, protagonistas de uma mudança valorizadora da sua capacidade de intervenção.

O desenvolvimento dos diferentes eixos programáticos da política para os museus, a estruturação e desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Museus, as parcerias e colaborações com o sistema de ensino, tal como a cooperação internacional no âmbito dos museus, podem ganhar, em minha opinião, novos ritmos com a criação do IBRAM.

DEMU – De que maneira as experiências portuguesas vêm colaborando com a constituição do IBRAM?

MBO – O paralelismo que encontro entre o desenvolvimento da política museológica brasileira e o desenvolvimento da política museológica portuguesa, as semelhanças entre os processos de concretização da Rede Portuguesa de Museus e do Sistema Brasileiro de Museus, a forma como o IBRAM se poderá autonomizar do IPHAN, tal como o IPM se autonomizou do IPPC são fatores que concorrem para a existência de fortes laços de colaboração entre Portugal e o Brasil, também na área dos museus.

O Termo de Cooperação Técnica assinado pelos Ministros da Cultura dos dois países, em setembro de 2004, é a melhor prova do que afirmo. O documento aponta para um conjunto de áreas de colaboração que importa ir prosseguindo e concretizando a breve prazo.

A minha participação e da Doutora Clara Camacho, coordenadora da Rede Portuguesa de Museus, no Fórum Nacional de Museus, possibilitou um conhecimento enriquecedor da realidade museológica brasileira, útil para o delinear de novos projetos e iniciativas para os museus portugueses. (...)

No decurso do Fórum foram delineadas entre o IPM e o DEMU/IPHAN algumas das linhas de colaboração a desenvolver prioritariamente. A primeira das medidas a ser concretizada – um conjunto de reuniões de trabalho, a se realizar em Portugal, entre os responsáveis pelo DEMU e pelo IPM – traduz um primeiro contato direto com a realidade do IPM e do setor museológico português, de forma que o DEMU possa aproveitar da nossa experiência aquilo que considere adequado ao processo de criação e estruturação do IBRAM.

Outros projetos de colaboração foram também delineados entre o DEMU e o IPM, mas a sua concretização aguarda a formação do novo governo português, na sequência das eleições legislativas do passado dia 20 de fevereiro.



Parceiros

Agência Espanhola de Cooperação Internacional

Associação Brasileira de Museologia

Associação de Amigos do Centro Nacional de Cultura Popular

Associação de Amigos do Museu da Inconfidência

Associação de Amigos do Museu da República

Associação de Amigos do Museu de Biologia Mello Leitão

Associação de Amigos do Museu Histórico Nacional

Associação de Amigos do Museu Lasar Segall

Associação de Amigos do Museu Nacional de Belas Artes

Associação de Amigos do Museu Sítio Roberto Burle Marx

Associação de Amigos do Museu Villa-Lobos

Associação de Amigos dos Museus Castro Maya

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Caixa Econômica Federal

Centro de Conservação e Restauração da Universidade Federal de Minas Gerais

Cinemateca Brasileira

Comando da Aeronáutica



Comando da Marinha
Comando do Exército
Comissão de Educação do Senado
Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados
Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus
Comitê Internacional para Ação Educativa e Cultural
Conselho Federal de Museologia
Conselho Regional de Museologia/1ª Região
Conselho Regional de Museologia/2ª Região
Conselho Regional de Museologia/3ª Região
Conselho Regional de Museologia/4ª Região
Conselho Regional de Museologia/5ª Região
Curso de Especialização em Museologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo
Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Embaixada da Espanha
Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)
Fórum de Museus de Pernambuco
Fundação Arte Viva
Fundação Calouste Gulbenkian
Fundação Educacional Barriga Verde (Febave/SC)
Fundação Educar D'Pascoal
Fundação Elias Mansur do Estado do Acre
Fundação Estadual do Rio Grande do Norte
Fundação Instituto Oswaldo Cruz
Fundação Joaquim Nabuco
Gerência de Cultura do Estado do Maranhão
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Instituto Latino-Americano de Museus
Instituto Português de Museus
Ministério da Ciência e Tecnologia
Ministério da Cultura da Espanha
Ministério da Cultura de Portugal
Ministério da Defesa
Ministério da Educação

Ministério da Justiça
Ministério das Relações Exteriores
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Ministério do Turismo
Museus brasileiros
Núcleo de Estudos Museológicos da Universidade Federal de Santa Catarina
Organização dos Estados Ibero-americanos
Petrobras
Prefeituras Municipais
Programa Monumenta
Rede Portuguesa de Museus
Revista Museu
Secretaria de Comunicação da Presidência da República
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica
Secretaria de Cultura do Distrito Federal
Secretaria de Cultura do Estado da Paraíba
Secretaria de Cultura do Estado de Alagoas
Secretaria de Cultura do Estado de Goiás
Secretaria de Cultura do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Cultura do Estado de Mato Grosso do Sul
Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco
Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo
Secretaria de Cultura do Estado de Sergipe
Secretaria de Cultura do Estado do Acre
Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas
Secretaria de Cultura do Estado do Ceará
Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão
Secretaria de Cultura do Estado do Pará
Secretaria de Cultura do Estado do Paraná
Secretaria de Cultura do Estado do Piauí
Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Norte

Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria de Cultura do Estado do Tocantins
Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia
Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Amapá
Secretaria de Educação, Cultura e Desporto do Estado de Roraima
Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer do Estado de Rondônia
Secretaria de Organização e Lazer do Estado de Santa Catarina
Secretarias e Fundações Municipais de Cultura
Sistema Estadual de Museus do Paraná
Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul
Sistema Integrado de Museus do Pará
Sociedade de Amigos do Museu Imperial
Superintendências Regionais do IPHAN
Telos S.A. Equipamentos e Sistemas
Unesco
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa
Vitae – Apoio à Educação, Cultura e Promoção Social

Expediente

Presidente da República

Luis Inácio Lula da Silva

Ministro de Estado da Cultura

Gilberto Passos Gil Moreira

Secretário Executivo

João Luiz Silva Ferreira

Secretário de Articulação Institucional

Márcio Augusto Freitas de Meira

Secretário de Políticas Culturais

Paulo César Miguez de Oliveira

Secretário de Diversidade Cultural

Sérgio Duarte Mamberti

Secretário de Programas e Projetos Culturais

Célio Turino

Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura

Sérgio Luis de Carvalho Xavier

Secretário do Audiovisual

Orlando de Salles Senna

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Antonio Augusto Arantes Neto

Diretor do Departamento de Museus e Centros Culturais

José do Nascimento Júnior

Diretora do Departamento de Patrimônio Material

Sonia Rabello de Castro

Diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial

Márcia Genesis de Sant'Anna

Diretor do Departamento de Planejamento e Administração

Sérgio da Silva Abrahão

Coordenadora Geral de Promoção do Patrimônio Cultural

Grace Elizabeth de Oliveira Cruz

Coordenadora Geral de Pesquisa, Documentação e Referência

Lia Motta

Procuradora Chefe

Sista Souza dos Santos

Diretores dos Museus do Ministério da Cultura**Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular**

Cláudia Márcia Ferreira

Museu Lasar Segall

Denise Grinspum

Museu de Biologia Professor Mello Leitão

Hélio de Queiroz Boudet Fernandes

Museu Imperial

Maria de Lourdes Parreira Horta Barreto

Museu Nacional de Belas Artes

Paulo Estellita Herkenhoff Filho

Museu da República

Ricardo Vieira Alves de Castro

Sítio Roberto Burle Marx

Robério Dias

Museu da Inconfidência

Rui Mourão

Museu Villa-Lobos

Turbio Soares Santos

Museu Histórico Nacional

Vera Lúcia Bottrel Tostes

Museu Raymundo Ottoni de Castro Maya

Vera Maria Abreu de Alencar

Museu de Arte Sacra da Boa Morte/14ª SR

Antolinda Baia Borges

Museu Casa Coronel Joaquim Lacerda/10ª SR

Daisy Lucid Bortoleto Galdino

Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio/6ª SR

Dolores Brandão Tavares

Museu da Abolição/5ª SR

Evelina Grünberg

Museu Regional Casa dos Otoni/13ª SR

André Henrique Macieira

Museu Casa de Benjamin Constant/6ª SR

Fátima Bevilacqua

Museu Casa da Hera/6ª SR

Isabel Cristina Rocha Ferreira

Museu de Arte Sacra de Paraty/6ª SR

Júlio Cezar Neto Dantas

Museu de Arqueologia de Itaipu/6ª SR

Laudessi Torquato Soares

Museu das Missões/12ª SR

Letícia Bauer

Museu do Diamante/13ª SR

Lílian Aparecida Oliveira

Museu Victor Meirelles/11ª SR

Lourdes Rosseto

Museu Regional de São João Del Rey/13ª SR

Maria de Fátima Vasconcelos

Museu das Bandeiras/14ª SR

Noemia Maria da Fonseca

Museu Regional de Caeté/13ª SR

Teresa Cristina Novais Ferreira

Museu do Ouro/13ª SR

Alexandre Sales Pimenta

Equipe de produção**Edição de textos**

Ana Gabriela Dickstein Roiffe

Revisão de textos

Mara Lúcia Martins

Projeto gráfico e diagramação

Marcia Mattos

Priscilla Tavares (assistência de design)

Equipe do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN

Almir Cunha da Silva

Ana Lúcia Clemente Montalvão Neri

Ana Paula de Lima Freire

Ângela Abdala

Átila Bezerra Tolentino

Cícero Antônio Fonseca de Almeida

Claudia Maria Pinheiro Storino

Elza Helena Camargo de Canto e Castro

Eneida Braga Rocha de Lemos

Érika Winge

Flávia Mello de Castro

Isabela Verleun

José do Nascimento Júnior

Lidiane Rodrigues Araújo

Marcelo Helder Maciel Ferreira

Maria da Glória Medeiros

Marina Byrro Ribeiro

Mario Chagas

Osmar dos Santos Oliveira

Zenaide Fernandes de Carvalho

Estagiários e bolsistas

Ana Caroline de Araújo Olinda

Ana Clara Coelho Saldaña

Camila Thaís Lessa Lima

João Marcelo de Abreu Torelly

Mariana Estellita Lins Silva

Ricardo Lino Rogério

Silvana Azevedo Castelo Branco



Iconografia

Agradecimentos especiais ao Museu Histórico Nacional (MHN) e ao Arquivo Central do IPHAN, pela cessão das imagens que ilustram esse relatório.

Capa – Detalhe de canhão – Acervo MHN

Foto Tim Holt

Sumário – Pena e tinteiro – Acervo MHN

Foto Márcia Pourchet | Montagem fotográfica Marcia Mattos

Página 10 – “Vista do Largo da Saúde”, de Almiro Reis – *MHN*, Rio de Janeiro: Banco Safra, 1989, p.77

Foto de Rômulo Fialdini

Página 12 – Santana Mestre – Foto do Acervo do Arquivo Central do IPHAN

Página 18 – Detalhe dos azulejos do Palácio Gustavo Capanema

Foto Marcia Mattos

Página 20 – Colunas internas do Palácio Gustavo Capanema

Foto Marcia Mattos

Página 22 – Ministro assinando a Política Nacional de Museus – Arquivo Central do MHN

Página 28 – Selo de carta-bilhete pneumática – *MHN*, Rio de Janeiro: Banco Safra, 1989, p.301

Foto de Rômulo Fialdini

Página 30/31 – “Os primeiros sons do hino da Independência”, de Augusto Bracet –

MHN, Rio de Janeiro: Banco Safra, 1989, p.73

Foto de Rômulo Fialdini

Página 32 – “Chegada da fragata Constituição trazendo D. Teresa Cristina”,

de Edoardo De Martino – *MHN*, Rio de Janeiro: Banco Safra, 1989, p.74

Foto de Rômulo Fialdini

Página 42 – “Sessão do conselho de Estado”, de Georgina de Albuquerque –

MHN, Rio de Janeiro: Banco Safra, 1989, p.72

Foto de Rômulo Fialdini

Página 49 – “Tipos das ruas”, de Erotides Américo de Araújo Lopes –

MHN, Rio de Janeiro: Banco Safra, 1989, p.94

Foto de Rômulo Fialdini



Página 50 – “Estrada para guararapes... em Pernambuco”, de Victor Meireles – *MHN*, Rio de Janeiro: Banco Safra, 1989, p.123

Foto de Rômulo Fialdini

Página 52/53 – Fotografia do iate Seival – *MHN*, Rio de Janeiro: Banco Safra, 1989, p.352

Foto de Rômulo Fialdini

Página 54 – “Chafariz das Marrecas”, de Armand Julien Pallière – *MHN*, Rio de Janeiro: Banco Safra, 1989, p.122

Foto Rômulo Fialdini

Página 57 – Cestas das tribos Kaiapó, Apaniekrá e Pubobié – Coleção Museu Histórico Nacional

Foto Paulo Scheuenstuhl

Página 58 – “Estação de carros no sertão”, de José dos Reis Carvalho – *MHN*, Rio de Janeiro: Banco Safra, 1989, p.125

Foto de Rômulo Fialdini

Página 60 – Detalhe de “Pesca das piranhas em Russas”, de José dos Reis Carvalhos – *MHN*, Rio de Janeiro: Banco Safra, 1989, p.124

Foto de Rômulo Fialdini

Página 63 – Detalhe de “Os Aguadeiros”, de Johann Moritz Rugendas – *MHN*, Rio de Janeiro: Banco Safra, 1989, p.120

Foto de Rômulo Fialdini

Página 64 – Carruagem – Coleção Museu Histórico Nacional

Foto Andréa Capella

Página 69 – Urnas de origem Marajoara – Coleção Museu Histórico Nacional

Foto Paulo Scheuenstuhl

Página 70 – Fotografia da coleção do arquivo histórico do Museu Histórico Nacional

Colofão – Pátio dos canhões – Coleção Museu Histórico Nacional

Foto Tim Holt



Este relatório foi impresso em papel couché matte pela Minister, no Rio de Janeiro, em maio de 2005, dois anos após o lançamento da Política Nacional de Museus.

Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN

SBN – Quadra 2, Edifício Central Brasília

Brasília/DF

CEP: 70040-904

Tel.: 55 (61) 3414-6167

demu@iphan.gov.br

Coordenação Técnica

Palácio Gustavo Capanema

Rua da Imprensa, 16, sala 701

CEP: 20030-120 – Centro – Rio de Janeiro/RJ

Tel.: (21) 2220-8485

ct.demu@iphan.gov.br

Patrocínio



**Ministério
da Cultura**